

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

**MAXHEMYLIANO SILVA MARQUES**

**DE FUNCIONÁRIO A SERVIDOR, NAS TRAMAS DOS SABERES:** práticas  
discursivas na fabricação do funcionário público estadual maranhense

São Luís  
2018

**MAXHEMYLIANO SILVA MARQUES**

**DE FUNCIONÁRIO A SERVIDOR, NAS TRAMAS DOS SABERES:** práticas discursivas na fabricação do funcionário público estadual maranhense

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras-Mestrado), da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ilza Galvão Cutrim.

Linha de Pesquisa: Discurso, Literatura e Memória.

São Luís  
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Marques, Maxhemyliano.

DE FUNCIONÁRIO A SERVIDOR, NAS TRAMAS DOS SABERES :  
práticas discursivas na fabricação do funcionário público  
estadual maranhense / Maxhemyliano Marques. - 2018.  
142 f.

Orientador(a): Ilza Galvão Cutrim.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,  
2018.

1. Discurso. 2. Funcionário Público. 3. Saberes. 4.  
Sujeite. I. Cutrim, Ilza Galvão. II. Título.

**MAXHEMYLIANO SILVA MARQUES**

**DE FUNCIONÁRIO A SERVIDOR, NAS TRAMAS DOS SABERES:** práticas discursivas na fabricação do funcionário público estadual maranhense

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras-Mestrado), da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ilza Galvão Cutrim.

Linha de Pesquisa: Discurso, Literatura e Memória.

**Aprovado em 24/04/2018.**

**Banca Examinadora**

---

**Prof.<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Ilza Galvão Cutrim** (Orientadora)  
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Prof. Dr. Francisco Paulo da Silva**  
Doutor em Linguística e Língua Portuguesa  
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)  
Examinador Externo

---

**Prof.<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Maria da Graça dos Santos Faria**  
Doutora em Linguística  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
Examinador Interno

## AGRADECIMENTOS

Não é fácil escrever um texto como esse. Dedicar-se integralmente à escrita de uma dissertação pensando no legado acadêmico e social desta obra tem sido uma tarefa hercúlea, que necessitou da recusa de convites para sair ou viajar. Ainda assim, sou motivado a escrever esse texto pelo amadurecimento intelectual necessário nessa fase acadêmica pela qual estou sendo transformado.

Quero agradecer a minha compreensiva família, em especial minhas mães Margareth e Marilúcia que muito me apoiaram durante o momento de ingresso no programa de pós-graduação em Letras.

A minha orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ilza Galvão Cutrim, com quem venho aprendendo a cada conversa que temos. Foi um trabalho que exigiu paciência, zelo, cuidado, carinho e claro, os terríveis prazos. Não há palavras possíveis para agradecer a tantos ensinamentos que aprendi durante o tempo na pós-graduação.

A todos os amigos da graduação em Letras, da Universidade Estadual do Maranhão. Hoje, grandes profissionais da área de linguagem, crescemos juntos, viajamos juntos e nos tornamos pessoas melhores. Em especial, destaco o carinho de Tathianne Rosa e Thallita Rosa, minhas verdadeiras irmãs gêmeas. Agradeço também a Leandra Figueiredo que me incentivou a entrar no programa e Waldetânia Alencar Buhatem pelo apoio.

Devo agradecer aos meus professores da graduação. Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Gardênia Almeida Bezerra, Prof.<sup>a</sup> Elaine Feitosa e a inspiradora Prof.<sup>a</sup>. Ana Carla Rio. Também merecem especial citação a Prof.<sup>a</sup>. Conceição Ramos, Prof.<sup>a</sup>. Sônia Mugchl, Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Cruz, Prof.<sup>a</sup>. Marize Aranha e nossa querida carinhosa professora e coordenadora do programa de pós-graduação em Letras, Prof.<sup>a</sup>. Veraluce Lima

Agradeço, em especial, meus colegas de trabalho, os “funcionários públicos”, fontes que me inspiraram a escrever este trabalho. Destaco a presença constante de Glícia Moreira, Tatyane Learte, Francisco Piedade, Kelliane Anjos, Joalyson Pinho, Lucas Teixeira, Luiz Carlos Júnior, Lidiane Ximenes, Andrew Carlos, Anderson Boás, Cilene Sudário, Alberto Magno, Kelly Cristina, Janete Rodrigues, Darlan Moraes e quatro grandes apoiadores e amigos, Ulisses Bertoldo, Silvana Oliveira, Paulo Ribeiro e Ivanilson Araújo, o “Nilson”.

A todos os amigos que fiz na pós-graduação. Este é um trabalho que sofreu dos certos olhares desse grupo maravilhoso.

*O mundo não fala, apenas nós falamos. Desde que fomos programados com uma linguagem, o mundo pode levar-nos a aderir a crenças. Mas não poderia fornecer uma linguagem para que nós falássemos. Apenas outros seres humanos podem fazê-lo.*

(Richard Rorty)

## RESUMO

O que é ser/exercer um sujeito? Ao pensarmos nessa indagação, vislumbramos o sujeito como um desenho histórico e que somente existe socialmente no seio de práticas sociais de linguagem que ditam o sê-lo e o como exercê-lo. Diante do questionamento filosófico acima, a que recorremos aos postulados de Michel Foucault sobre a constituição dos saberes e poderes para respondê-lo, apresentamos este trabalho que toma por objeto o sujeito funcionário público estadual maranhense com o objetivo de descrever/interpretar o processo de produção de sentidos para o sujeito funcionário público no estado do Maranhão por meio da produção linguageira de duas instituições (governo do Estado e um sindicato de funcionários públicos do Maranhão), como também dois funcionários públicos não sindicalizados. Partimos da problemática inicial de que o funcionário público é objeto de campos de cientificidade como a Administração e o Direito, assim numa perspectiva genealógica, esses saberes condicionaram que certas evidências fossem produzidas para naturalizar o que é ser um funcionário público. Para isso, dispusemo-nos na aventura arqueogenealógica, traçada por Michel Foucault (1972; 1975; 1984; 1995; 1997; 1998; 2004; 2006a; 2006b), de descrever um arquivo que constitui o que é ser funcionário público no Brasil. Ancoramo-nos também nas reflexões de alguns estudiosos brasileiros como Gregolin (2003; 2004a; 2004b; 2005; 2006), Navarro (2004; 2008; 2015), Sargentini (1997; 2006; 2012), Silva (2004), entre outros pesquisadores dos estudos brasileiros do discurso. Ao constituir um arquivo que resgata os regimes de dizibilidade sobre esse sujeito na dispersão dos saberes num fluxo histórico operado pela descontinuidade, pensamos nos *corpora* de nossa pesquisa. Selecionamos enunciados provenientes do governo do estado do Maranhão (2015-2016), do principal sindicato de trabalhadores públicos estaduais no Estado (SINTSEP) na mesma temporalidade e vozes de funcionários públicos não sindicalizados. Recorremos a materialidades que tomam por objeto as condições atuais em que o funcionalismo público estadual maranhense desempenha suas funções públicas. Buscamos analisar, nessa dispersão, regularidades dos efeitos de sentido que emergem das formulações desses três lugares sociais de fala. Analisamos os efeitos de memória em relação ao arquivo que esses enunciados retomam ou mesmo deslocam em sua produção de sentidos. Para isso, confrontamos as formulações que compõem nosso *corpora* em relação ao arquivo, destacando a posição dos enunciados analisados no interior dele. Em nossas análises compreendemos que o momento histórico, em especial o acontecimento crise econômica, é constitutivo das formulações das duas instituições analisadas e dos sujeitos não sindicalizados, que quando se referem ao mesmo objeto, fabricam discursivamente sujeitos distintos. Percebemos ainda que as verdades sobre os sujeitos do nosso estudo são instáveis: elas são postas em circulação para atender as necessidades daqueles que exercem o poder.

**Palavras-chave:** Sujeito; Funcionário Público; Saberes; Discurso.

## ABSTRACT

What's the meaning of being/performing a subject? When we think about this question, we see the subject as a historical drawing which only exists socially in the bosom of language social practices that determine how to be and how to exercise it. Confronted with the philosophical question above, to whose answer we resort to Michel Foucault's postulates on power and knowledge constitution, we present this study whose object is the state government public officer aiming at understanding how two institutions (the government of the state of Maranhão and a union of civil servants) and two nonunionized public officers produce, within their language practices, the meanings of being a *public officer* in the state of Maranhão. We start from the initial problem that the public officer is a scientific object to fields such as Public Administration and Law. So, from a genealogical perspective these knowledges conditioned the production of certain evidences so as to make natural the meaning of being a public officer. We set out on Foucault's (1968; 1972; 1975; 1984; 1995; 1997; 1998; 2004; 2006a; 2006b) archaeogenealogic venture to describe an archive that constitutes what it is to be a public officer in Brazil. We also anchor this study on the position of some Brazilian researchers such as Gregolin (2003; 2004a; 2004b; 2005; 2006), Navarro (2004; 2008; 2015), Sargentini (1997; 2006; 2012), Silva (2004), among other researchers of the Brazilian Discourse Studies. By constituting an archive that rescues the sayability regimes about this subject within the dispersion of knowledge of a historical flow characterized by discontinuity, we define of the corpora of our research. In the same timeline we selected statements from the state government of Maranhão (2015 - 2016), from the main union of state public officers (SINTSEP), and voices of nonunionized public officers. We resorted to materialities that take as object the current conditions in which the public officers of the state of Maranhão perform their public functions. Within this dispersion we attempted to analyze regularities of the effects of meaning that arise from the formulations of these three social speech contexts. We analyzed the effects of memory in relation to the archive that these statements make use of or even displace in their production of meanings. For this, we confronted the formulations that make up our corpus with the archive, highlighting the position of the statements analyzed within it. In our analyzes we understand that the historical moment, namely the economic crisis, constitutes the formulations of the two institutions analyzed, and of the nonunionized subjects, who even referring to the same object, discursively make different subjects. We also notice that the truths about the subjects of our study are unstable: they are spread out to meet the needs of those who exercise power.

**Keywords:** Subject. Public Officer. Knowledge. Speech.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b>	Uma das faces do arquivo: o filtro.....	45
<b>Figura 02</b>	Charge O Barnabé.....	77
<b>Figura 03</b>	Manchete Zero Hora.....	78
<b>Figura 04</b>	Manchete Diário de Notícias de 22/02/1967.....	79
<b>Figura 05</b>	Manchete Diário de Notícias de 09/04/1968.....	79
<b>Figura 06</b>	Manchete Diário de Notícias de 10/01/1970.....	79
<b>Figura 07</b>	Burocratização no serviço público (Quino).....	82
<b>Figura 08</b>	Capa da Edição da Revista Veja de 12/08/1987.....	83
<b>Figura 09</b>	Homenagem do Governo do Estado do Maranhão ao servidor público estadual.....	86
<b>Figura 10</b>	Homenagem SINTSEP ao dia do servidor público estadual.....	86
<b>Figura 11</b>	Homenagem do Banco Alfa ao Dia do Servidor.....	87
<b>Figura 12</b>	Página oficial do Governo do Estado do Maranhão.....	92
<b>Figura 13</b>	Página oficial do Governo do Estado do Maranhão.....	93
<b>Figura 14</b>	Editorial do presidente do SINTSEP em jornal de classe no mês de março/2016.....	95
<b>Figura 15</b>	Editorial do presidente do SINTSEP em jornal de classe no mês de julho/2016.....	96
<b>Figura 16</b>	Enunciados da campanha #SERVIDORNALUTA.....	98
<b>Figura 17</b>	Construção imagética do funcionalismo estadual maranhense pelo lugar institucional Governo do Estado.....	119
<b>Figura 18</b>	Construção imagética do funcionalismo estadual maranhense pelo lugar institucional Sindicato.....	119

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b>	<i>Corpora de análise: Enunciado A - Governo do Estado do Maranhão.....</i>	92
<b>Quadro 02</b>	<i>Corpora de análise: Enunciado B - Governo do Estado do Maranhão.....</i>	93
<b>Quadro 03</b>	<i>Corpora de análise: Enunciado C – SINTSEP.....</i>	95
<b>Quadro 04</b>	<i>Corpora de análise: Enunciado D – SINTSEP.....</i>	96
<b>Quadro 05</b>	<i>Corpora de análise: Enunciado E – SINTSEP.....</i>	98
<b>Quadro 06</b>	Síntese dos procedimentos analíticos adotados .....	99
<b>Quadro 07</b>	Efeitos no arquivo em função de uma voz institucional.....	105
<b>Quadro 08</b>	Efeitos no arquivo em função da voz dos secretários do governo....	107
<b>Quadro 09</b>	Efeitos no arquivo em função de vozes de funcionários públicos do estado.....	110
<b>Quadro 10</b>	Efeitos no arquivo em função da construção do governo atual pelo lugar sindicato.....	114
<b>Quadro 11</b>	Efeitos no arquivo em função da construção dos governos anteriores pelo lugar sindicato.....	116
<b>Quadro 12</b>	Efeitos no arquivo em função da construção do funcionalismo público maranhense pelo lugar sindicato.....	120
<b>Quadro 13</b>	Efeitos no arquivo em função das vozes dos servidores não sindicalizados entrevistados.....	126

## LISTA DE SIGLAS

<b>AD</b>	Análise do Discurso
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CFSPC</b>	Conselho Federal do Serviço Público Civil
<b>DASP</b>	Departamento Administrativo do Serviço Público
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>PDRAE</b>	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
<b>PGCE</b>	Plano Geral de Carreiras e Cargos do Poder Executivo
<b>SD</b>	Sequência Discursiva
<b>SEGEP</b>	Secretaria de Estado de Gestão e Previdência
<b>SINTSEP</b>	Sindicato dos Trabalhadores no serviço público do Estado do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 MICHEL FOUCAULT NA ANÁLISE DO DISCURSO:</b> o legado da arqueologia/genealogia para o exame das discursividades.....	17
2. 1 O lugar de Foucault na Análise do Discurso.....	18
2. 2 Fase arqueológica: o discurso em Foucault e sua relação com o saber.....	23
2. 3 Fase genealógica: o discurso em Foucault e sua relação com o poder.....	30
2. 4 Considerações teóricas sobre o método: a caixa de ferramentas.....	35
2. 4. 1 Enunciado.....	37
2. 4. 2 Discurso.....	40
2. 4. 3 Formação discursiva.....	41
2. 4. 4 Prática discursiva.....	42
2. 4. 5 Arquivo.....	43
<b>3 PARA UMA GENEALOGIA DO SERVIÇO PÚBLICO NO BRASIL:</b> os discursos de gênese, constituição e morte do sujeito funcionário público.....	47
3. 1 Diferentes visões de estado pelas lentes do discurso.....	48
3. 2 Elites burocráticas, marias candelárias e barnabés: rupturas e continuidades nos saberes da administração pública no Brasil.....	55
3. 3 Burocratas, marajás e servidores: outros saberes, velhas práticas.....	80
<b>4 SER FUNCIONÁRIO (SERVIDOR) PÚBLICO MARANHENSE:</b> fabricações do sujeito nas diferentes tramas discursivas.....	90
4. 1 Considerações iniciais.....	90
4. 2 Servidor motivado é servidor com salário em dia: o sujeito em práticas discursivas do governo do Estado do Maranhão.....	100
4. 3 #SERVIDORNALUTA: o sujeito em práticas discursivas de sindicatos de funcionários públicos no Maranhão.....	111
4. 4 Não sou funcionário, sou servidor: constituições do sujeito nas diferentes vozes de funcionários públicos estaduais maranhenses.....	122
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	129
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	135

## 1 INTRODUÇÃO

*Quem somos não é uma questão meramente pessoal, psicológica, existencial, mas engaja a pergunta pelo que viemos a ser em relação às práticas que nos constituem/subjetivizam, as quais organizam nossa relação conosco e com os outros.* (VEYNE, 1995, p. 175)

“Collor, o caçador de marajás”, é por meio da produção desse enunciado que a revista *Veja*, publicação da editora Abril, do dia 23 de Março de 1988, caracteriza em sua capa o pré-candidato à presidência do Brasil, Fernando Collor de Mello. A História nos mostra que esse candidato viria a assumir a presidência anos mais tarde e discursivizar a primeira caça aos marajás na esfera da administração pública federal. Fôssemos acreditar na transparência da linguagem, o eco desse enunciado poderia passar despercebido em meio a tantos outros num período fervoroso para a história do Brasil: a década de 1980, época em que o Brasil vivia um momento de redemocratização; muitos movimentos ganhavam as ruas para reivindicar direitos sufocados por uma ditadura extremamente opressora. Porém, ao volver nossos olhares e nossas atenções para o enunciado em destaque, acreditamos que a linguagem é capaz de envolver esse homem em uma capa de super-herói e conduzi-lo para a presidência de um país que na época gritava pela presença de um super-homem. Marajá, nessa prática, não se refere mais aos príncipes indianos, mas a representações de funcionários públicos que ganhavam bem, trabalhavam pouco e, por isso, levavam parte gorda da culpa da desordem do estado brasileiro. Collor seria então o corajoso combatente de um país democrático que precisava impor nova ordem à administração pública.

“Autoestima e melhores condições de trabalho, servidores reconhecem valorização do governo do Estado”. Tal enunciado materializa-se não mais na mídia impressa, mas no site institucional do governo do estado do Maranhão, em 2016. No primeiro instante, lado a lado do enunciado anterior, suas relações de vizinhança parecem estar assentadas no antagonismo. O enunciado possibilita uma lacuna entre Fernando Collor, conhecido nas tramas históricas como o caçador de funcionários públicos marajás, e Flávio Dino, governador que valoriza o servidor público. No dizer em evidência, quem também merece a capa de super-herói é o servidor público, que é valorizado em meio a uma crise econômica. Prevalece nesse

enunciado a construção de um sujeito que está com seus salários sempre em dia, portanto tem condições de contribuir para um estado em desenvolvimento. Essa prática, ao voltar sua produção à sociedade, institui o funcionário público como um sujeito privilegiado, ao discursivizar o emprego público como garantia de autoestima e estabilidade financeira.

Diante do veto do governador maranhense Flávio Dino de reajustar os salários dos servidores públicos do Poder Executivo, equiparando-os aos salários dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Sindicato dos trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão (SINTSEP) manifestou-se em sua página oficial nas redes sociais: “[...] questionamos o governador Flávio Dino: seríamos nós os *barnabés* do Poder Executivo? Será que não existimos?”. Esse enunciado, que está em um campo de coexistência em relação àqueles produzidos pelo governo do Maranhão, tem função existencial histórica, como um nó numa extensa rede daquilo que se falou sobre o funcionário público. Ao retomar a existência histórica dos *barnabés* do serviço público, os sindicatos atuam como lugares institucionais capazes de legitimar subjetividades para seus filiados, pois o poder em nossa visada não é supra-histórico, mas é algo que se exerce, objeto de disputas. Os discursos de Collor, do governo do estado do Maranhão e dos sindicatos estão separados no tempo, no espaço e no modo como se materializam. Mas juntos constituem, nos movimentos descontínuos da História, subjetividades para os sujeitos do nosso estudo: o funcionário público.

Nossa dissertação, que permite ligar acontecimentos tão díspares na história do funcionalismo público no Brasil e no Maranhão, alicerça-se na problemática das condições que permitiram ao funcionário público tornar-se objeto do conhecimento, permitindo saberes (evidências). Perguntamo-nos que práticas discursivas instauram formas de discursivizações para esse sujeito. Esse problema leva-nos a pensar nos atravessamentos jornalísticos, artísticos, jurídicos, políticos e questões da administração pública que nosso objeto discursivo tem sofrido ao longo de sua composição histórica. Logo, essas produções de campos do saber tão distintos enviam-nos a pensar no arquivo que nossa sociedade mantém sobre o sujeito funcionário público.

Ao decidirmos visualizar diversas práticas em torno do nosso objeto de análise, expedimos nossas discussões numa duração histórica que se estabelece da formação do reino português até a atualidade da máquina administrativa pública no

Brasil. Redes de saber-poder, dispositivos da administração pública, práticas não discursivas inscrevem-se em jogos de verdade (FOUCAULT, 1998) que produzem o sujeito funcionário público em diferentes durações históricas. Esse conjunto heterogêneo de elementos age na concepção do funcionalismo público brasileiro, que parte de uma concepção patrimonialista, que tem como reflexo o paternalismo, herança portuguesa, num segundo momento absorve aspectos de uma híbrida administração de caráter burocrático e, numa terceira fase, ganha os contornos de uma administração pública gerencial com colorações brasileiras.

Diante da problemática proposta, nosso trabalho parte de uma discussão acerca das práticas de subjetivação que atribuíram evidências ao que nossa sociedade compreende como *ser funcionário público*. São histórias do passado que atravessam incessantemente discursos na atualidade por meio de um campo de presença (FOUCAULT, 2004). Em nosso percurso, objetivamos descrever/interpretar o processo de produção de sentidos para o sujeito funcionário público no estado do Maranhão por meio da produção linguageira de duas instituições (governo do Estado e um sindicato de funcionários públicos do Maranhão), como também funcionários públicos não sindicalizados. Ao levantarmos as emergências desses discursos, cujos efeitos constituem subjetividades para os sujeitos do nosso estudo, perguntamo-nos que sentidos são produzidos para o funcionário/servidor público considerando as relações saber/poder que circunscreveram sua emergência histórica?

Propomos alcançar nosso objetivo geral a partir dos seguintes desdobramentos: (a) constituir a história genealógica do funcionalismo público por meio da escavação dos enunciados localizáveis no curso da História, considerando os lugares enunciativos que promoveram o funcionário público a objeto de discurso; (b) compreender como as relações de poder revestem os lugares enunciativos na constituição de certas subjetividades para o funcionário público brasileiro; (c) discutir como o funcionário público estadual maranhense é fabricado em práticas discursivas do governo do Estado, em um sindicato dos trabalhadores públicos do Maranhão e outras vozes não sindicalizadas a partir da descrição/interpretação dos efeitos de sentidos inscritos nas materialidades linguísticas e imagéticas dos enunciados.

Pensando em alcançar os objetivos propostos, organizamos nosso texto em quatro capítulos. Após a introdução, o segundo, sob o título de *Michel Foucault na Análise do Discurso: o legado da arqueologia/genealogia para o exame das*

*discursividades*, promove uma discussão sobre os principais conceitos dos métodos arqueológico/genealógico pensados por Michel Foucault e sua pertinência para atingir os objetivos propostos em nosso trabalho. Nessa seção, identificamos as razões de estarmos trabalhando nossa problemática sob a teoria do discurso de ordem francesa, de base foucaultiana, bem como explicitamos os pressupostos teórico-metodológicos da nossa caixa de ferramentas, os quais serão retomados recorrentemente no decorrer de nossas reflexões.

O terceiro capítulo, *Para uma Genealogia do Serviço Público no Brasil: os discursos de gênese, constituição e morte do sujeito funcionário público*, atinge simultaneamente os objetivos (a) e (b), pois destaca, por meio da montagem do arquivo, sob os princípios de uma historicidade descontínua, a genealogia da constituição desse sujeito ao traçar as grades que delimitaram a emergência do funcionário público como objeto recorrente de discursivização e as relações de poderes capazes de revestir os discursos para formular saberes. Nessa seção, dispomo-nos a tecer uma arqueologia das significações desse sujeito ao operar na dispersão dos enunciados, no intuito de descobrir por que no movimento descontínuo da História certas identificações para o funcionário público foram possíveis e como elas excluem outras a partir do exame dos enunciados produzidos em diversas temporalidades históricas. Pensamos nos acontecimentos, inscritos em relações de poderes, dos quais emanaram regras para o serviço público no Brasil e como tais regras criam pelo discurso subjetividades para o nosso objeto discursivo. Nesse sentido, nossas investigações pairam sobre o modo como a mobilização de práticas discursivas, em diferentes domínios, organizam-se em formações discursivas para enunciar sobre o sujeito funcionário público no interior do arquivo.

No intento de cumprir com o objetivo (c), redigimos o terceiro capítulo intitulado *Ser funcionário (servidor) público maranhense: fabricações do sujeito nas diferentes tramas discursivas*. Nessa seção, há decomposição de enunciados produzidos pelo governo do Maranhão, um sindicato de servidores públicos desse estado e duas vozes de funcionários públicos não sindicalizados à época do primeiro governo de Flávio Dino (2014-2018) no Maranhão.

Nessa finalidade, selecionamos duas reportagens materializadas em Outubro/2016 no site institucional do governo do Estado (ciberespaço) que dão ênfase às políticas que estão modificando o serviço público estadual maranhense, bem como seus agentes. Para constituir o discurso em outro sistema de formação,

nessa mesma temporalidade histórica, recolhemos enunciados produzidos pelo sindicato mais representativo do funcionalismo público estadual maranhense, o SINTSEP, em dois editoriais do presidente materializados nos jornais da categoria distribuídos à sociedade (março/2016 e julho/2016) e a campanha #SERVIDORNALUTA, composta de quatro propagandas institucionais veiculadas em outdoors. Selecionamos esses editoriais, pois eles circularam socialmente, dando relevo a uma prática que tem por objetivo fabricar como seus filiados se veem enquanto funcionários públicos na temporalidade do governo de Flávio Dino. Identificamos o campo associado em que esses enunciados estão inseridos para deslocar/retomar sentidos. Por fim, analisamos também a fala de dois funcionários públicos não sindicalizados que responderam, para fins dessa pesquisa, questões referentes a entrada no serviço público e o que é ser um funcionário público na contemporaneidade. As respostas foram gravadas em um dispositivo eletrônico, sendo digitadas em arquivo de texto e analisadas por meio de sequências discursivas. Ajuizamos todas as nossas escolhas já mencionadas com base nas regras de aparecimento do enunciado (FOUCAULT, 2004).

Ao observar nosso percurso metodológico, compreendemos que nossa pesquisa orienta-se pela proposta teórico-metodológica da Análise do Discurso de base foucaultiana, pois utiliza o método arqueogenealógico, que é a nomenclatura adotada pelos analistas do discurso, referentes ao momento em que a arqueologia estará em articulação com a perspectiva genealógica nos trabalhos de Michel Foucault. Asseveramos que nosso trabalho está no espaço da dispersão (FOUCAULT, 2004), o que impõe ao analista traçar o fio da regularidade em meio à descontinuidade dos discursos. Nosso *corpora*, heterogêneo em si mesmo, é constituído de enunciados verbais e imagéticos, cuja materialização se deu no ciberespaço ou mesmo impressos. Investigamos a produção de sentidos com base em uma arqueologia dos saberes do sujeito funcionário público através de uma genealogia das relações de poderes que autorizaram esses saberes. Utilizamos das categorias teórico-analíticas da Análise do Discurso de vertente francesa proposta por Michel Foucault (1972; 1975; 1984; 1995; 1997; 1998; 2004; 2006a; 2006b): enunciado, discurso, formação discursiva, prática discursiva e arquivo da fase arqueológica e as discussões sobre o dispositivo na fase genealógica.

Elegemos esse eixo-temático devido esse ser um assunto recorrentemente discutido no interior de apontamentos de crises econômicas,

administrativas e morais, que recorrentemente atribuem ao funcionalismo público, seus salários e estabilidade, parcela gorda dessas culpas. Motiva-nos a ideia de que sob o manto de nossa investigação seja possível visualizar como ser funcionário público no Maranhão é efeito cujos sentidos são bens úteis aos interesses institucionais, pois os sentidos se deslocam a cada prática discursiva analisada. Esperamos que ao término deste trabalho seja possível compreender que as evidências sobre o funcionário público são construções históricas, determinadas pelo momento sócio-histórico, postas em circulação numa estreita relação com o exercício do poder em voga.

## 2 MICHEL FOUCAULT NA ANÁLISE DO DISCURSO: o legado da arqueologia/genealogia para o exame das discursividades

Michel Foucault goza cada vez mais de prestígio acadêmico entre os pesquisadores do campo das ciências humanas e sociais. É notável a presença dos conceitos advindos do pensador francês para o exame de questões sociais, políticas, históricas e discursivas. Foucault transitou pelas diferentes áreas do saber sob o manto de filósofo e problematizou questões relacionadas a ciências como a História, a Linguística, o Direito e outros ramos do conhecimento. Causando pequenas “explosões” por onde passava, ganhou muitos adeptos e também muitos inconformados, pois suas ousadas indagações questionavam os modos como operavam essas ciências. *O desconcertante pensamento de Foucault*, para nos valer de uma expressão cunhada pela revista Tempo Social (1995), aparece em um momento histórico de reconstrução das certezas, que passaram a ser caracterizadas como ilusórias.

O trabalho de Foucault tem enorme interferência sobre a reelaboração dos conceitos da Análise do Discurso (AD) de vertente francesa. A disciplina, pensada por Michel Pêcheux no auge da presença do materialismo histórico nas ciências da linguagem, recebe as influências do pensamento de Foucault e passa a repensar seus métodos e seus conceitos fundantes. Se antes o objeto da AD era fundamentalmente o discurso político, as ideias de Foucault vão permitir que novas discursividades fossem passíveis de serem examinadas. O próprio Pêcheux (2006), considerado o fundador da AD francesa, vislumbra a necessidade de convocar Foucault para discutir os pilares da Análise do Discurso e repensar como os movimentos linguageiros do homem permitem significar o mundo e significar-se, abrindo, a AD para o exame de novas discursividades.

Delimitamos nosso lugar de fala a partir dos deslocamentos desse campo. Filiamo-nos a uma Análise do Discurso que sofre fortes reelaborações a partir das contribuições de Michel Foucault, embora seja claro que ele não se supôs analista do discurso. Para Foucault, o interesse de seus postulados recai sobre a problemática do discurso como fundador de verdades (o filósofo não pensa em um sujeito como ponto de origem das verdades). Tal interesse permite amarrá-lo à Análise do Discurso, uma vez que suas teses podem ser articuladas no interior da disciplina para atingir respostas que exigem análise de materialidades outras além

do discurso político, como é nosso trabalho, que se utiliza de formulações corriqueiras, como a de funcionários públicos não sindicalizados.

Ademais, é preciso estabelecer que nossas análises utilizam-se do fecundo trabalho de Foucault para a Análise do Discurso, no que diz respeito ao aporte teórico que nos guia em nossa investigação. Discutiremos a entrada de Foucault em um campo em que ele não se supôs analista, o que nos permite um deslocamento para a etapa em que as proposições foucaultianas vão consolidar nova face à AD, reconhecida como sua terceira fase. A seguir, compreenderemos as relações entre o discurso e os saberes, bem como entre os pares discurso/poder nos postulados de Foucault para a formação da arqueologia/genealogia que o filósofo teoriza. Por fim, apresentaremos as categorias teóricas e analíticas que serão retomadas no progresso da nossa investigação.

## 2. 1 O lugar de Foucault na Análise do Discurso

Em sua fase inicial, Foucault mostra-se bastante interessado no esboço da constituição dos saberes. Isso implica observar como eles aparecem, organizam-se, deslocam-se, transformam-se e em dado momento histórico, não são tidos mais como verdadeiros. Para o filósofo, os saberes são produzidos por meio da emergência de certos enunciados, os quais são validados socialmente como científicos, enquanto outros não serão considerados autênticos no interior do discurso da ciência. Essa preocupação está em consonância com a corporificação no século XX de diversas investigações em que o homem aparece como objeto. Consideradas como ciências, elas tratavam de temas inerentes ao ser humano tais como linguagem, comportamento e trabalho e receberam atenção especial de Foucault, o qual busca uma abordagem centrada na constituição e rupturas dessas *epistemes*.

Foucault compreende *episteme* com as configurações históricas e sociais que permitem o aparecimento de determinados enunciados que são considerados científicos, pois são produzidos por pessoas que se autoafirmam como cientistas, dentro de espaços como laboratórios e universidades, sendo tratados, portanto, como discursos verdadeiros. Assim, o que é produzido como ciência em dado espaço de ordem, pode ser invalidado posteriormente ou reinventado como objeto de outro domínio, levando-nos a concluir que a abordagem de Foucault incide na

descontinuidade das estruturas sociais que permitem um discurso passar de verdadeiro a falso ou vice-versa.

Em *A Arqueologia do Saber* (2004), uma obra concebida como livro-resposta em que elucida seus métodos, explica seus termos e seu pensamento (GREGOLIN, 2004), Foucault substitui o termo *episteme* por práticas discursivas. O discurso, longe de ser um produto de um indivíduo que mantém controle sobre aquilo que diz, agora aparece como artigo elaborado no interior de práticas discursivas. Nessa obra, aparecem, com descrição detalhada, os conceitos com os quais Foucault opera suas análises, como enunciado, discurso, arquivo e formação discursiva. A esse empreendimento, em que o objeto arquivo aparece como centro de investigação, Foucault denominou de arqueologia.

A instituição do conceito de prática discursiva dispõe que a arqueologia está no interior do pressuposto de que os objetos do conhecimento não existem, são apenas inventados e remodelados pelas práticas discursivas em que aparecem. Dessa maneira, o filósofo leva-nos a refletir que os objetos só existem no discurso, sendo construídos no interior de práticas discursivas específicas. Assim, para compreender como elas delineiam os objetos de que falam, é preciso compreender as condições de aparecimento de determinados discursos, considerando a manifestação do enunciado como singular, operada a partir do cruzamento da estrutura, as regras da língua e o acontecimento, as práticas sociais de produção dos objetos. A palavra, quando posta em discurso, institui os objetos do conhecimento. Os objetos se transformam nas tramas históricas a partir do movimento das palavras nas práticas discursivas. São os discursos que constituem o sujeito e os objetos, então suas análises recaem sobre as práticas discursivas que formatam a existência dessas entidades.

Se as práticas discursivas são capazes de delinear as coisas, Foucault reflete que o homem é determinado e classificado pelas práticas discursivas e suas subjetividades são constituídas no interior dos discursos. O homem é então objeto e agente da construção do saber. É objeto, pois o que sabemos sobre uma determinada figura social é produto de um extenso trabalho de discursos em diversos domínios, como a ciência e a cultura. É também agente, pois se apresenta como produtor de saberes ao passar de indivíduo a sujeito por meio de sua inscrição em determinados lugares de fala, de onde obtém legitimidade para enunciar.

É desse modo que o sujeito do nosso estudo é visualizado em nossa investigação. O funcionário público apresenta-se nesse espaço de objeto/sujeito do conhecimento. O que sabemos dele é produto de domínios a que pretendemos investigar por meio de uma história genealógica; sua subjetividade é produto de práticas discursivas objetivadoras, as quais historicamente detêm direito e legitimidade de fala, como os sindicatos da categoria.

As reflexões sobre formação discursiva e a definição de enunciado n'*A Arqueologia do Saber (2004)* foram essenciais para modificar o estatuto da AD. Até a incursão desses conceitos, a AD havia construído relação estranha com os discursos políticos legitimados. Seus procedimentos analíticos ainda estavam muito ligados à ideia pecheutiana de “álgebra discursiva” (ARAÚJO, 2001, p. 199). Nesse tipo de análise, a AD partia de enunciados produzidos em condições de produção muito homogêneas capazes de pôr em circulação apenas determinados sentidos. Em síntese, em condições X, somente discursos Y seriam produzidos. Esses procedimentos requeriam conceitos muito homogêneos. Nessa fase, a formação discursiva, associada diretamente à formação ideológica, compunha-se de uma matriz individualizante de sentidos. Enunciado, por sua vez, confundia-se com o próprio discurso político.

Foucault (2004) propôs pensarmos o discurso como um produto heterogêneo. Desse modo, a formação discursiva não representa uma unidade, pois suas fronteiras não são perenes, nem firmes, mas recorrentemente visitadas por elementos de outros sistemas de formação. Uma formação discursiva de sindicato, por exemplo, pode ser atravessada por um discurso de governo. Sob esse aspecto, para a análise de um enunciado, não cabe somente remetê-lo às instâncias primeiras de sua produção (contexto imediato), mas a outros enunciados que o antecedeu ou estão em relação de coexistência, conservados por meio de um arquivo. As heterogeneidades discursivas também estão no centro da análise, a qual deve considerar o atravessamento do seu dessemelhante no interior do discurso. Essas propostas alargaram os horizontes da AD, que permitiu aventurar-se na análise da existência histórica do discurso, com ênfase às longas durações.

O conceito de enunciado em Foucault (2004) também provocou uma série de reelaborações no interior da AD. Cunhado como átomo do discurso, unidade elementar de análise, o enunciado nas teses foucaultianas está distante da ideia de sequência linguística (o discurso político escrito é bastante ilustrativo). Ele supera o

nível linguístico e passa a considerar objetos imagéticos, gestuais, sonoros. Para Foucault (1972), uma pirâmide de idades, um gráfico, uma curva de crescimento, um esboço de repartição são enunciados. Sargentini (2012, p. 107) esclarece que explicitar um discurso, nessa via, será “interpretar o que as pessoas escrevem, mas também suas imagens, seus gestos, falas, expressão sonora [...]”. Essa mudança no estatuto do enunciado permitiu à AD aventurar-se pelos discursos do cotidiano, os quais constituem acontecimentos invisíveis ou mesmo invisibilizados.

Apesar das contribuições fundamentais para a teoria do discurso, notamos que a abordagem de Foucault não tem como centro construir uma modalidade de AD. Na verdade, seu interesse recai em ver o sujeito como um objeto, uma produção em meio a outras. Para Foucault (2004), a constituição do homem ocidental se dá por meio de práticas objetivadoras, cujo objetivo é delinear o sujeito e seu comportamento e práticas subjetivadoras, pelas quais o sujeito inscreve sua subjetividade. Essas práticas permitem-nos pensar o funcionário público quando produzido por meio de práticas objetivadoras como leis, decretos, sindicatos, governos e quando eles se enunciam no interior de um estatuto, identificando-se como servidor público, por exemplo.

Para compreendemos o modo como Foucault empreende uma investigação da existência histórica do sujeito, é preciso fazer incursão nos deslocamentos do pensamento do filósofo. Há três eixos em que Foucault reflete sobre o sujeito, que didaticamente constituem as fases de sua obra: o ser-saber, o ser-poder e o ser-si.

A obra de Michel Foucault pode ser classificada em três momentos que, embora pareçam distintos, se imbricam: ser-saber, ser-poder e ser-si, nos quais analisa, respectivamente, a constituição dos saberes na sociedade, as formas por meio das quais o poder é exercido sobre os sujeitos e a experiência do indivíduo com a sua sexualidade. (NAVARRO, 2008, p.01)

As abordagens de Foucault percorrem esses três momentos distintos. No primeiro momento, o filósofo está interessado em ver o sujeito como um objeto de saber, em suma, o funcionamento que permite a grupos de enunciados específicos serem tratados como saberes. Nesse momento, Foucault desenvolve o método arqueológico, cuja função é pôr em relação os discursos e a produção de saberes. No segundo, a preocupação está em observar o sujeito como objeto do poder, em outras palavras, as sofisticadas formas de controle que cercam os sujeitos, na “relação que existe entre esses grandes tipos de discurso e as condições históricas,

as condições econômicas, as condições políticas de seu aparecimento e de sua formação” (REVEL, 2005, p. 38). Nessa fase, Foucault desenvolve o método genealógico, o qual coloca em contato as relações entre os discursos e o poder, o que implica a associação do discursivo e do não discursivo, organizados no interior de dispositivos. No terceiro momento, seu interesse recai na experiência do sujeito consigo mesmo ao pensar a construção da subjetividade, por meio da inscrição do indivíduo nos mecanismos institucionalizados que permitem o governo e as tecnologias de si.

Considerando a trajetória do pensamento de Foucault, compreendemos que Michel Foucault “não apreende o discurso da mesma maneira nas fases arqueológica e genealógica de seu pensamento. Todavia, nessas duas fases, o discurso é para Foucault um objeto essencialmente empírico” (BARONAS, 2011b, p. 40). Centrado na ideia de que o discurso constrói os objetos do conhecimento, seu olhar mapeia um “sujeito fabricação”, opondo-se à ideia cartesiana do sujeito ser uma instância produtora. É a ideia de fabricação que constitui nosso olhar discursivo para o sujeito funcionário público. A construção do sujeito se dá no entremeio dos dispositivos que agenciam os saberes, os poderes e a ética na sociedade. Assim, os sujeitos em Foucault são tomados como “efeitos das construções discursivas, ao invés de serem tomados como pontos de partida para a explicação das práticas sociais” (RAGO, 1995, p. 71). A partir desse posicionamento, compreendemos que os funcionários públicos, objeto da nossa análise, não escolhem conscientemente o que vão chamar de si, mas são os discursos que por meio de técnicas e mecanismos bastante específicos possibilitam a criação da subjetividade.

[...] o discurso não é fruto de um sujeito que pensa e sabe o que quer. É o discurso que determina o que o sujeito deve falar, é ele que estipula as modalidades enunciativas. Logo, o sujeito não preexiste ao discurso, ele é uma construção no discurso, sendo este um feixe de relações que irá determinar o que dizer, quando e de que modo (NAVARRO, 2004, p. 113).

As problematizações de Foucault nortearam os avanços da disciplina, pois oferecem bases de reelaboração em consonância às mudanças estruturais na sociedade. Suas discussões sobre o discurso ainda são atuais, fomentam novas possibilidades de análise aos pesquisadores do discurso no Brasil, pois oferece uma “caixa de ferramentas” capaz de dar conta do exame de incontáveis materialidades. A “caixa”, em que residem as categorias metodológicas do método de Foucault, é o objeto sobre o qual nos debruçaremos mais adiante, após rememorarmos as

relações entre discurso/saberes/poderes. Essas ferramentas são muito caras a este trabalho, pois nos serão os meios de cumprir nossos objetivos.

## 2. 2 Fase arqueológica: o discurso em Foucault e sua relação com o saber

Ancorado nas leituras de Nietzsche, para Foucault os objetos do saber não são supra-históricos. Eles são constantemente remodelados pelas *epistemes* e outras práticas em que ganham sentidos. Essas preocupações também são recorrentes em textos de seus contemporâneos Louis Althusser e Michel Pêcheux. Porém, diferentemente deles, Foucault não está interessado em categorias oriundas do pensamento de Karl Marx, como contradição, assujeitamento, lutas de classes, alienação. O filósofo não considera a existência de uma base única que defina os processos discursivos, como apontam as teses althusserianas ser essa base econômica. Foucault mostra-se interessado em questões de amplitude maior, como a constituição e transformação dos saberes na sociedade, ou como diz Gregolin (2004a, p. 55), seu interesse era “investigar os saberes que embasam a cultura ocidental”.

Foucault investiga a positividade dos discursos, como essas instâncias produzem os enunciados a serem validados, os que devem ser esquecidos ou invisibilizados e como cada época organiza grupos de enunciados. Foucault (1984) considera que é o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma de reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política, etc.) A respeito disso, pontuamos o exemplo apresentado pelo filósofo em *A Ordem do Discurso* (2006). Segundo ele, o que o botânico Mendel dizia em seu tempo era verdade, mas não estava no “verdadeiro” do discurso biológico de seu tempo. Foi preciso que esse saber se deslocasse no tempo, e toda “uma mudança de escala, o desdobramento de todo um plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse no verdadeiro e suas proposições aparecessem (em boa parte) exatas” (FOUCAULT, 2006a, p. 35).

Nesse sentido, a proposta do filósofo é examinar essa tensão inerente aos discursos, que os permitem transitar de um polo a outro nas práticas sociais em que eles ganham sentido. Porém, para essa aventura, Foucault, em consonância com Nietzsche, descê na ideia da origem de sentidos. Ele propõe logo na introdução

de *A Arqueologia do Saber* (2004), a necessidade de abandonar a ideia de continuidade, influência, desenvolvimento e evolução. Em seu projeto arqueológico, o filósofo dispensará o estudo dos discursos que compõem determinados saberes numa ordem cronológica, como se houvesse uma evolução no decorrer da História. Em substituição, propõe uma relação entre o saber, discurso e a historicidade dos processos discursivos, com base no conceito de prática discursiva, ou seja, examinando as regras históricas que permitiram às práticas produzirem certos enunciados, validando-os ou invalidando-os como úteis.

Essa discussão esclarece a concepção de História a qual Michel Foucault filia-se para desenvolver o método arqueológico. Nas palavras de Navarro (2015), opondo-se ao procedimento historiográfico chamado de História Tradicional (História Global), Foucault percebe nas reflexões da Nova História<sup>1</sup> (História Geral) terreno para observar os acontecimentos discursivos e empreender sua arqueologia. Apesar de a natureza semântica do termo arqueologia referir-se a uma procura, Foucault esclarece:

[...] não incita a busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral do arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo. (FOUCAULT, 2004, p. 30)

Para Foucault, empreender uma arqueologia das fases da constituição dos saberes precisava de um trabalho que considerasse rupturas e dispersões. Assim, epistemologicamente não caberia recorrer à concepção de História Tradicional, que propunha metodologia baseada em uma memória cronológica, narrativizada num fluxo contínuo dos acontecimentos (a ideia de evolução). A continuidade, tão cara às vertentes tradicionais da História, é percebida como um efeito<sup>2</sup> pelos historiadores com os quais Foucault dialoga.

---

<sup>1</sup> O que chamamos de Nova História (ou História Nova) diz respeito a uma série de problematizações que inaugura um novo pensar historiográfico. Esse movimento foi associado inicialmente à Escola dos *Annales*, que surgia como um símbolo de renovação dos procedimentos historiográficos ditados por uma visão positivista do modo de fazer história.

<sup>2</sup> Em síntese, o trabalho do historiador tradicional consiste em estabelecer ligações entre acontecimentos, organizando-se numa linha contínua do tempo. A esse fluxo contínuo dos grandes acontecimentos que desemboca numa crônica de períodos longos, é considerado “efeito da elaboração, metodologicamente organizada, das séries” (FOUCAULT, 2004, p. 9). Essas inquietações sobre os procedimentos historiográficos, faz Certeau (1982) produzir sua pergunta clássica: o que fabrica o historiador quando “faz história”? Em suas indagações, o autor reflete que a

A função de uma arqueologia dos saberes é compreender em que condições os discursos detectáveis historicamente instituíram as linhas da sociedade e concederam identidades aos objetos do conhecimento. Nessa esteira, o trabalho do arqueólogo do saber seria o de “apontar as disparidades fronteiriças da história e identificar os acontecimentos que romperam progressivamente a organização e a permanência” (VOSS, 2011, p. 27). Um projeto que exigia uma concepção de História diferente da concebida nos ditames positivistas, que reclamava relações de causa e consequência entre os fatos históricos e apontava ser possível reconstituir o “rosto de uma época” (FOUCAULT, 2004, p. 10-11). Um procedimento que dividia a História em grandes blocos, cada um deles com um centro de acontecimentos específicos.

Não se deve mais procurar o ponto de origem absoluta, ou de uma revolução total, a partir do qual tudo se organiza, tudo se torna possível e necessário, tudo se extingue para recomeçar. Temos de tratar de acontecimentos de tipos e de níveis diferentes, tomados em tramas históricas distintas; uma homogeneidade enunciativa que se instaura não implica de modo algum que, de agora em diante e por décadas ou séculos, os homens vão dizer e pensar a mesma coisa; não implica, tampouco, a definição, explícita ou não, de um certo número de princípios de que todo o resto resultaria como consequência (FOUCAULT, 2004, p. 165)

Na história geral, a análise dos enunciados não pode ser dada por meio da implicação. Apesar de que “não há enunciado que não suponha outros” (FOUCAULT, 2004, p. 112), os enunciados não se sucedem sob uma linha evolutiva capaz de lhes garantir estabilidade. Foucault diria que os enunciados não formam uma continuidade e não podem ser analisados como se pertencessem a uma origem secreta. Sendo o fazer arqueológico nosso programa de trabalho, consideramos deixar delimitadas as imposições historiográficas desse procedimento para empreender uma análise do discurso da constituição do sujeito funcionário público situado na descontinuidade da História.

O primeiro rompimento pontuado por Foucault diz respeito à noção de continuidade. Diante do descontínuo, o trabalho da História Tradicional é apagá-lo, contorná-lo, reduzi-lo para dar lugar a uma história narrativizada, capaz de dar conta de restituir todos os acontecimentos e organizá-lo linearmente numa totalidade coesa. Subjaz a esse procedimento a crença de o acontecimento ser considerado imutável na prática historiográfica, portanto possível de ser tecido pela linguagem

---

história é escrita, um modo de produzir sentidos, pois o documento como objeto histórico de uma ciência, não está alheio a interpretações, o que coloca em cheque a concepção objetiva da História.

como de fato ele realmente ocorrera num dado tempo-espaço. Como já adiantamos, a vertente historiográfica a qual Foucault filia-se “rejeita o continuísmo presente na história tradicional por considerá-lo um refúgio do antropocentrismo, um correlato indispensável ao sujeito [...]” (NAVARRO, 2004, p. 99). Optar por uma abordagem centrada nas discontinuidades, significa crer que os acontecimentos não estão submetidos a um núcleo, mas constituídos de “múltiplos centros de estruturação e de dispersão” (NAVARRO, 2004, p. 100). Na opinião de Gregolin (2004, p. 33)

- a) a História se produz em um emaranhado de discontinuidades superpostas;
- b) a História pressupõe tipos diferentes de duração (longa, média, curta) a partir das quais podem ser observados os acontecimentos;
- c) há múltiplas temporalidades no interior das quais irrompem os acontecimentos;
- d) abandona-se a ideia teleológica de ‘evolução’ em favor da ideia de ‘descontinuidade’.

A História, dessa forma, desenvolve-se em torno de múltiplas temporalidades. A teorização de Foucault requer repensar o modo de operação da história global, como se uma temporalidade única deslizesse igualmente para todos os indivíduos que convivem em determinado tempo-espaço. É uma perspectiva idealizadora, na qual o pesquisador da história global precisa filiar-se para narrativizar os fatos e dotá-los de sentido. Em movimento contrário a essa perspectiva, a descontinuidade passa a ser motor da dimensão histórica dos acontecimentos. Nesses termos, Foucault considera a História como nó problemático, em torno do qual gravitam múltiplas temporalidades que atingem diferentemente os saberes dos indivíduos situados num mesmo tempo-espaço.

Consideramos extremamente relevante o conceito de múltiplas temporalidades de tal forma que este não poderia estar ausente do empreendimento da nossa pesquisa. Submetidos a esse princípio, consideramos que o discurso do “funcionário público que não trabalha” não tem início, meio e terá um fim, mas que atravessa os tempos e vem sendo repetido/ressignificado/atualizado em diferentes práticas discursivas de domínios discursivos distintos. Os sindicatos de trabalhadores públicos, a exemplo, combatem esses discursos distribuindo material de divulgação no qual descrevem seus filiados como exímios profissionais, que se doam como verdadeiros servidores a suas atividades rotineiras nas repartições públicas. É possível ver materializado na Internet, reiterado em piadas, em charges, produções televisivas, na entrevista na TV do usuário do serviço público após um atendimento considerado insatisfatório, a irrupção do discurso de que o funcionário

público é relaxado, preguiçoso. O mesmo indivíduo (o trabalhador público) é situado entre essas temporalidades. A primeira temporalidade requer um retorno à memória de um Brasil Império, em que a máquina estatal estava embasada por determinados saberes (longa duração). A segunda remete a um discurso de valor direcionado ao trabalhador público, cujas superfícies de emergência se deram com maior ênfase após o processo de redemocratização do país (curta duração).

O segundo rompimento, na esteira de Foucault, diz respeito à oposição documento/monumento. Mussalim (2011) sintetiza a arqueologia foucaultiana como “uma análise das condições de possibilidade que fizeram com que, em determinado momento histórico, apenas alguns enunciados tenham sido efetivamente possíveis”. Essa visada da arqueologia exige um trabalho mais amplo com materialidades, opondo-se ao que a História Tradicional apregoava: um trabalho com monumentos históricos tratados como verdade absoluta<sup>3</sup>. Foucault (2004, p. 7) realiza uma crítica a esse método de trabalho logo na Introdução d’*A Arqueologia do Saber*.

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa. (grifos do autor).

Foucault propõe que as vontades de verdade não sejam tomadas como única verdade, mas que seja compreendida como “efeitos de verdade cuja evidência precisa ser destruída, sacudida, interrogada” (NAVARRO, 2015, p. 153), o que significa tratá-los como um monumento, “por meio do qual o historiador pode constituir séries, definindo-lhes seus elementos e limites, descobrindo o tipo de relação que lhes são específicas e as leis que as rege” (NAVARRO, 2004, p. 101).

---

<sup>3</sup> Foucault entende por monumentos históricos os documentos oficiais, aqueles produzidos por impérios ou repúblicas, documentados e organizados em grandes arquivos públicos. Considerando Navarro (2015) há no trabalho com monumentos uma *vontade de verdade* no documento, como se ele fosse espelho da realidade. Tal concepção opõe-se radicalmente à Nova História, cuja base filosófica, segundo Burke (1992), é a ideia de que a realidade é social ou mesmo culturalmente construída.

Essa abordagem compreende o documento como um vestígio discursivo, um nó numa rede de casualidades. Considerando a definição de enunciado em Foucault, que não é mais reprimido às coerções meramente linguísticas, a arqueologia enquanto método permite-nos transformar qualquer enunciado efetivamente produzido (seja ele linguístico, imagético, sonoro, seja também oficial ou cotidiano) em monumento histórico, propondo-se a “analisar a História não como uma sucessão de fatos com sentidos já cristalizados, mas que apresentam sentidos a serem interpretados na materialidade discursiva” (SARGENTINI, 1997, p. 77).

Esse deslocamento proposto por Foucault nos guiará na busca por enunciados que estejam no domínio de uma história do funcionalismo público no Brasil. Consideraremos enunciados produzidos, inscritos na ordem da História, que tome por objeto o funcionário público, como passível de descrição-interpretação, capazes de significar/ressignificar o que é o ser funcionário público nas múltiplas temporalidades das quais a História se faz. Em nossa tarefa de constituir parte da história do funcionalismo público, partiremos de vestígios discursivos heterogêneos que desenham historicamente o sujeito funcionário público. Nossa leitura não buscará “a verdade” sobre esses objetos. Seguindo nossa visada teórica, pensaremos nas condições de sua formação: naquilo que os fazem singular e quais formulações outras eles inauguram, excluem ou interdita.

O terceiro deslocamento parte da superação de que há um sujeito determinante, consciente e fundador no centro de todo o devir histórico. Não há uma “subjetividade fundadora” (ARAÚJO, 2001, p. 193). Essa concepção, herança da teoria clássica do conhecimento, apregoada largamente no Iluminismo, sugere que as revoluções que mudam o curso da História “jamais passam aí de tomadas de consciência” (FOUCAULT, 2004, p. 14), ou seja, as ações intencionais vão definindo os rumos da narrativa, “sempre que se concebe o sujeito como cogito, ao estilo cartesiano, concebe-se também a linguagem como algo transparente, subproduto do pensamento” (ARAÚJO, 2001, p. 173). Reagindo a esse pensamento antropocêntrico, Foucault rejeita a ideia de que há no centro dos acontecimentos um sujeito que seja origem daquilo que enuncia.

Ao coroar as intenções do sujeito como ponto de partida e o ponto de chegada de qualquer importante acontecimento histórico, a História Tradicional coloca grandes personalidades históricas (reis, imperadores, príncipes, generais, chefes eclesiásticos) como os únicos mentores dos acontecimentos discursivos. A

História se resumiria àquilo que esses homens fizeram no passado. Burke (1992) reflete que para escrever história, recorre-se, então, aos documentos escritos por/sobre esses homens, organizados em bibliotecas estatais, e ao resto da humanidade é destinado um papel secundário nas narrativas históricas. Além disso, a história global preocupa-se com eventos que julga possuir visibilidade, ao alcance de todos, por isso pauta-se em grandes obras, leis, programas de governo, mapas, etc.

Por sua vez, Foucault trabalha com o descentramento do sujeito no processo de produção de saberes. O sujeito passa a ser reconhecido como dispersão, uma reação à ideia de unidade do sujeito, herança iluminista. Para tratar o sujeito como dispersão, é preciso reconhecê-lo como um lugar vazio, um espaço a ser ocupado por indivíduos diferentes. O sujeito é, dessa forma, uma função do enunciado, e o indivíduo, para acessar essa função, deve ter seu lugar de fala reconhecido socialmente. É o que acontece com o discurso médico, objeto de estudo do filósofo. Ao falar de uma instituição como o hospital, o discurso do indivíduo passa a ter legitimidade e ser aceito como discurso médico verdadeiro de seu tempo. Um jornalista, ao fornecer informações sobre saúde numa matéria jornalística, dá voz a médicos, nutricionistas, psicólogos ou outros profissionais da saúde que têm como função atestar a veracidade dos enunciados ditos.

Como já é possível constatar, Foucault está interessado na constituição dos saberes que esses sujeitos reproduzem e não em atos individuais. Nessa visada, “o sujeito não é mais o centro dos acontecimentos discursivos, mas objeto e sujeito deles” (NAVARRO, 2015, p. 153). Tal proposição requer pensarmos que o homem é objeto constante das ciências, produzido por meio de práticas discursivas no seio de saberes organizados como a biologia, a economia, a medicina, a administração; e como o homem é sujeito desses saberes, ressignificado continuamente em práticas discursivas identitárias. Em síntese, a ideia é que os sujeitos como objetos do conhecimento, não preexistem ao saber, mas existem enquanto acontecimentos, como aquilo que uma época pôde dizer devido certos arranjos entre discurso e as condições não discursivas (SILVA, 2004).

Nesse eixo, ao construir parte da história do funcionalismo público brasileiro, não nos importará a história vista a partir de grandes líderes sindicais e nem nos valeremos de depoimentos dos indivíduos mais significativos que foram funcionários públicos no decorrer da História. Como estamos nos propondo a

constituir fragmentos dessa história numa perspectiva discursiva, analisando os modos como esses sujeitos foram subjetivados em práticas discursivas casuais no decorrer do tempo cronológico, focalizaremos as discursivizações relacionadas a esses profissionais no curso da História por meio de enunciados de diversos campos discursivos. Nessa via, interrogamos em que condições esses profissionais tornaram-se objeto de conhecimento e como se foram instruindo processos de subjetivação dos quais emergiram saberes (evidências).

Feitas essas considerações, pensaremos nas relações de poder inscritas nas condições de aparecimento dos enunciados que darão origem a nosso percurso genealógico sobre o funcionalismo público no Brasil e no Maranhão. Compreender a emergência das materialidades considerando o exercício do poder que as materializa, leva-nos a buscar novamente Foucault, pois ele nos leva a “pensar na sua visão sobre o poder e, como desdobramento, na relação saber-poder para, no âmbito dessa relação, enxergarmos as ações sobre/do sujeito” (SILVA, 2004, p. 159). Considerando o enlace indissociável entre saber/poder, visualizamos a abordagem do filósofo sobre o poder, a fim de compreender a emergência dos saberes que constroem pelo discurso as evidências do que é ser funcionário público.

### 2.3 Fase genealógica: o discurso em Foucault e sua relação com o poder

Se na primeira fase das pesquisas de Foucault, a tônica de suas investigações recaía sobre os saberes, buscando compreender como eles se formavam e se decompunham num fluxo histórico descontínuo, na seguinte, o filósofo inaugura uma fase de seu pensamento centrado na genealogia do poder. Nessa etapa, interessava a Foucault relacionar a existência de saberes ao poder, ou seja, a proveniência histórica da “formação da vontade de verdade que dota os discursos de poder” (ARAÚJO, 2001, p. 195), pois aquilo que é verdadeiro em uma época está ligado ao sistema do poder (SILVA, 2004). Esse posicionamento diante das discursividades implica considerar que em tudo aquilo que é dito e é considerado verdadeiro em dado momento histórico tem vinculação direta com as relações de poder em voga na época. A esse respeito, Foucault (1997, p. 158) afirma:

[...] creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento,

de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território.

Nesse aspecto, o empreendimento arqueológico visa localizar no curso descontínuo da História práticas discursivas nas quais o homem é objeto do conhecimento (objetivação do sujeito). É um movimento de descrição, livre da ideia de que há em toda produção linguageira um indivíduo livre e responsável por esculpir os objetos dos quais fala. Na genealogia, busca-se compreender quais configurações econômicas, sociais, institucionais permitiram aos objetos do conhecimento emergirem enquanto regimes temáticos a partir de uma preocupação histórica. Nesses termos, não haveria saber neutro: os saberes têm profunda ligação com redes não discursivas que dotam as formulações de cientificidade.

Ao relacionar o poder e a produção da verdade, Foucault não quis fundar uma teoria geral do poder. Segundo Albuquerque (1995, p. 105), Foucault “rejeitava a ideia de Teoria com T maiúsculo à qual atribuía uma função de poder muito mais do que de instrumento de conhecimento”. Até porque o objeto dessa suposta teoria não existe: o poder não é coisa, nem mercadoria da qual se pode deter posse. O que existe, segundo o filósofo, são relações de poder. Em contrapartida, Foucault oferece uma “analítica do poder”, um programa de pesquisa que nos permite investigar as instâncias mínimas de pulverização do poder na sociedade.

Rago (1995, p. 68) afirma que durante a trajetória filosófica de Foucault, ele “deslocava o foco para as margens [...]”. Seu tratamento em relação à analítica do poder não poderia ser diferente: Foucault impulsiona um deslocamento que vê o poder de baixo para cima. Ao operar nesse ângulo metodológico, a dinâmica do poder se dá por meio de sua instância periférica até o centro. Trata-se de rejeitar a concepção clássica que afirmava ser o poder “um conjunto de forças materiais que se concentra no centro da sociedade, e se irradia intermitente em direção à periferia” (ALBUQUERQUE, 1995, p. 109), considerando que o poder se dissipa das extremidades em direção ao Estado.

O Estado, na revisitação marxista de Louis Althusser (1985), é reconhecido como lugar centralizado de exercício do poder. Por meio do Estado, o poder é disseminado para instâncias as quais Althusser (1985) chamou de

Aparelhos Repressivos e Aparelhos Ideológicos. O primeiro funcionaria por meio da violência, ao passo que o segundo tem por fundamento a ideologia. Na constituição de sua analítica, Foucault desloca tal concepção de poder, ao propor que o poder não surge em determinado ponto. Apesar de ter sido aluno de Althusser, o filósofo desenvolve um pensamento independente de seu professor. Acusado de desenvolver um marxismo paralelo<sup>4</sup>, sua vasta obra não trabalha com as clássicas categorias dos postulados marxistas tais como “ideologia” ou “contradição”, “lutas de classes”. Suas teses destituem o Estado como centro de posse do poder<sup>5</sup>. O poder, em termos foucaultianos, encontra-se distribuído em moléculas na sociedade, exercendo-se mesmo nos níveis mais baixos, funcionando em redes, então o que existem são micropoderes.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento (FOUCAULT, 1997, p. 178).

Ao considerar o poder capilar, Foucault defende uma noção de poder que pode ser exercido, ao alcance de todo sujeito. “O poder não mais localizável, mas multidirecional, espalhado como micropoderes - grãos de poderes na mesa do social” (SILVA, 2004, p. 160). Nessa perspectiva, não existem implicações entre o Estado e o poder, nem mesmo classes dominantes que detêm o poder para subjugar seus dominados. No prefácio de *Microfísica do poder*, Machado (1997, p. 10) sintetiza dizendo que “não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados”. Silenciosamente, o poder circula na sociedade, na vida cotidiana, induz ao desejo e institui saberes.

O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se trata os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres... todas essas relações são relações políticas. Só podemos mudar a sociedade sob a condição de mudar essas relações (FOUCAULT, 2006b, p. 262).

<sup>4</sup> Ao desenvolver um enfoque teórico considerado “historicista”, segundo Pêcheux, Foucault coloca-se na periferia da luta política. A ausência de categorias marxistas no trabalho histórico foucaultiano levou Pêcheux a acusar Foucault de desenvolver um “marxismo paralelo” (GREGOLIN, 2004). Para tecer essa consideração, Pêcheux parte de uma entrevista dada por Foucault na qual este afirma não haver mudança substancial na União Soviética após a passagem para o regime socialista em 1917, esboçando uma crítica ao regime stalinista.

<sup>5</sup> A essa corrente de pensamento que coloca o Estado como centro do poder, Foucault chamou de poder-soberania (ALBUQUERQUE, 1995).

Em síntese, o poder em Foucault é microfísico, o que significa afirmar que ele se encontra sempre ao alcance de toda a sociedade. O poder realiza-se em cadeias, não sendo algo que detém posse, é uma microestratégia usada nas relações cotidianas nas quais os sujeitos – os quais não precisam necessariamente estar posicionados economicamente – agem uns sobre os outros. Esse enfoque polemiza com os teóricos marxistas à medida que estes consideram a disputa de poder condicionada à luta entre classes. Na teoria, o poder remete à repressão, à violência, autoritarismo e a imposição de limites no intuito de manter a ordem social<sup>6</sup>.

Foucault não considera o poder fundamentalmente como repressivo; a tônica de sua analítica recai na positividade do poder, para compreender como o exercício anônimo do poder administra os sujeitos, produz saberes e induz ao desejo (NAVARRO, 2015).

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: 'ele exclui', ele 'reprime', ele 'recalca' ele 'censura, ele 'abstrai', ele 'mascara', ele 'esconde'. De fato, o poder produz; ele produz o real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo do conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1975, p. 241).

Esse pensamento se contrapõe à *episteme* clássica, que acredita no conhecimento como objeto autônomo, livre das relações do poder. Como já adiantamos, o filósofo acredita que na produção de saberes, os poderes estão implicados diretamente (não existe saber neutro). Mesmo assim, Foucault afirma que o poder atua de forma administrativa, dócil e agradável na sociedade, pois não é uma prática centrada apenas em dizer “não”. Segundo Machado (1997, p. 17), o exercício do poder interessa-se em “gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações [...] aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades”. Sob essa lente, Foucault vê o poder agindo nos indivíduos por meio do controle de seus corpos, comportamentos, hábitos e no aprimoramento de suas habilidades. Tal observação vai desembocar em outro momento de seu pensamento: a subjetivação do sujeito

---

<sup>6</sup> A teoria althusseriana, dentre as variadas vertentes marxistas, é mais sofisticada no que diz respeito aos postulados sobre o poder. Althusser (1985) reafirma existirem Aparelhos Repressivos do Estado, onde o controle dos indivíduos se exerce por meio da negação e violência (tribunais, polícia, prisões, exército). Ademais, Althusser cria o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado, responsáveis por produzir comportamentos no sujeito, agindo por meio da ideologia, como as escolas. O poder do Estado em Althusser nos parece ter duas faces: uma negativa (proibitiva) e uma positiva.

(ser-si). Nessa fase, Foucault focaliza o poder disciplinar. A esse respeito, cabem as considerações de Hall (2001, p. 46):

O objetivo do 'poder disciplinar' consiste em manter 'as vidas, as atividades, o trabalho, as infelicidades e os prazeres dos indivíduos', assim como sua saúde física e moral, suas práticas sexuais e sua vida familiar, sob estrito controle e disciplina, com base no poder dos regimes administrativos, do conhecimento especializado dos profissionais e no conhecimento fornecido pelas 'disciplinas' das Ciências Sociais.

Segundo Foucault (1975), no final do século XVII, a invenção do estado moderno propiciou técnicas de controle centradas nos corpos dos indivíduos. Essa mudança consolidou a passagem para a sociedade do controle, na qual o poder tudo vê sem ser visto. É possível caracterizar esse controle a partir do modelo Panóptico de Jeremy Bentham, pelo qual os indivíduos são vigiados sem enxergar aqueles que os observam. A essas técnicas silenciosas de poder, "métodos que permitem o controle minucioso de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade" (FOUCAULT, 1975, p. 161), o filósofo chamou de disciplinas. É por meio dela que se observam mais facilmente as práticas de poder na sociedade: opressor/oprimido, patrão/empregado, professor/aluno são relações que afetam diretamente os hábitos e os comportamentos do indivíduo, "adestrando-o" para viver em sociedade.

No interior das disciplinas, Foucault (1997) percebe as resistências, pois o poder não consegue atingir a todos. Gregolin (2004b) alerta que na dinâmica dos poderes, os sujeitos lutam, pois se houvesse apenas submissão, seria o fim da História. Em uma dada época, poder e resistência convivem, atestando a fugacidade do primeiro, pois não há poder que se perpetue para sempre e não há resistência elaborada estrategicamente que não possa se constituir poder.

Com base nas ponderações de Foucault, no que tange à pulverização de poderes na sociedade, procuramos compreender como a analítica dos poderes determinaram saberes sobre o funcionário público brasileiro ao longo da História. Em nosso percurso analítico, analisaremos quais os exercícios de poder determinaram a produção de subjetividades para o funcionalismo público.

Essas ideias levam-nos a refletir sobre as formas como o funcionário público é discursivizado a partir de um exercício de poder em microformas dos próprios sujeitos funcionários públicos, sindicatos, governos. Em consonância ao projeto de Michel Foucault, consideramos a produção de subjetividades para o

servidor público, por meio de dispersão de enunciados nos quais pretendemos encontrar no tênue fio da regularidade, um produto histórico. Os enunciados sobre o funcionalismo público, tomados aqui como acontecimentos, não surgiram “segundo o jogo das circunstâncias” (FOUCAULT, 2004, p. 146); um conjunto de poderes determinaram os saberes pelos quais se constrói a evidência de que sabemos hoje o que é ser funcionário público. As subjetividades produzidas em dado momento histórico transformam-se, são ressignificadas por meio de práticas discursivas e não discursivas anônimas, deslocadas no espaço-tempo, gerando efeitos de memória e sendo condição para que novas subjetividades sejam elaboradas. Nosso empreendimento arqueogenealógico consiste em interrogar as condições de emergência de saberes descontínuos, numa dimensão histórica que envolve irrupção, transformação, repetição e deslocamento daquilo que foi, está sendo e será dito sobre o sujeito da nossa investigação.

#### 2. 4 Considerações teóricas sobre o método: a caixa de ferramentas

Quando contemplamos os objetivos deste trabalho, que se assentam na problemática de saberes em torno do funcionário público no curso de um passado e presente históricos descontínuos entre si, percebemos que os métodos arqueológico/genealógico propostos por Foucault são os mais adequados, pois nos oferecem uma verdadeira caixa de ferramentas<sup>7</sup> capaz de nos fazer refletir sobre as formas como as discursividades são dispostas na ordem do saber e como os sentidos do discurso vão construindo as evidências que nos são impostas. Ao escolher esse método, não ambicionamos encontrar uma “origem secreta” dos saberes sobre o funcionalismo público, mas sim tentar explicar as regras de formação que configuram o surgimento deles. Os métodos arqueológico/genealógico fixam

[...] a escavação, a restauração e a exposição de discursos, a fim de enxergar a positividade do saber em um determinado momento histórico. Ele se constitui na busca de elementos que possam ser articulados entre si e que fornecem um panorama coerente das condições de produção de um saber em certa época. Analisando a extensa rede que constitui as positividades do saber, a arqueologia procura não as ideias, mas os

---

<sup>7</sup> A metáfora da caixa de ferramentas ficou famosa num diálogo travado entre Deleuze e Foucault, em que o primeiro afirma a necessidade de qualquer teoria servir como caixa de ferramentas, funcionando efetivamente. Em uma entrevista ao *Le Monde*, Foucault novamente afirma que seus postulados são ‘caixinhas de ferramentas’, e sugere que as pessoas possam abrir a caixa, servir-se de uma frase ou ideia para provocar um curto-circuito nos sistemas de poder.

próprios discursos enquanto práticas descontínuas que obedecem a certas regras [...] (GREGOLIN, 2004a, p. 71-72)

Como já comentado, o projeto teórico de Foucault permite-nos compreender como a singularidade do enunciado é produto de uma trama histórica, na busca de descobrir “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2004, p. 30). Trata-se, então, de um olhar analítico que rastreia na formulação do enunciado a exclusão de outros. Diante das ponderações de Revel (2005), o que Foucault propõe não é realizar a arqueologia dos enunciados, mas *uma* arqueologia. Dessa forma, nossa arqueologia tentará explicar as condições em que apareceram discursos sobre o funcionário público brasileiro a partir da interdiscursividade que esses discursos mantêm com outros. Portanto, não se trata de esgotar o tema, como se propuséssemos contar a “história global do funcionalismo público”, mas de atingirmos as condições de emergência que governaram a existência de sentidos sobre esses profissionais no Brasil.

Sob o manto de arqueólogo do saber, nossa escavação propicia a análise das condições em que os discursos sobre o funcionário público apareceram, bem como outros discursos que desalojam essas discursivizações sobre esses sujeitos. Observaremos no capítulo seguinte que diversas mutações na administração pública, mediadas por relações de poder em diversos pontos na estrutura, levaram a inauguração de discursos que determinaram saberes sobre o serviço público e, por consequência, o sujeito desse serviço, o funcionário público. Consoante ao projeto arqueogenealógico, perceberemos esses discursos irrompendo sob a descontinuidade da História. Nesses termos, a empreitada arqueogenealógica nos conduz a isolar os estratos de acontecimentos que permitiram a irrupção dos discursos para instaurar as séries de séries que relacionam a estrutura à ordem da História.

Na Análise do Discurso, teoria e método não estão em pontos distantes, pois os conceitos teóricos são também analíticos. Nossa tarefa será partir do disperso em direção ao regular (VOSS, 2011), efetuando uma operação com vestígios discursivos que expressem vontade de verdade para “localizar, nas *práticas discursivas*, as definições do exercício dos *enunciados* e, então, poder agrupá-los em séries que formarão os *discursos* e que nos indicarão os domínios das *formações discursivas*” (VOSS, 2011, p. 61, grifos nossos), remetendo a um *arquivo* que rege o aparecimento do enunciado na ordem do saber. Desse modo, desejamos

evidenciar os conceitos teórico-analíticos em destaque, partindo do mais atômico (enunciado), ao mais amplo (arquivo).

Como nossa proposta inicial é constituir parte da história genealógica do funcionalismo público considerando os regimes de enunciabilidade que formataram subjetividades para o funcionário público por meio de discursos localizáveis no curso da História, julgamos pertinente apresentar os conceitos operatórios apresentados n'*A Arqueologia do Saber* (2004). Em nosso percurso conceitual, damos ênfase ao que Foucault entende por *arquivo*, já que se trata do conceito mais fecundo do autor para a elaboração desse trabalho, além de convocarmos outras categorias teórico-analíticas de diferentes momentos dos postulados foucaultianos, em especial aquilo que Foucault chamou de *dispositivo* que será discutido com ênfase no capítulo seguinte.

#### 2.4.1 Enunciado

O primeiro conceito sobre o qual nos debruçaremos é o *enunciado*. Embora já tenhamos tratado introdutoriamente como a definição do termo convocou a Análise do Discurso a repensar seu modelo metodológico, acreditamos que mais discussões em torno desse objeto são válidas. O enunciado é considerado o átomo do discurso, molécula menor de uma formação discursiva (NAVARRO, 2004), elemento atômico passível de ser isolado (MAZZOLA, 2010), unidade elementar de análise (FOUCAULT, 2004). No capítulo *Definir o Enunciado* n'*A Arqueologia do Saber* (2004), Foucault trata de diferenciá-lo em relação à frase, proposição e ao ato de linguagem, designando um objeto próprio, pelo qual os discursos são constituídos. Dessa forma, um gráfico que não é frase, pode ser considerado enunciado. Ao contrário da proposição, o enunciado não está submetido ao exame de verdadeiro/falso. E apesar de próximos, o enunciado não está correlato à ideia de atos ilocutórios. A partir disso, conclui-se que o enunciado se encontra numa relação transversal entre esses três conceitos, pois é enquanto objeto de discurso que uma frase ganha estatuto de enunciado (ARAÚJO, 2001). Trazemos Foucault (2004) para apresentar em linhas gerais sua concepção de enunciado:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou no

registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2004, p. 31-32).

Em face disso, Foucault relaciona o enunciado à enunciação. Enquanto o enunciado sempre possui uma materialidade, a enunciação, consoante ao pensamento de Ducrot (1987 *apud* BRANDÃO, 2012), é “o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado”. A enunciação é ato que não se repete, enquanto o enunciado tem substância<sup>8</sup> que o torna repetível (os signos). Dizer que uma sentença efetivamente dita é estrutura e acontecimento transcorre dessas propriedades: é estrutura, uma vez que se apoia na materialidade da língua, sendo produzida por um sujeito; é acontecimento, pois foge a uma rede de casualidades. Tais propriedades podem ser sintetizadas na célebre frase de Foucault: “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento ao seu redor”. (FOUCAULT, 2006a, p. 26)

Essa forma de conceber o enunciado leva o analista a distanciar-se das formulações linguísticas virtuais. Interessa apenas os enunciados que foram efetivamente produzidos cuja materialidade permitiu a ele ser posto em circulação, o que Foucault vai chamar de *estar em função enunciativa*. O que o faz raro e singular é o exercício de sua função enunciativa. Dessa forma, formas linguísticas potenciais de serem ainda externadas não interessam à arqueologia, pois nunca estiveram em função enunciativa. Nessa esteira, Foucault compreende o enunciado como uma função do sujeito. No exemplo de Araújo (2001), se um médico fala, a partir de seu lugar reconhecido por direito como seu (hospital, clínica) uma sentença, ela ganha estatuto de enunciado, pois foi proferida por um sujeito que ocupa uma determinada posição em um lugar institucional.

Como já adiantamos, para que uma formulação seja considerada um enunciado é necessário estar em desempenho de função enunciativa, fato este que requer quatro elementos em destaque: um sujeito (uma posição no interior dos enunciados), um referente (um princípio de diferenciação, o que lhe dá singularidade), um domínio associado (a coexistência com outros enunciados) e

---

<sup>8</sup> Aqui pensamos na materialidade considerando sua dimensão institucional. Isto é, o enunciado afetado pela instituição que o legitima.

uma materialidade específica<sup>9</sup> (o que permite que outras práticas institucionais ou não institucionais se apropriem dele para multiplicá-lo por meio da repetição). Realizar uma análise dos enunciados significa dar conta dessas propriedades, considerando que o aparecimento de um enunciado é acontecimento único, singular, que tem data e certo lugar de irrupção. O enunciado sempre traz em suas margens formulações outras as quais se filia ou desloca, atestando sua historicidade. Essa é uma condição para que o enunciado produza sentidos. Nas palavras do filósofo

[...] um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por 'contexto' – real ou verbal -, isto é, do conjunto dos elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido (FOUCAULT, 2004, p. 110).

Com base nas propostas de Foucault, a emergência de um enunciado se inscreve então naquilo que ele chamou de a ordem do discurso, um conjunto de enunciados considerados verdadeiros em dado tempo e espaço definido. Ao empreender uma descrição dos enunciados, o arqueólogo deve tratá-los como acontecimentos históricos. Segundo Foucault, é dada existência a alguma coisa que não existia antes de falar e que não existirá mais depois. Essa existência singular é dada a partir de leis de possibilidade. Portanto, apreender as condições que permitiram que determinados enunciados fossem efetivamente produzidos e outros impossibilitados de emergirem mantém o estatuto da arqueologia. Ao produzir um enunciado, este se inscreve numa ordem, e interdita o aparecimento de outros (FOUCAULT, 2006a). Aos enunciados que produzem a evidência do que é ser funcionário público, devemos compreendê-los

na estreiteza e singularidade de sua situação, de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode[m] estar ligado[s], de mostrar que outras formas de enunciados exclui[em]. (FOUCAULT, 2004, p. 31)

Ao operar sob essas condições, tomando as considerações de Foucault em relação ao poder, devemos considerar que a produção efetiva de um enunciado sobre o funcionalismo público maranhense está em consonância a um projeto, pois é o exercício do poder que dita aquilo que deve aparecer e aquilo que deve ser

---

<sup>9</sup> A respeito da questão da materialidade, também consideramos pertinente o pensamento de Navarro (2004, p. 111): “A materialidade do enunciado remete, portanto, às condições de possibilidade – um mesmo espaço de distribuição, a mesma repartição de singularidades, a mesma ordem de lugares e locais e a mesma relação com o meio instituído – que o tornam repetível”.

excluído. Para que entendamos como os enunciados vêm à superfície, é preciso interrogá-los para chegarmos à compreensão de seus imbricados sistemas de formação, o que nos leva à discussão sobre o que Foucault entende por *discurso*.

#### 2. 4. 2 Discurso

No capítulo *Definir o Enunciado*, na obra *A Arqueologia do Saber* (2004), Foucault fixa a definição de discurso como sendo um conjunto de enunciados que se apoia um mesmo sistema de formação. Mussalim (2011, p. 131) dá luz a essa concepção ao afirmar que o discurso é “constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência”. Nessa toada, Foucault revela que a partir desse conceito é possível falar sobre a existência de um discurso clínico, econômico, da história natural, psiquiátrico, atestando o interesse do filósofo na sua fase arqueológica pelo discurso das ciências.

Foucault desloca a compreensão de discurso reduzido a um conjunto de signos e o coloca no campo das práticas sociais, teorizando os discursos como “práticas que formatam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2004, p. 55). Esse postulado de Foucault reage à ideia de que há implicação entre as palavras e as coisas, isto é, os elementos significantes diretamente relacionados aos objetos e conteúdos da realidade empírica. Foucault pensa no discurso funcional, cuja propriedade é instituir continuamente os objetos. Tal convicção nos leva a concluir que um objeto é apenas aquilo que se permitiu falar dele. Os enunciados que se relacionam por se referirem a um mesmo objeto agrupam-se em estado de discurso (MAZZOLA, 2010). Nessa esteira, o discurso, em relação às formas como produz os objetos dos quais fala, constitui

[...] um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas aplicações práticas) a questão do poder (FOUCAULT, 2004, p. 136).

Nesse caminho, compreendemos a produção de sentidos sobre o funcionário público está submersas aos discursos. Se os discursos são condições para que os objetos existam, consideramos em nossa pesquisa que são eles que materializam os saberes sobre esses profissionais. Portanto, sentimos necessidade

em descortinar as condições de emergência desses discursos na produção de verdades que são tomadas como leis pelos sujeitos, realizando uma tarefa que consiste em desconstruir o discurso, “revelando as suas imbricadas teias de constituição e naturalização” (RAGO, 1995, p. 74).

#### 2. 4. 3 Formação discursiva

A arqueogenealogia, como apresentamos no decorrer deste capítulo, busca a descrição das condições de emergência que permitiu o aparecimento de um enunciado, numa data, num lugar, em condições históricas dadas pelo discurso, num fluxo histórico descontínuo em si mesmo. Em síntese, o método centra-se nos sistemas de formação dos enunciados. Apesar de falarmos em sistema, ele não tem uma base estrutural, ao contrário, é definido pela dispersão. Entretanto, é possível encontrar uma regularidade individualizante em relação aos sentidos que os discursos promovem. A esse feixe de correlações que reenviam enunciados dispersos uns aos outros, diferenciando-os de outros conjuntos de enunciados, Foucault (2004) concebe como formação discursiva. Remontemos ao filósofo:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) diremos, por convecção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2004, p. 43).

Nesses termos, Foucault alerta que uma formação discursiva não é homogênea, mas incessantemente atravessada de elementos que advêm de outras formações discursivas. Assim, não é possível enxergar uma formação discursiva como um bloco fechado de sentidos, mas num espaço discursivo, relacionando umas às outras nas suas relações de vizinhança. Isso nos permite pensar o discurso feminista, a exemplo, o qual se materializa em um conjunto de enunciados dispersos que tem a mulher por referente, dispostos em cartazes, congressos, livros, revistas, entrevistas, etc. Há uma regularidade naquilo que é dito, porém com zonas de convergência com outros discursos, como, por exemplo, o discurso médico, produtor de saberes sobre a igualdade biológica entre homens e mulheres. Essa propriedade é o que permite a transformação dos discursos, ou seja, o contato das formações discursivas em determinado tempo-espaço é condição para que surjam novos

discursos. A formação discursiva é, dessa forma, “o princípio de dispersão e de repartição” (FOUCAULT, 2004, p. 122).

As formações discursivas garantem aquilo que chamaremos de “evidência de sentido”, nas quais os sujeitos percebem os sentidos ali produzidos como naturais. Isso impõe para os sujeitos obediência a um conjunto de regras esquecidas no tempo que permitiram pôr em circulação determinados sentidos os quais eles adotam para se significar. Dessa forma, todo enunciado efetivamente produzido se encontra em um ou em vários feixes de formações discursivas na História. A produção de um enunciado não está alheia a esses regimes de sentidos que lhes propiciam identidade discursiva. Voss (2011, p. 28), que em sua dissertação de Mestrado detalha as particularidades dessa categoria conceitual em Foucault, esclarece:

Michel Foucault pensará na formação discursiva como esse emaranhado contextual que coloca em jogo um arquivo dado pelo *a priori* histórico e inscreve à circulação de saberes um caráter homogêneo dentro daquilo que é fundamentalmente heterogêneo na multiplicidade de práticas discursivas.

Foucault (2004) estabelece que para dar conta de descrever uma formação discursiva, compreendendo como um mesmo objeto pode se situar em formações discursivas distintas, o analista deverá conduzir sua empreitada em quatro direções de análise: a formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação de estratégias. É na relação entre esses quatro momentos que o analista encontrará o fio da regularidade na dispersão dos acontecimentos discursivos. Desenvolveremos essa discussão ao verificar que as formações discursivas, quando se referem ao mesmo objeto e são postas lado a lado, digladiam-se numa relação ora harmônica, ora de interação de forças, por meio da ação das práticas discursivas.

#### 2. 4. 4 Prática discursiva

Para iniciarmos essa discussão, trazemos o que Foucault (2004) entende por prática discursiva:

[..] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT 2004, p. 133)

Esse conceito, bastante fecundo no exame das discursividades, ordena como os discursos são fabricados em meio a dispersão dos acontecimentos. No caso do discurso médico, a exemplo de Araújo (2001), o exame, o registro, a observação, a classificação, o diagnóstico, a prescrição, são exercícios ou funções que caracterizam uma prática discursiva. Da mesma forma, jornais de classe, panfletos, site institucional são práticas que possibilitam o discurso sindicalista aparecer e se transformar.

Considerando Gregolin (2004a), as práticas discursivas não são apenas os lugares de onde os discursos podem brotar. Elas estão submetidas aos lugares institucionais que determinam a produção do que vai ser dito e como o produto dessa prática vai circular. Nessa visada, isso significa dizer que a instituição responsável pela formulação do enunciado também é responsável pela produção de sentidos, pois há nela uma vontade de naturalizar um discurso. Para isso, as instituições são capazes de excluir ou incluir sentidos nos discursos que veiculam. Isso significa que as vontades de verdade que veiculam também não estão alheias aos regimes de poder em voga em dada época.

Vistas deste ângulo, as práticas discursivas representam os limites da constituição de um saber, pois “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2004, p. 205). Dessa forma, as práticas discursivas serão definidas pelas regras específicas que permitiram a elas enunciar sobre determinados objetos e formatá-los ao sabor da História, organizando-se no interior de um arquivo, que as permitem passar para o anonimato.

Os discursos veiculados pelos governos e sindicatos a respeito do funcionalismo público circulam em diversas técnicas como reportagens, jornais de classe, matérias, planos de cargos, folhetos de divulgação, entre outras formas, que operam jogos enunciativos nos quais se produzem subjetividades para o funcionário público a partir da regulamentação de determinados saberes que classificam, tipificam e determinam quem são esses sujeitos.

#### 2. 4. 5 Arquivo

Compreender o que Foucault trata por arquivo é basilar para o desenvolvimento do presente trabalho. Se nos propomos a realizar a leitura do

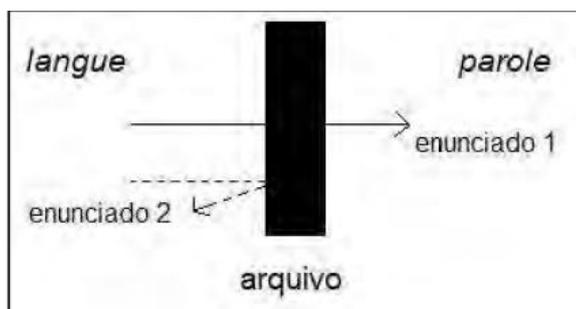
arquivo que mantém os saberes sobre o funcionalismo público brasileiro, acreditamos que ele está disponível, tem regras de formação e deve ser analisado na sua singularidade. Como já dissemos, os saberes aparecem, organizam-se, deslocam-se, transformam-se. Ao contemplar o arquivo que nossa sociedade dispõe sobre o funcionalismo público, almejamos compreender as linhas históricas que organizam os saberes. Evidenciando que a ideia de arquivo como um lugar onde se armazenam documentos não corresponde a sua proposta, Foucault (2004, p. 146) afirma:

Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição.

Desfeito o possível equívoco, mais adiante Foucault (2004) compreende o arquivo como a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. O arquivo dita os sistemas de enunciabilidade para os sujeitos, ou seja, “discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuam a existir através da história” (REVEL, 2005, p. 18). Dessa forma, longe de compreender o arquivo como em formato sagital, Foucault abre brechas para ser concebido como heterogêneo e complexo. Essa concepção, em consonância com o rompimento da continuidade, multiplica as possibilidades discursivas num mesmo momento histórico.

Segundo Revel (2005), Foucault compreende que para se realizar um trabalho com o arquivo é preciso a recuperação do arquivo geral da época escolhida, isto é, de todos os traços discursivos suscetíveis a permitir a reconstituição do conjunto das regras que, num momento dado, definem ao mesmo tempo os limites e as formas da dizibilidade, da conservação, da memória, da reativação e da apropriação. É essa tarefa que pretendemos realizar na seção seguinte, que tratará os regimes de dizibilidade a partir da genealogia do serviço público brasileiro. Esse trabalho também revela uma preocupação do filósofo com o que pode ser dito. Se o arquivo pode ser compreendido como o “sistema de formação e transformação daquilo que pode ser dito ou escrito” (NAVARRO, 2004, p. 116), há uma preocupação mais severa em *A Ordem do Discurso* (2006) em compreender como ele age filtrando os regimes de enunciabilidade.

O arquivo funciona como uma instância colocada entre a *langue* e a *parole*. Ou seja, entre aquilo que é conservado e aquilo que é retomado ou mesmo silenciado. A esse respeito, consideramos bastante pertinente a ilustração de Mazzola (2010) que representa o modo de funcionamento do arquivo. Vejamos:



**Figura 01 - Uma das faces do arquivo: o filtro**

Fonte: Mazzola (2010)

Por meio dessa representação, é possível visualizar o modo como o arquivo filtra as possibilidades do dizer em relação ao que é dito. De um lado, temos a língua com potencial ilusório de se dizer tudo a partir da combinação infinita de seus elementos. Do outro, o que é dito. O arquivo, como um sistema de regras, permite que apenas alguns enunciados sejam possíveis de ser realizados, excluindo outros. Em síntese, cada arquivo organiza os enunciados produzidos na sociedade num dado momento histórico, num longo jogo de relações entre escolhas, exclusões, transformações.

Dada a heterogeneidade desse conceito foucaultiano, há certas regularidades quando se remetem a um mesmo objeto. Existem trajetos temáticos no interior do arquivo. É por meio deles que pode surgir um acontecimento que “opera o novo na repetição” (GUILHAUMOU E MALDIDIER, 1986, p. 45 *apud* GREGOLIN, 2005). Isto é, um deslocamento que pode afetá-lo e agitar a produção de sentidos.

Segundo Sargentini (2006, p. 41), ao apreciar o arquivo do funcionalismo público, estamos acompanhando “as práticas discursivas na sociedade” capazes de determinar as discursivizações que pretendemos desnaturalizar em nosso percurso analítico. A ideia de positividade dos discursos, considerada aquilo que mantém as relações de identidade entre os enunciados, desempenha o papel do que poderia se chamar de *a priori* histórico. Segundo Foucault (2004, p. 144), seriam os “princípios

segundo os quais [os enunciados] subsistem, se transformam e desaparecem”. É, na visão de Voss (2011), o *a priori* histórico que sustenta a possibilidade de sentidos, abrindo possibilidades de rupturas e deslocamentos a qualquer instante.

Embora uma das tarefas do analista seja descrever esse arquivo, constituindo as rupturas em seu interior, Foucault (2004) destaca a impossibilidade de descrição do arquivo por completo ou mesmo de regiões inteiras do arquivo. Dessa forma, não nos será possível materializar uma ambição: descrever todo o arquivo que rege o aparecimento de discursivizações para o funcionário público. Mesmo nosso próprio arquivo que nos constitui, na visão do filósofo é impossível de ser descrito, uma vez que “é no interior de suas regras que falamos” (FOUCAULT, 2004, p. 148). Dado que o arquivo não é dado *a priori* Foucault (2004), e sim envolve escolhas, escavações e exclusões do analista, propomos no capítulo seguinte uma genealogia que permitiu o aparecimento de um “arquivo formado pelo pesquisador” (NAVARRO, 2015, p. 13) em detrimento da tarefa impossível de constituir o arquivo que a sociedade armazenou.

Realizado nosso passeio teórico, é chegada a hora, como nos aconselha Courtine (1999), de pôr a perspectiva de Foucault para funcionar no nosso objeto discursivo.

### 3 PARA UMA GENEALOGIA DO SERVIÇO PÚBLICO NO BRASIL: os discursos de gênese, constituição e morte do sujeito funcionário público

Quando nos referimos ao funcionário público<sup>10</sup> como sujeito, estamos nos distanciando da ideia de um indivíduo autônomo, centrado, cuja subjetividade é produto de seu devir. Consideramos, em consonância ao pensamento de Foucault (2004), que o funcionário público se apresenta como uma produção. Cada singular enunciação no interior da descontinuidade histórica é traço na constituição desse sujeito. Dessa forma, se o discurso é apreendido como grupos de enunciados que se apoiam no mesmo sistema de formação, é por meio deles que os sujeitos são desenhados nos dispositivos históricos que regem a proliferação dos saberes. São os poderes que autorizam os saberes. Nas imbricadas tramas entre discursos/saberes/poderes, percebemos que a constituição dos sujeitos ocorre nos movimentos dessas teias; qualquer análise que se proponha a identificar a produção discursiva do que é ser um sujeito deve passar por esses três polos sobre os quais os postulados de Foucault recaem.

Para essa seção, nosso anseio traduz-se em percorrer a genealogia da constituição desse sujeito ao traçar as grades que delimitaram a emergência do funcionário público como objeto de discurso. Resgataremos os regimes de enunciabilidade que produziram subjetividades para o funcionário público nos discursos localizáveis no curso da História que desenharam as subjetividades para esse sujeito. Propomo-nos, assim, a utilização do conceito teórico-analítico de **arquivo** da caixa de ferramentas foucaultiana para investigarmos os contornos da dizibilidade que a sociedade brasileira dispõe sobre os sujeitos do nosso estudo. Nossa proposta exigiu que lêssemos variados enunciados postos em circulação por um grande número de práticas discursivas, institucionais ou não, como leis, decretos-lei, regulamentos, estatutos, charges, notícias de jornal, entrevistas, obras artísticas, transformando-os em monumentos históricos. Esses elementos compõem nosso arquivo, a que Foucault se refere não como o conjunto de todos os textos

---

<sup>10</sup> Utilizamos neste trabalho a expressão “funcionário público” e seu correlato “funcionalismo” em detrimento de servidor público, devido o primeiro ser um expressão mais isenta na literatura consultada, enquanto o segundo é produto de um discurso específico, historicamente localizado, como pretendemos demonstrar mais adiante. Dallari (1989, *apud* França, 1993) afirma que o termo funcionário não tem um significado preciso, dado sua natureza semântica referir-se apenas àquelas pessoas titulares de cargos públicos, seja os que ingressaram no serviço público por concurso, sejam aqueles que entraram para o serviço público por testes ou seletivos simplificados ou via apadrinhamento político.

produzidos ou conservados por uma época, mas o jogo das regras que, numa cultura, determina o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas (REVEL, 2005).

Em nosso percurso, procuramos discorrer sobre como os processos históricos, obedecendo a uma lógica descontínua, possibilitaram sentidos ao sujeito do nosso estudo. Foi necessário então delinear uma genealogia do serviço público brasileiro, pois a introdução no Brasil e as mudanças constantes nesse conceito formaram o funcionário público brasileiro. Traçaremos como o funcionamento desses processos delineou no decorrer histórico a emergência desse sujeito, a partir do levantamento de enunciados, de diversas épocas e lugares, conferiram existência ao objeto funcionário público pelo modo como o recortam. Também perceberemos suas formas de subjetivação por meio de jogos de verdades nos dispositivos dos saberes/poderes.

Em nosso tratamento, os processos históricos são apreendidos a partir do emaranhado de enunciados que se entrecruzam produzindo saberes, mas também apresentam certa regularidade discursiva. Apresentamos, nesses termos, os traços de constituição desse sujeito através de uma cartografia das relações de poderes, que por meio de práticas objetivadoras, possibilitaram a emergência do funcionário público brasileiro do modo como o identificamos hoje. Tencionamos visualizar as formas sob as quais esse sujeito se apresentou nas diversas temporalidades históricas e suas transformações em relação aos discursos fundadores. Para tanto, apresentamos em diversos momentos históricos, enunciados que regeram as formas de subjetividade do funcionário público e que estão conservados graças a um domínio de memória que eles exercem nos enunciados analisados em nosso *corpora*.

### 3. 1 Diferentes visões de estado pelas lentes do discurso

A China é discursivizada midiaticamente como uma das maiores expressões do capitalismo no mundo, e como tal, tem seu lugar registrado na economia mundial como um mercado que abastece outros mercados consumidores do planeta. Essas formas diagramadas de ver o país com a maior população do mundo guarda em suas arestas silenciamentos múltiplos: o país mantém viva até

hoje em sua espiritualidade uma filosofia milenar, peculiar à formação do povo chinês como nação. Essas filosofias, apesar de em várias práticas aparecerem ignoradas ou silenciadas no mundo ocidental, produziram sentido em muitas estruturas conceituais como as conhecemos hoje. Em nossas reflexões, pensamos como as modernas estruturas da administração pública receberam contornos de um expoente pensador chinês.

Historicamente, atribui-se ao mais significativo e conhecido pensador chinês, *Kung-Fu Tsu*, latinizado como *Confucius* ou mesmo Confúcio, a ideia de um estado ideal. O pensamento de Confúcio, numa doutrina que ficaria conhecida como confucionismo, apresenta-se como uma ideologia, uma filosofia, uma religião cujos meandros determinaram a construção dos valores orientais. Ademais, o confucionismo é base para a administração pública no mundo ocidental.

Durante sua trajetória profissional, Confúcio dedicou-se ao pastoreio, também foi vaqueiro, professor e funcionário público. Após acumular um grupo de seguidores de seus ensinamentos, Confúcio dedicou-se “[...] inteiramente à ordenação dos assuntos humanos, a família e o Estado. Preocupou-se unicamente com esses temas” (DOEBLIN, 1942, p. 14). O filósofo chinês tinha bastante interesse na educação, por isso preparava seus discípulos para desenvolver sabedoria e humanidade. Na política, seu interesse recaía na construção de um estado cujo sistema de governo garantisse o bem-estar de seu povo. Para isso, durante o tempo em que esteve no poder na sua pequena cidade de *Lu*, Confúcio utilizou-se de práticas para manter a ordem e alcançar seu objetivo com êxito. Logo ganhou alguns inimigos. “Como estadista, cujo objetivo político é a criação de um império forte e unificado à base de uma ordem estabilizada e justa, Confúcio adiantou-se vários séculos à sua época” (DOEBLIN, 1942, p. 28-29).

Doeblin (1942) relata que o pensador não deixou nenhuma obra escrita. A maior parte de seus ensinamentos está numa compilação de suas frases no livro que leva o título de *Os Analectos* (dizeres selecionados/discursos), organizado em período posterior a sua morte, por seus discípulos. Sua ideia de estado ideal consistia fundamentalmente na construção de um estado servido pelos mais altos cavalheiros, os quais ingressariam no aparelho estatal após concurso público<sup>11</sup>. Na

---

<sup>11</sup> Apesar do ponto norteador para o nosso trabalho ser o discurso fundador da meritocracia a partir da instituição do concurso público para acesso aos cargos públicos, Maia e Queiroz (2007) esclarecem que essa forma de provimento faz parte de um processo histórico muito mais amplo que o

filosofia confuciana, somente os mais valiosos homens deveriam alcançar os cargos públicos. O caráter dessa valorosidade consistiria no processo educacional. Por meio da educação que homens, sejam eles pertencentes a qualquer classe social, poderiam ser intelectualizados e conduzidos para os cargos de administração do estado. Essa ideia está na base daquilo que o mundo ocidental irá chamar nos séculos seguintes de meritocracia.

O filósofo chinês acreditava na bondade inata do homem e que este só conseguiria alcançar o progresso por meio de processos educacionais. Suas ideias ecoam numa época conturbada para a China, que assolada na miséria e na corrupção, via suas populações serem dizimadas em guerras promovidas em torno de conquistas territoriais. A partir do pensamento confuciano, séculos antes da emergência do comunismo marxiano<sup>12</sup>, instituía-se a visão do estado como um bem de todos. Esse discurso encontra efeitos de continuidade no filósofo Platão, que contemporâneo a Confúcio, atualizava o discurso do estado ideal com o incremento dos mais sábios cavalheiros na direção da máquina estatal. Segundo Platão, uma república organizada, capaz de atender o bem comum, não deveria guiar-se pela democracia, mas sim pelo governo dos homens mais sábios, cujas necessidades materiais deveriam ser plenamente atendidas pelo estado.

Apesar dos esforços de Confúcio, suas ideias não foram bem quistas, portanto não causaram grandes alterações nos regimes políticos de sua época. Porém, seu pensamento manteve-se como um legado no transcurso da história, atingindo outras temporalidades e outras epistemes, que resgatam essas avançadas estruturas conceituais da milenar filosofia chinesa para a reelaboração da discursividade “estado ideal”.

Tal concepção de um *estado ideal* nos séculos seguintes mais aparece como forma utópica. O que se vislumbrou na passagem para a sociedade moderna foi a proliferação de regimes absolutistas na Europa. Essas formas de governo não estavam respaldadas na concepção de um estado capaz de suprir a necessidade de seu povo. Na contramão dessa compreensão, os regimes absolutistas europeus

---

recorte ora apresentado no presente trabalho. Entre as espécies de provimento dos cargos públicos, os autores destacam historicamente o sorteio (baseado na suposta escolha divina), a compra/venda das funções públicas, a transmissão hereditária, o arrendamento e a livre nomeação absoluta e relativa. Longe de tratá-las como evoluções, os autores mostram que essas formas de acesso aos cargos públicos se superpõem no decorrer do tempo histórico.

<sup>12</sup> Preferimos utilizar o termo “marxiano” em detrimento de “marxista” devido a carga de negatividade que o último termo historicamente evoca.

estavam centrados na figura do governante; este, considerado representante do próprio deus destacado para governar o plano terreno, detinha poderes absolutos na condução de suas nações. As ideias de Confúcio parecem descontinuar quando consideramos a célebre frase de um dos expoentes máximos dos regimes absolutistas europeus, o rei francês Luís XIV, “o estado sou eu”. No interior desse enunciado, a linguagem põe em movimento um discurso de personificação do estado que encontra lugar favorável nessa temporalidade histórica – situada entre os séculos XV e XVIII - para emergir. Se o estado é o rei, logo os bens que pertenceriam à coletividade são de propriedade do soberano. Bens em sentido amplo: terras, prédios, dinheiro de impostos, como também os cargos públicos.

O sistema de governo do império português, que conforme conclusão de alguns historiadores, não se caracterizou como um absolutismo radical, também esteve centrado na indistinção entre os interesses da Coroa e interesses individuais, como também na confusão entre patrimônio público e o privado. Portugal foi o primeiro povo a formar seu estado. O reino português, nos séculos que antecede a conquista do território brasileiro, ensaiava um absolutismo que viria com maior força nos séculos seguintes nas nações vizinhas. O rei de Portugal, mesmo auxiliado por uma aristocracia que o influenciava, centralizava as decisões mais importantes no império.

A cultura meritocrática da distribuição de cargos públicos por critérios objetivos, como apregoava Confúcio, não é característica do estado português antigo. Sendo a figura do rei central nas tomadas de decisões, todos os bens públicos emanavam do soberano. O rei detinha poder de distribuir terras, riquezas, bem como investir seus súditos na posse de um cargo público. Porém, em nenhuma dessas competências atribuídas ao soberano havia critérios meritocráticos; terras, bens e funções públicas poderiam ser distribuídos com base apenas na troca de favores ou lealdade ao rei.

Na formação do estado português não havia, dessa forma, uma linha que separasse os bens públicos dos bens privados. Os cargos públicos, com rendimentos providos pelo tesouro nacional a partir da cobrança de impostos, eram investidos apenas aos aliados do rei. Desse modo, conforme Faoro (2001, p. 197-198)

O funcionário é o outro eu do rei, um outro eu muitas vezes extraviado da fonte do seu poder [...] O cargo [...] não é mais um negócio a explorar, um pequeno reino a ordenhar, uma míga a aproveitar. O senhor de tudo, das

atribuições e das incumbências, é o rei – o funcionário será apenas a sombra real.

Dissolvido o regime feudalista que atravessou a Europa durante toda a Idade Média, os burgueses ansiosos pela acumulação de riquezas, desejavam por maior dinamismo comercial. Era preciso, para tanto, unificação da moeda, a cobrança de tributos, os pesos e as medidas, as leis, gerando dessa forma necessidade da centralização do poder na figura de um monarca. Logo, a acomodação desses interesses exigia nova estrutura estatal. A aristocracia, que detendo as funções públicas, formou o primeiro aparato burocrático do estado português. Era uma “elite burocrática” ou mesmo um “patriciado administrativo” (FAORO, 2001, p. 201) nas funções que faziam o estado funcionar.

Os cargos públicos no reino português resumiam-se apenas a instrumentos para favorecimento pessoal. Eram utilizados, como dispositivos de ascensão social; poderiam ser comprados ou transmitidos por herança às gerações seguintes. Deter um cargo público significava submissão ao rei, e a este o detentor deveria sempre fidelidade. Nesse jogo

O cargo público, a velha realidade do estamento, será o único foco do poder, poder que dá prestígio, enobrece, propicia e legitima a riqueza. Para conquistá-lo e para conservá-lo desencadeiam-se as energias, ferozes ou manhosas, de acordo com as circunstâncias e com a oportunidade. Mandar, e não governar, será o alvo – mando do homem sobre o homem, do poderoso sobre o fraco, e não o institucionalizado comando que impõe, entre o súdito e a autoridade, o respeito a direitos superiores ao jogo do poder. (FAORO, 2001, p. 357).

Tendo como critério a provisão dos cargos públicos apenas por interesses imperiais, Faoro (2001) afirma que a condição social de investidura nas funções públicas era de que o candidato fosse “homem fidalgo, de limpo sangue, de boa linhagem”. As repartições públicas não estavam no domínio dos plebeus; apenas a elite burocrática, formada por fidalgos portugueses, ocupavam essas instituições. A burguesia também marchava para a posse dos cargos públicos negociando-os em troca de favores mercantilistas ao rei português. Faoro (2001) relata que no transcurso do tempo o estranhamento da nobreza em relação à burguesia nas funções públicas afrouxou-se, consolidando assim o cargo público como instrumento de mudança social.

Em nosso breve percurso, vimos como os modos pelos quais o sujeito funcionário público tornou-se historicamente tal para um saber possível. Várias

práticas históricas, descontínuas e raras constituíram os cargos públicos como necessários à construção de um aparelho do estado. Homens honrados e capazes estariam na base da construção de um estado ideal. Porém, as administrações estatais que sucederam o pensamento de Platão e Confúcio perceberam o estado como estrutura capaz de privilegiar os interesses individuais de seus governantes e aliados. A História move-se descontinuamente, fazendo o pensamento desses filósofos atravessar os regimes absolutistas e exigir que as administrações públicas pensassem nas necessidades do povo. O discurso do estado ideal colide com uma administração viciada em atender aos interesses particulares, fenômeno observado na construção do aparato burocrático da maior colônia portuguesa.

O rei de Portugal precisava de aventureiros dispostos a explorar o território brasileiro, de forma que propiciassem rendimentos ao soberano e à aristocracia portuguesa. Assim, os cargos públicos, novamente distantes do fundamento da meritocracia, serviram como instrumento para seduzir a baixa nobreza portuguesa a se aventurar na colonização do território brasileiro.

Sob essas condições, o rei português João III instituiu o sistema de capitanias hereditárias nas primeiras décadas da colonização, caracterizando um modelo embrionário de administração pública na época. Membros da nobreza - bem como altos burgueses e pessoas próximas ao rei - recebiam o direito de explorar grandes porções de terra do território brasileiro, estimulando o comércio entre a colônia e a metrópole. Os donatários dessas terras, como primeiros funcionários públicos da América portuguesa, chefiavam grupos de aventureiros que promoveram as explorações iniciais no território. Constituíram os primeiros estabelecimentos de justiça e tributários, aplicando penas e recolhendo impostos para o estado português. A estrutura administrativa funcionava nas residências de seus gerentes. A terra continuava sendo da Coroa, mas semelhante ao feudalismo, a terra cedida poderia ser transmitida para as próximas gerações. A troca de favores entre os reis e os donatários era recorrente, o que caracteriza o patrimonialismo<sup>13</sup> nos primeiros anos do Brasil colonial.

A indistinção entre o patrimônio público e privado foi prática que se manteve enraizada nos costumes sociais dos primeiros séculos do Brasil Colônia,

---

<sup>13</sup> O patrimonialismo é termo cunhado para designar a incapacidade ou mesmo a resistência na distinção entre patrimônio público e privado. O termo aparece com recorrência na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1995), que analisa a incidência dessa prática na formação do estado brasileiro.

como também caracterizou os reinados seguintes a Dom João III. O episódio da mudança da Corte imperial portuguesa da Europa para o Brasil em 1807 apresenta a natureza dos cargos públicos na época. Estima-se que o príncipe regente Dom João trouxera em suas embarcações mais de dez mil pessoas. Nesse contingente havia grande número de funcionários públicos da Coroa que formavam o aparato burocrático português: juízes, ministros, militares, arrecadadores de tributos, entre outros. Se os cargos públicos eram de propriedade do soberano, distribuídos arbitrariamente pelo rei, os funcionários públicos eram objetos, tais como as obras de arte e livros que trouxeram nos navios.

Ao chegar ao Brasil, a família real identificou a necessidade de organizar o estado brasileiro, de modo que ele pudesse sediar provisoriamente a metrópole. (COSTA, 2008). Esse compromisso exigia a criação de instituições capazes de compor a máquina administrativa estatal e oferecer serviços públicos. A instalação da Corte Portuguesa propiciou, nesses termos, um contingente de nomeações de funcionários públicos. Os nomeados eram geralmente pessoas próximas aos fidalgos, os quais eram súditos do príncipe regente Dom João. Apesar de reorganizar o “cipoal de ordenamentos gerais, encargos, atribuições, circunscrições, disposições particulares e missões extraordinárias que não obedeciam a princípios uniformes de divisão do trabalho, simetria e hierarquia” (COSTA, 2008, p. 832), o patrimonialismo característico do estado português impregnou a modernização que a família real introduzira na máquina administrativa pública, simulando o novo no interior de velhas práticas.

No simulacro de uma terra livre, de uma nação independente, o encontro da nação com o príncipe importou, desde logo, na continuidade da Burocracia de João, a burocracia transplantada e fiel ao molde do Almanaque de Lisboa, nacionalizada nos propósitos, mas não nos sentimentos, irá repousar a estrutura política do país. (FAORO, 2001, p. 329)

A declaração da independência do Brasil em 1822 ofereceu novo fôlego às nomeações. O Brasil independente concentrou os poderes na figura do príncipe regente Dom Pedro I, que novamente confiava o exercício das funções públicas a seus aliados. Numa época em que o regime escravocrata estava no cerne das relações de trabalho, ser funcionário público garantia prestígio social em especial aos mais pobres, os quais exerciam as menores ocupações da administração pública.

Sem notáveis diferenças, o patrimonialismo conduziu a administração pública brasileira no período regencial, como também no império de Dom Pedro II. Um sujeito na posse de um cargo público significava que era bem relacionado, possuía amizades ou padrinhos. Segundo Faoro (2001) o sistema patrimonial prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. A proclamação da República, como acontecimento discursivo importante no interior da história da administração pública, marca novos movimentos nos processos de subjetivação do funcionalismo público brasileiro, embora esse acontecimento apenas tenha instituído contornos capazes de caracterizar um patrimonialismo com coloração brasileira. Se os cargos públicos eram propriedade de um grupo, que se diferenciava do povo por possuir ensino superior, há no discurso de constituição da primeira República condições para que a população em geral passe assumir esses cargos antes exclusivos daqueles mais próximos ao imperador. Assim, como nos direciona a arqueogenealogia proposta por Foucault, procuraremos na exterioridade dessas condições históricas a genealogia do nascimento de novas discursivizações para o sujeito do nosso inquérito por meio de incursões na edificação de uma máquina administrativa pública no Brasil.

### 3. 2 Elites burocráticas, marias candelárias e barnabés: rupturas e continuidades nos saberes da administração pública no Brasil

Afastado o domínio monárquico português sobre o estado brasileiro, os ideais republicanos firmaram-se no discurso de construção de um estado democrático no momento seguinte à proclamação da república. A constituição do funcionalismo público na Primeira República, apesar do revestimento do discurso republicano, continua assentado sobre a herança portuguesa, que promovida por estratos de acontecimentos, vai adquirindo contornos bastante específicos nesse momento histórico. Magalhães (2001, p. 323) esclarece:

Com a proclamação da república em 1889, extingue-se o regime monárquico brasileiro dando lugar aos militares no poder. Este acontecimento altera a forma de governo de Império para República, mas não elimina as mazelas sociais, o nepotismo e clientelismos advindos do patrimonialismo.

Em linhas gerais, a proclamação da república representou a fragmentação do poder exercido pelo monarca. Para o recrutamento do

funcionalismo público da época, a república opunha-se à centralização das nomeações pelo imperador e seus aliados mais próximos. A partir de então, fora dada autonomia administrativa e política às províncias, que transformadas em estados, podiam sistematizar seus serviços públicos e montar seu próprio aparato burocrático<sup>14</sup>. Os governadores dos estados e os coronéis, responsáveis pelos municípios num país predominantemente rural, passaram a deter também o direito de nomear livremente seu funcionalismo local. Esses acontecimentos serviram para reforçar o poder dos grandes cafeicultores paulistas e pecuaristas mineiros<sup>15</sup>, como também sustentou o coronelismo.

A segunda constituição do Brasil nasce no seio da Primeira República. A Constituição Republicana, assentada num suposto discurso de igualdade, em seu art. 73 dispôs que “os cargos públicos civis ou militares são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial que a lei estatuir, sendo, porém, vedadas as acumulações remuneradas” (BRASIL, 1891). Como podemos observar pelo exame dessa materialidade discursiva, esse dispositivo está imbricado no discurso de igualdade de condições de acesso ao instituir que qualquer brasileiro pode ocupar um cargo público. Porém, como adiantamos, na prática não aconteceu. Não houve lei complementar que determinasse as condições de acesso. Assim como no reino de Portugal antigo, negros, mulheres e marginalizados continuaram distantes das funções públicas.

Diante dos deslocamentos recortados para dar luz à tipologia do funcionalismo público da Primeira República, o patrimonialismo de nuances brasileiras reflete o clientelismo entre coronéis e o povo, mantendo a administração pública longe dos princípios meritocráticos de acessibilidade aos cargos públicos. Valem relações como amizade, parentesco, aproximação política em detrimento do concurso público idealizado em Confúcio. O Estado brasileiro, mesmo discursivizado a partir de princípios de igualdade entre seus cidadãos, em práticas não discursivas ainda serve aos interesses de uma minoria, sendo construído numa relação de

---

<sup>14</sup> Lembramos que as elites agrárias, insatisfeitas com a centralização do poder do imperador, apoiaram o golpe militar que instaurou a República como regime político do Brasil. Conforme Faoro (2001) as lideranças locais exigiam maior autonomia dos estados, libertando-se das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império, logo ambicionavam maior participação no provimento dos cargos públicos.

<sup>15</sup> O momento político da história do Brasil em que cafeicultores paulistas e criadores de gado mineiros alternavam-se na presidência da república ficaria conhecido pejorativamente como “república café-com-leite”.

obediência. Os próprios cidadãos brasileiros exigiam de seus governantes que fossem clientelistas.

A situação da administração pública era, então, das mais lamentáveis, pois fora submetida durante largos anos a um regime eminentemente político, em que a escolha para os cargos públicos se fazia sob pressão dos políticos que apoiavam o governo, e regionalmente, dos cabos eleitorais. A administração pública tinha alcançado um nível tão baixo de eficiência, de credibilidade, de honorabilidade, capacidade de responder às necessidades crescentes do povo brasileiro, que se fazia necessário uma reforma profunda. (SILVA, 2006, p. 88)

Nesse contexto, a personalização da máquina administrativa pública conflitava com as demandas do capitalismo da época. A crescente industrialização exigia um estado impessoal, em que os interesses privados não eivassem as decisões públicas. Tais acontecimentos permitiram a irrupção de novos discursos que vão inaugurar condições para novos contornos ao funcionalismo público brasileiro.

O patrimonialismo investido no corpo burocrático da administração pública brasileira, da colônia à Primeira República, produz sentido no modo como o funcionário público era identificado. Na sociedade republicana, era conhecido como um sujeito favorecido, patrocinado por um padrinho político do qual dependia a manutenção no cargo. A caracterização o funcionalismo público brasileiro como proveniente de contratos clientelistas entre as elites agrárias e o povo era o regime de dizibilidade que imperava nessa época, assim podemos chamar esse saber produzido pelos sistemas de poder, consoante a Veyne (2011), como a “verdade do tempo”. Naturalizada enquanto verdade, o funcionário patrimonial (HOLANDA, 1995) tem espessura histórica na concepção de um funcionalismo público ineficiente e alheio aos interesses públicos.

A investida da industrialização após a Primeira Guerra Mundial no Brasil foi fundamental para que se repensasse o modelo de serviço público existente. No decorrer do tempo, as elites agrárias centralizadoras do poder entraram em decadência<sup>16</sup>, condição para que as burguesias industriais engatinhassem em direção ao poder. O país, predominantemente rural, ganhava um proletariado

---

<sup>16</sup> Vários foram os fatores para que as elites cafeeiras declinassem. Até a Primeira República, a economia brasileira era predominantemente rural, assentada sobre a agroexportação. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) trouxe novas demandas sociais, provocando muitos cafeicultores a investirem seus lucros nas indústrias. A crise de 1929, conhecida como Grande Depressão, culminou na crise do preço do café e o êxodo rural para as cidades (o esvaziamento dos “currais eleitorais”), acontecimentos que destronaram o poderio dos coronéis paulistas.

urbano, acompanhado de rígida distinção entre as classes sociais. O empresariado industrial exigia incentivo governamental no processo de industrialização do país. O governo brasileiro não rivalizava com indústria, mas esteve longe de promover políticas públicas para o desenvolvimento industrial (FAUSTO, 2003). Os assalariados industriais, que começavam a se conglomerar nas cidades, reclamavam a ausência de regulação do Estado nas condições de trabalho e na resolução de conflitos trabalhistas, por isso era comum que grevassem. As massas urbanas criticavam as fraudes nos processos eleitorais, o clientelismo, a ausência de políticas de emprego e a incapacidade administrativa do Estado em gerenciar áreas como saúde, habitação, educação, saneamento, abastecimento. Essas agitações propiciaram a confluência de modalidades discursivas nas áreas econômica, social e política.

No que tange à estrutura burocrática do estado brasileiro, essas mudanças sociais solidificaram o discurso do atendimento às demandas da coletividade e empresariado industrial por meio de serviços públicos eficientes e de qualidade. A esse reordenamento do discurso, que impôs novas discursivizações ao serviço público brasileiro, chamaremos metodologicamente de dispositivo da burocracia. Foucault (1997) compreende dispositivo como um conjunto heterogêneo, constituído por elementos discursivos e não discursivos e pela rede de relações entre esses elementos. Sendo que todo dispositivo é funcional, pois responde a determinada urgência no interior de um momento histórico, o dispositivo da burocracia se insere na retomada da intervenção do estado nacional, ao promover reformas estatais para restringir o uso meramente político dos órgãos da administração pública brasileira. Essas vontades, pautadas na exigência da dilatação das capacidades administrativas do estado brasileiro, desejavam impessoalidade na condução da estrutura administrativa pública. Nessa direção, era urgente a reorganização do serviço público. Por consequência, essa temporalidade, remodelada pela técnica, exigia funcionários públicos tecnicamente habilitados para poderem satisfazer a exigência do momento (BITTENCOURT, 1947).

O dispositivo da burocracia declarava guerra ao patriarcal estado brasileiro, ao impor novamente a centralização do estado na esfera federal e dispondo-se a atender as necessidades das diferentes classes sociais que despontavam. No que tange ao aparelho estatal, lembramos que na Primeira República, o serviço público brasileiro estava quase completamente voltado à

emissão da moeda e arrecadação de tributos. Questões que afetavam diretamente a população operária, tais como saúde, educação, justiça, saneamento, não tinham a cobertura do estado, apesar da emergência de movimentos reformistas na década de 1920 que reclamavam a expansão estatal (HOCHMAN, 1988). Além desses, as novas elites exigiam maior regulação do Estado nas relações particulares, em especial as relações trabalhistas entre industriais e proletariado.

Várias práticas discursivas foram mobilizadas na época para conduzir o discurso da construção de um estado capaz de atender os novos arranjos sociais. O dispositivo da burocracia foi constituído nas tramas da administração pública por meio de discursos de “administração científica”<sup>17</sup>, criação de órgãos centralizadores, comissões, departamentos, leis, regulamentos, dentre outras práticas que o presente capítulo tem intenção de tratar. Esse conjunto discursivizou o nascimento de um Estado moderno, comprometido com a industrialização do país, propósitos que não estavam dispostos no modelo econômico da Primeira República.

No contexto político, a Revolução de 30 tiraria o presidente Washington Luís da presidência, e anularia as eleições de seu sucessor, Júlio Prestes. Assim, Getúlio Vargas, recebendo apoio de grupos militares, do clero e dos industriais, chegou ao poder para absorver as demandas advindas de grupos sociais tão distintos entre si, mas que mantinham certa regularidade na produção de seus discursos de modernização do estado brasileiro.

A mutação da “república café-com-leite” para a “Era Vargas” situa-se logo no início da década de 30, após a Grande Depressão, acontecimento que marca a queda final das elites cafeicultoras. Nesse período, o Estado afasta-se das elites agrárias, aproxima-se do empresariado industrial e desenvolve políticas visando superar a imagem da administração pública brasileira da herança portuguesa patrimonialista. O governo de Vargas assume a função de combater o nepotismo, o clientelismo e o empreguismo, com vias de modernizar o estado brasileiro.

É essencial para o capitalismo a clara separação entre o Estado e o mercado; só pode existir democracia quando a sociedade civil, formada por

---

<sup>17</sup> A esse respeito, esclarecemos que apesar de o governo de Vargas ter flertado com os ideais fascistas, o dispositivo da burocracia inspirou-se nas teorias de clássicos da administração pública liberal como Max Weber, William Willoughby, Henri Fayol e Luther Gulick (ABU-EL-HAJ, 2005). Eram teóricos da chamada *scientific management*, quando esta ganhava status de ciência autônoma, desligando-se finalmente da ciência política. Na busca por novos modelos administrativos capazes de embasar as reformas desejadas, o governo brasileiro enviava constantemente elites técnicas (funcionários técnico-administrativos) para os Estados Unidos na busca por capacitação. Foram esses os fundamentos teóricos que direcionaram a administração pública brasileira para um modelo de burocratização que se opunha ferozmente ao patrimonialismo.

cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo que o controla. Tornou-se assim necessário desenvolver um tipo de administração que partisse não só da clara distinção entre o público e o privado, mas também da separação entre o político e o administrador público. Surgiu então a administração burocrática moderna, racional-legal. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 241).

Segundo Lima Júnior (1998), as mudanças implementadas pelo governo getulista resumiam-se em duas vertentes: a primeira consistia na intervenção na economia, tendo em vista que a crise econômica de 1929 castigara fortemente o principal produto das exportações brasileiras: o café. Essa medida fomentou a criação de instituições altamente especializadas em assuntos econômicos, pelas quais Vargas mantinha o rígido controle da economia. A outra vertente consistia na racionalização burocrática do serviço público, que englobava desde a seleção e treinamento de pessoal à gestão pública eficiente de materiais e finança.

As proposições teóricas de Max Weber, principal inspiração para as reformas desse período, embasam a burocracia como forma de organização formal engendrada para superar o patrimonialismo. Weber (2004) vê no patrimonialismo uma forma de dominação tradicional<sup>18</sup>, em que o soberano organiza o poder político análogo ao poder exercido em sua casa numa prática alicerçada sobre o patriarcalismo. Nesses termos, o teórico observou na dinâmica da economia capitalista um modelo ideal capaz de garantir efetividade à organização, tanto pública como privada, perseguindo a racionalidade e a eficiência. Pensando no atingimento dos fins institucionais das organizações, o teórico propunha um modelo racional-legal de dominação pautado na obediência às normas, impessoalidade na rotina administrativa, meritocracia, alta especialização, competência técnica e divisão do trabalho<sup>19</sup>. Ao investir esse modelo no serviço público brasileiro, tais princípios deslocavam os sentidos do funcionalismo público. Haveria uma separação rígida entre a estrutura pública e privada; o cargo não mais pertencia ao sujeito, mas o sujeito que deveria ser compatível com o cargo.

---

<sup>18</sup> Ao estudar as estruturas do poder nas sociedades, Weber (2005) teoriza que o poder é legitimado por três tipos de dominação. A dominação racional-legal, em que a autoridade é estabelecida legalmente. A carismática, fundamentada pela devoção afetiva a um sujeito de capacidades sobrenaturais. E por fim, a tradicional, alicerçada na fidelidade, que se subdivide em feudal e patrimonial.

<sup>19</sup> Em síntese, Max Weber (1971; 2004) alicerçou a organização burocrática em três pilares: formalismo, que compreende a organização possuir regras rígidas que devem definir ações e atitudes dos sujeitos. Profissionalismo, que rechaça as relações informais e prevê remuneração do sujeito proporcional à riqueza criada por ele. Impessoalidade, que impõe à organização enxergar cada sujeito de acordo com seu mérito, habilidades e competências, atributos a serem avaliados por meio de concursos e exames.

Começemos por desmontar a máquina do filhotismo parasitário, com toda sua descendência espúria. Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades – verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho – não se justificam. Esse, com o caciquismo eleitoral, são males que tem que ser combatidos tenazmente. (Vargas *apud* ARAÚJO, 2017, p. 122)

O pronunciamento de Vargas acima acerca das práticas (filhotismo parasitário/caciquismo eleitoral) que teria de enfrentar em seu governo é representativo de nova temporalidade para a administração pública brasileira. Suas falas mantêm efeitos de continuidade em relação ao pensamento de Confúcio e Platão, pois a formação de um estado modelado pela técnica é o imperativo da modernização propagada pelo governo getulista. Esse novo momento histórico vai exigir modernas práticas administrativas. A introdução dessas novas práticas se dará por meio de dispositivos respaldados na aparelhagem legislativa que vai regulamentar o que serão os critérios considerados meritocráticos para a admissão no serviço público. Esses critérios serão puramente discursivos, pois se embasarão nos saberes da administração científica a partir da experiência americana.

O dispositivo da burocracia imperou como regime de verdade sobre a estrutura burocrática de várias nações, ao se inscrever em práticas discursivas como as leis, promovendo novos saberes. Os conceitos weberianos propiciaram novos movimentos à administração pública brasileira que moldaram discursivizações para o sujeito do nosso estudo. Os cargos públicos deveriam ser providos preferencialmente por sujeitos que possuíssem atributos técnicos para o exercício da função. Assim, há vontades de verdade na discursivização que a autoridade emana do cargo e não mais da pessoa que o ocuparia.

A emergência desse dispositivo no revestimento da administração pública brasileira permitiria nuances outras ao funcionalismo público. O exercício das funções públicas seria determinado pelas normas técnicas que conduziram as ações do funcionário público. Este não teria mais o poder de decisão das situações concretas que surgissem no exercício da profissão, mas deveria seguir os procedimentos pré-determinados. A administração burocrática fixa que os interesses pessoais devem ser abandonados no exercício da vida pública. O sujeito funcionário público não se confundiria com o ocupante do cargo; assim, a existência histórica do

patrimonialismo na administração pública brasileira era posto em xeque no discurso de modernização do estado brasileiro.

Quanto mais complicada e especializada se torna a cultura moderna, tanto mais seu aparato de apoio externo exige o perito despersonalizado e rigorosamente 'objetivo', em lugar do mestre das velhas estruturas sociais, que era movido pela simpatia e preferências pessoais, pela graça e gratidão (WEBER, 1971, p. 251).

O dispositivo da burocracia foi organizado nas estruturas administrativas brasileiras por meio de um conjunto heterogêneo de atos em duas introduções<sup>20</sup>: no âmbito legislativo, o dispositivo constituiu-se de uma aparelhagem no plano das leis, que lançaram as bases do novo modelo de administração pública, ditando quais práticas que devem ser mantidas, rejeitadas e transformadas para um modelo de administração pública modernizador. No âmbito executivo, a criação de órgãos reguladores, também criados a partir da lei, eram instrumentos ao alcance do administrador para permitir gerir a máquina pública com extremo controle.

No que tange ao plano legislativo, a inovação inicial do governo getulista foi a reelaboração em 1934 da Constituição Federal (CF). Esses acontecimentos discursivos, produto da interrelação entre enunciados que produzem efeitos de sentido, são importantes documentos no interior do arquivo que inauguram novas práticas de subjetivações para o sujeito do nosso estudo nas redes do saber/poder. Eles serão base para tecermos considerações nos tópicos seguintes.

A Constituição de 1934 trouxe uma série de inovações, dentre elas, estão a introdução do voto secreto e feminino, bem como a instituição da Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral. Destacamos a emergência desse texto como importante acontecimento discursivo no interior da história do funcionalismo público, pois é nessa Constituição que o concurso público passou a ter estatura constitucional (REZENDE, 2008).

A expansão do Estado e o combate ao patrimonialismo com medidas importantes do governo Vargas exigiram a criação de uma Constituição que lançasse as bases da reorganização do serviço público no Brasil, que ainda mantinha as origens patriarcais portuguesas como referência. Desse modo, em julho

---

<sup>20</sup> Segundo Nunes (2003), o processo de burocratização engendrou duas novas gramáticas políticas: o universalismo de procedimentos e o insulamento burocrático. A primeira estaria para a face do dispositivo que chamamos de aparelhagem legislativa, que consiste na formalização de procedimentos por meio de leis, regulamentos e outras variedades de diplomas legais. A segunda gramática é a criação de órgãos administrativos técnicos, protegidos contra interferências externas e longe dos maus humores políticos, como o DASP que veremos mais adiante.

de 1934 foi aprovada a Constituição brasileira que finalmente determinava a admissão aos cargos públicos organizados em carreira, estabelecendo também o fim das distinções. Essa série enunciativa determina que qualquer brasileiro poderia dali em diante ingressar no serviço público, bastando apenas possuir os atributos exigidos.

## TÍTULO VII

### Dos Funcionários Públicos

Art. 168 - Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou estado civil, observadas as condições que a lei estatuir.

Art. 169 - Os funcionários públicos, depois de dois anos, quando nomeados em virtude de concurso de provas, e, em geral, depois de dez anos de efetivo exercício, só poderão ser destituídos em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo, regulado por lei, e, no qual lhes será assegurada plena defesa.

Parágrafo único - Os funcionários que contarem menos de dez anos de serviço efetivo não poderão ser destituídos dos seus cargos, senão por justa causa ou motivo de interesse público. (BRASIL, 1934)

Como analisa Rezende (2008), a Constituição previu a obrigatoriedade de concurso para o provimento dos cargos de juiz, na primeira instância da Justiça dos Estados (art. 104, a) e de membro do Ministério Público Federal que servisse perante o juízo comum (art. 95, § 3º), bem como concurso de provas e títulos para o provimento dos cargos do magistério oficial (art. 158). Pela apreciação do excerto acima, também é possível apreciar os vestígios primários do instituto da estabilidade<sup>21</sup>, que não estava disposto nas Constituições de 1824 e 1891, e que determinaria uma característica fundamental do funcionalismo público das décadas seguintes, o que não pressupõe um “direito de posse” do cargo.

No artigo 170, a Constituição prevê a elaboração do Estatuto dos Funcionários públicos que se daria pelo Poder Legislativo. Em seus parágrafos 1º ao 10, o texto legal dispõe algumas normas para a elaboração do estatuto vindouro. Entre as que mais significam, o § 2º dispõe que a primeira investidura nos postos de carreira das repartições administrativas, e nos demais que a lei determinar, efetuar-

<sup>21</sup> A função da estabilidade no dispositivo da burocracia era estratégica, consistindo na manutenção de núcleo permanente de funcionários destinados a assegurar a continuidade das ações administrativas, mesmo com a frequente alternância de poder. Coutinho (1999) situa que o nascimento do instituto da estabilidade teve início em 1915, com a promulgação da lei n.º 2924, mas que somente foi agasalhada na Constituição Federal de 1934, sendo mantida nas Constituições posteriores. Num determinado momento da história do funcionalismo público esse instituto despontou, respondendo a uma urgência. A autora relata que nos Estados Unidos a cada alternância de poder, governantes demitiam os funcionários não simpatizantes para darem lugar aos protegidos. Esse fato afetava constantemente a sociedade que ficava sem os serviços prestados pelo Estado.

se-á depois de exame de sanidade e concurso de provas ou títulos. Nesse parágrafo, o dispositivo reserva o concurso apenas à entrada no serviço público, silenciando que cargos isolados ou de provimento derivados não precisariam ser providos por meio de concurso público.

Os deslocamentos propostos pela Constituição Federal de 1934 exigiam uma série de reformas que substituíssem os velhos processos, pautados geralmente em critérios puramente políticos, por um aparelho administrativo organizado, capaz de atender eficientemente as demandas sociais existentes. Assim, o governo getulista destacou a necessidade de diversas reformas no aparelho, ressaltando o interesse em aperfeiçoar os processos de seleção do funcionalismo público brasileiro, bem como a hierarquização das funções e carreiras. Como informa Rezende (2008), essa tarefa foi incumbida a Maurício Nabuco e Luiz Simões Lopes. O período compreendido na cronologia de 1935 a 1938, em que diversas comissões lideradas por esses sujeitos deram resultados, constituíram as forças dos acontecimentos que tramaram as relações entre o funcionalismo público e a superação do patrimonialismo pela burocracia.

Nesse cenário, no qual se introduzia um modo de dominação legal e racional na estrutura administrativa brasileira, além da farta criação de leis, estatutos e outros documentos legais, como já mencionado, o dispositivo da burocracia impôs o aparecimento de comissões, departamentos e órgãos altamente especializados, com vistas a oferecer uma face modernizadora e interventora do Estado brasileiro. Destaca-se, para os fins deste trabalho, a emergência do Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC), a partir do Decreto-lei n.º 284/1936, que tratou do reajuste dos quadros e dos vencimentos do funcionalismo público civil<sup>22</sup> e da União. Além de reorganizar o serviço público federal, o Decreto determinava as competências do CFSPC. Lopes (2003, p. 17) comenta as principais responsabilidades desse grupo:

---

<sup>22</sup> O decreto-lei discriminou os empregados públicos em duas categorias: os *funcionários públicos*, figura permanente e estável no aparelho burocrático, e os *extranumerários*, de caráter precário e contingente, que eram, segundo Lopes (2003), um tipo de funcionário fruto do apadrinhamento político, que não fizera concurso. Os extranumerários eram reflexos das filiações políticas no serviço público brasileiro, o tipo de funcionário que exercendo funções auxiliares e subalternas, Vargas havia encontrado nas repartições públicas quando chegou ao poder. Portanto, não interessava ao governo demiti-lo, pois Lopes (2003) acreditava que o estado iria crescer, e como tal, precisaria desse funcionário, admitido na forma de legislação vindoura. Manter esse funcionário também garantia o apoio das elites, responsáveis pela inserção desse funcionário no serviço público. O decreto ainda estipulava os padrões de vencimentos para o funcionalismo, extranumerários e cargos em comissão.

O Conselho Federal do Serviço Público Civil, então, começou a organizar o serviço público, a classificar os funcionários, a criar carreiras dentro do serviço público e dar os nomes e os níveis de salário, e promover uma espécie de pirâmide em que o sujeito ia sendo filtrado aos poucos e, no fim de 20 anos, ele podia atingir os cargos mais altos dentro do serviço público, se ele fosse um grande funcionário.

O artigo 9º do Decreto delimita que o CFSPC se comporá de cinco membros, que exercerão em comissão as funções, sendo nomeados pelo presidente da república dentre os cidadãos que não militem em polícia partidária e possuam conhecimentos especializados em matéria de organização científica do trabalho e de administração em geral. Pelo excerto em destaque, observamos o investimento do discurso burocrático nas tramas da lei, uma vez que a posição-sujeito do legislador legitima esse enunciado com a consolidação de normas fixas até mesmo para a composição do corpo administrativo do CFSPC: não deveriam possuir apadrinhamento político para ingressar nas atividades do órgão e deveriam possuir conhecimentos técnicos para exercício dos cargos.

O dispositivo da burocracia, com vistas a compatibilizar o estado com a expansão da industrialização da época, conflitava com muitos interesses políticos. Admitir funcionários públicos por meio de provas e exames objetivos atentava contra a histórica indistinção entre os domínios público e privado, pilar do patrimonialismo brasileiro<sup>23</sup>. Os homens políticos, que viam essas reformas reduzirem significativamente seu poderio sobre a máquina pública brasileira, eram constituídos por práticas de outras temporalidades, nas quais era natural a arbitração de nomes para ocupar cargos públicos. Desse modo, fazia-se necessário um golpe de estado para manter Vargas no poder a fim de dar continuidade às reformas, pois segundo Lopes (2003), “sem a ditadura teria sido difícil vencer tudo isso”. Vargas, em 1937, fechou o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas<sup>24</sup>, depôs governadores eleitos, centralizou recursos, perseguiu seus adversários políticos, retirando-lhes

---

<sup>23</sup> A esse respeito, é representativo o relato de Abu-El-Haj (2005) quando fala que a Comissão Mista de Reforma Econômico-Financeira, instituída por Vargas em 1935, recomendou em seu relatório final as mudanças nos métodos de recrutamento do funcionalismo público brasileiro, critérios para progressão funcional e concluiu a necessidade da exclusão dos funcionários extranumerários da folha de pagamentos. Isso implicou em um golpe fatal para as elites dominantes no Congresso, tendo resposta negativa.

<sup>24</sup> Vargas alegava que suas austeras medidas eram necessárias para combater integralistas e comunistas, que organizavam os movimentos dos trabalhadores urbanos. Além disso, o caráter altamente político das decisões da Assembleia Legislativa não se harmonizava com as reformas administrativas propostas e freava muitas das funcionalidades do dispositivo da burocracia. Extinguir essa instituição parte da necessidade do poder executivo tomar decisões longe dos humores, vaidades e interesses pessoais dos membros do Congresso Nacional (Abreu, 2005).

direitos. Assim, instituiu o Estado Novo, a partir da elaboração de uma nova Constituição aprovada em 1937.

A nova Constituição Federativa mobilizou em seu artigo 67 a criação de um departamento administrativo vinculado diretamente à presidência da república. Esse novo organismo que seria chamado de DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), teria funções outras além de regular o ingresso de novos funcionários públicos. Um organismo de cunho técnico, que visava implantar o universalismo de procedimentos na administração pública (ABREU, 2005). A Constituição atribuía a esse departamento a elaboração do primeiro estatuto dos funcionários públicos, além a nobre tarefa de elaborar e executar a proposta orçamentária. O novo texto constitucional fundava o funcionário público como sujeito que lograsse aprovação em concursos públicos instituídos por lei. Assim, o DASP despontava como importante órgão propulsor das reformas necessárias ao investimento da burocracia tipicamente weberiana no estado nacional.

Apenas no ano seguinte à promulgação da Constituição Federal, surgiu efetivamente o DASP a partir do Decreto-lei n.º 579/1938, incorporando as funções que anteriormente estavam sob a tutela da CFSPC. Essa lei trata-se de um acontecimento fundamental no arquivo do funcionalismo público brasileiro, uma vez que apesar da previsão de concursos públicos no país, era o primeiro órgão que despontava para regular a seleção e o aperfeiçoamento dos empregados da máquina estatal. O DASP, adotando e executando os pilares do modelo de dominação racional-legal proposto por Weber, foi fundamental para desacelerar as práticas patrimonialistas, sendo a referência necessária para legitimar o dispositivo no seio da administração pública brasileira.

Art. 1º Fica criado, junto à Presidência da República, o Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.) diretamente subordinado ao Presidente da República.

Art. 2º Compete ao D. A. S. P.:

- a) o estado pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamentos, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;
- b) organizar anualmente, de acordo com as instruções do Presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;
- c) fiscalizar, por delegação do Presidente da República e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;

- d) selecionar os candidatos aos cargos públicos federais, excetuados os das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal e os do magistério e da magistratura;
- e) promover a readaptação e o aperfeiçoamento dos funcionários civis da União;
- f) estudar e fixar os padrões e especificações do material para uso nos serviços públicos;
- g) auxiliar o Presidente da República no exame dos projetos de lei submetidos a sanção;
- h) inspecionar os serviços públicos;
- i) apresentar anualmente ao Presidente da República relatório pormenorizado dos trabalhos realizados e em andamento (BRASIL, 1938).

Conforme o enunciado acima, o DASP nasce sob forte protecionismo do presidente da república. Apesar da ênfase do caráter técnico que embala sua criação, o paternalismo getulista conferiu-lhe caráter político<sup>25</sup>. Vargas agasalhou o novo departamento para blindá-lo de eventuais pressões políticas, no intuito de que servisse como centro de planejamento estratégico da reforma administrativa (ABU-EL-HAJ, 2005) e combatesse a indicação política aos cargos públicos, que conflitava com a modernização<sup>26</sup> discursivizada no interior do seu governo. Nesses termos, a maior missão do DASP no governo consistia em ser o centro operativo da reforma, centralizando decisões nas áreas principais da administração pública (conforme art. 3º). Nogueira (1998, p. 94) afirma que o DASP funcionou como

[...] um órgão de inovação e modernização administrativa, liderando a efetiva organização do aparato público brasileiro e atuando como centro irradiador de influências renovadoras, peça estratégica de um sistema racionalizador no âmbito do Poder Executivo federal.

Esse caráter inovador destacou a atuação do DASP nos anos seguintes, motivando-a a perseguir a racionalidade administrativa no serviço público federal. Outras divisões regionais do DASP foram implantadas nos estados, os “daspinhos”, com o objetivo de adaptar as normas vindas do governo central às unidades federadas sob intervenção (COSTA, 2008). Os diretores dessas seções daspianas regionais ficavam diretamente em contato com o presidente da república, tendo

<sup>25</sup> Abreu (2005) relata que o DASP agia por dois vieses complementares: um técnico e político. O caráter técnico justificava as decisões políticas tomadas pelo poder executivo e pelos interventores dos Estados. Muitas decisões de cunho eminentemente político foram legitimadas por meio de pareceres emitidos pela elite tecnoburocrata que presidia o departamento.

<sup>26</sup> É preciso salientar que o projeto de modernização do Estado Novo vai além do combate ao patrimonialismo, desenvolvendo-se em torno de outras práticas que lhes dão sentido. Nessa época, foram criadas diversas escolas técnicas no campo e universidades, a promoção de práticas de higiene nas fábricas, a construção de moradias mais dignas para o proletariado urbano, o fomento à industrialização nacional, estatização e valorização do petróleo e outras riquezas nacionais, a institucionalização de leis do trabalho, a criação de um sentimento de identidade nacional no âmbito da cultura.

amplo poder de vetar trechos de decretos ou mesmo suspender atos dos interventores estaduais. Assim, Vargas tinha controle total sobre os estados brasileiros. A autonomia dada pelo chefe do Executivo condicionou o órgão a recusar a transferência de pessoal de outros órgãos, para compor um quadro próprio por meio de um concurso público sério e rigoroso. A elite burocrática do DASP exigia dos candidatos aos cargos de técnicos de administração porte de diploma acadêmico e elevada preparação técnica. Segundo Abu-El-Haj (2005, p. 37), o concurso proposto dividia-se em três fases: “um exame escrito de conhecimentos técnicos; a elaboração de uma tese na área de especialização e uma defesa pública do texto apresentado”. A respeito desse concurso, o autor conclui:

Essa criteriosa seleção criou um grupo de construtores do Estado Moderno, no Brasil, cuja legitimidade residia no conhecimento técnico e na capacidade do planejamento, atributos alheios aos típicos funcionários patrimonialistas da Primeira República. O novo estamento representava na essência, o embrião de uma nova classe média urbana, disposta a assumir um papel político e administrativo central na construção de uma sociedade urbana-industrial, no Brasil.

Apesar de o concurso público, como prática não discursiva, lançar as bases da meritocracia no interior do dispositivo da burocracia, a aprovação estava mais próxima da classe média intelectual urbana, formada em cursos superiores e preparada para o rigor das provas do departamento e muito distante da população em geral. Lopes (2003) afirma que até o ano de 1943, mais de duzentas mil pessoas submeteram-se às provas do DASP, desde os cargos mais altos, até os mais modestos nas repartições públicas. Apenas 10% lograram aprovação. Diante dessa decepção, em 1944, Simões Lopes, presidente do DASP, criou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) no intuito de promover formação de pessoal qualificado para atuação na administração pública, oxigenando os avanços necessários da reforma administrativa ao fazer a FGV atuar como instituição importante no interior do dispositivo da burocracia.

Em 1939, através do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro, o DASP cumpre sua tarefa existencial: elabora e aprova o primeiro estatuto dos funcionários públicos civis da União, lei aguardada desde os tempos do Brasil colônia. No arquivo do funcionalismo público brasileiro, o caráter de ineditismo dessa lei provocará declives nas fronteiras dos regimes de dizibilidade sobre o sujeito funcionário público. Os enunciados que compõem o estatuto relacionam-se com enunciados

produzidos e práticas não discursivas do patrimonialismo, convocando um espaço de memória entre a burocratização e o clientelismo.

Esta lei regula as condições de provimento dos cargos públicos, os direitos e vantagens, os deveres e responsabilidades dos funcionários civis da União, dos Territórios e, no que couber, dos da Prefeitura do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios. (BRASIL, 1939)

O enunciado em destaque, que abre o primeiro estatuto dos funcionários públicos civis da União, significa pelas relações de saber/poder da época. A presença da formulação “condições de provimento” não surge de forma aleatória. O dispositivo da burocracia prima pela eficiência, assentada na distinção entre o homem político e o administrador público. É sob esses termos que a palavra “condições” ganha sentido, pois a lei funda um saber: a segurança do provimento de pessoal altamente qualificado para o Estado, vindo a substituir o apadrinhamento político na escolha de funcionários para atuar nas organizações estatais.

O referido dispositivo legal refunda o sujeito funcionário público por meio de uma virada nas raízes patrimoniais do serviço público brasileiro: ser funcionário público é estar investido legalmente em cargo público (art. 2º). Cargos públicos são criados em lei (e não por decisões personalísticas) em número certo, com denominação própria e pagos pelos cofres da União (art. 3º). E para galgar o cargo público, o candidato deveria habilitar-se previamente em concurso público (art. 13, VIII). Os três enunciados apresentados constituíram jogos de verdade que tramaram novas subjetivações para o sujeito do nosso estudo: um indivíduo só poderia se reconhecer funcionário público por sua técnica, conhecimentos e capacidade. Sob o aspecto da lei, não havia mais o reconhecimento pelas amizades e apadrinhamentos que o sujeito possuía.

O artigo 18 tem a seguinte redação: “os concursos serão de provas ou de títulos, ou de provas e títulos, na conformidade das leis e regulamentos ou, na falta destes, de acordo com as instruções expedidas pelo órgão competente” (BRASIL, 1939). Tais meios de comprovar o mérito do cidadão se devem à importância que esse momento histórico, em que as taxas de analfabetismo são consideráveis, atribui à formação escolar. Dessa forma, somente aqueles que tivessem escolaridade teriam os requisitos necessários para prover cargos

públicos<sup>27</sup> e garantir a oferta de serviços estatais mais eficientes. Esse texto legal fabricou as noções do que é ser funcionário do Estado e definiu regimes de dizibilidade até hoje presentes nos discursos. Assim, para que um indivíduo assumia a posição de funcionário público nessa época significaria enunciar-se a partir das formulações dispostas no estatuto. Longe das práticas de apadrinhamento, o sujeito investido na função de funcionário público representava alguém que se submeteu a um exame e conseguiu lograr êxito devido sua capacidade particular.

A emergência de um estatuto específico para os funcionários públicos civis da União, a ser repetido pelos estados e municípios, inscreve-se nas redes de relações entre o discursivo e o não discursivo para a confecção de novas práticas de subjetivação que orientam como esse sujeito deve ser reconhecido. O estatuto consiste numa sujeição, ato que regula a vida administrativa do funcionalismo, garante sua atuação impessoal, pois a burocracia delimita que o sujeito não pode sofrer dos humores de conveniências pessoais e políticas, devendo obedecer integralmente ao que estiver disposto em lei. O estatuto nega a existência de um contrato de trabalho acordado entre a administração pública e o aprovado em concurso público. Cabe ao sujeito apenas aderir às normas dispostas, independente de sua vontade, submetendo-se a um emprego em que os direitos, as garantias, as vantagens, carga horária, os vencimentos estão dispostos unilateralmente pela vontade de um enunciador legislador. Essa condição histórica produz efeitos de sentido para que o funcionário público assumia a posição de “estatutário”, significando-se como tal nas redes de saber/poder.

O processo de rupturas e descontinuidades em relação às práticas patrimonialistas que caracterizaram o Brasil em sua primeira república e também na fase colonial, redesenhou os saberes constituídos na administração pública brasileira, promovendo novas formas de subjetivação aos funcionários públicos. Tal processo se ordenou em torno do dispositivo da burocracia, que constituído de órgãos reguladores e ampla aparelhagem legislativa, inaugurou nova temporalidade histórica aos quadros de pessoal para o serviço público. O funcionário típico da burocracia possuía formação profissional, era obediente a um estatuto que lhe confirmava direitos e imputava-lhe deveres, executava cegamente leis e

---

<sup>27</sup> Lembramos que o referido estatuto também prevê a nomeação em cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, quando se tratar de cargo isolado (BRASIL, 2009).

regulamentos. Em síntese, esse momento histórico passou a discursivizar o funcionário público como um sujeito que possuía

[...] pagamento fixo, graduado segundo a hierarquia do cargo e não segundo o volume de trabalho, e direito de ascensão conforme regras fixas. Sua administração é trabalho profissional em virtude do dever objetivo do cargo. Seu ideal é: proceder *sine ira et studio*, ou seja, sem a menor influência de motivos pessoais e sem influências sentimentais de espécie alguma, livre de arbítrio e capricho e, particularmente, 'sem consideração da pessoa', de modo estritamente formal, segundo regras racionais ou, quando elas falham, segundo pontos de vista de conveniência 'objetiva'. [...] A base do funcionamento técnico é a disciplina em serviço (WEBER, 1991, p. 129).

Ao ser discursivizado pelos saberes da administração científica, o funcionário público, como aquele submetido a concurso público, não tem o mesmo sentido de outras épocas, pois se insere em uma descontinuidade. O engendramento do dispositivo da burocracia trouxe notáveis transformações ao serviço público ao promover deslocamentos significativos no arquivo por meio de novas redes de enunciados que ressignificaram as funções públicas, assentando-as na competência técnica. A quantidade de pessoas que se submeteram aos concursos públicos promovidos pela DASP durante o Estado Novo atesta as novas configurações desse momento histórico, sustentado pelo sentimento da modernização da administração pública.

De fato, o dispositivo da burocracia embasado por discursos de uma ciência da administração ainda incipiente, produzido em especial por teóricos norte-americanos, consolidou terreno para emergir novas subjetivações ao funcionalismo público brasileiro. Porém, Foucault (1972) nos alerta do perigo de considerarmos os processos historiográficos numa relação de causa-consequência ou evolução. Os fatos históricos devem ser vistos sob o olhar que os enxergue de forma heterogênea e descontínua. Essas provocações levam-nos à conclusão de que nosso olhar deve centrar-se nas rupturas, em detrimento das continuidades, pois é possível que várias histórias aconteçam ao mesmo tempo numa determinada época (POSSENTI, 2015). O dispositivo de que falamos não extinguiu o patrimonialismo da máquina pública administrativa, nem deve ser tratado como consequência de um progresso científico. O nepotismo, o clientelismo e outras práticas sobreviveram às investidas burocráticas, ora com nova roupagem, ora utilizando-se das velhas técnicas para preencher o Estado com interesses particulares.

Apesar de a reforma administrativa ter dado passos importantes no sentido da racionalização da administração pública pela introdução do recrutamento com base no sistema de mérito e pela ênfase no critério da competência

técnica no desempenho das funções burocráticas, o padrão clientelista de expansão da máquina estatal não foi eliminado. O resultado foi a evolução para um sistema estatal híbrido, marcado pela interpenetração entre os aspectos do modelo racional-legal e dinâmica clientelista (DINIZ, 1999, p. 26).

No que tange aos processos historiográficos compreendidos nessa série, é por meio do olhar foucaultiano que propomos acompanhar as práticas discursivas que demonstram a manutenção do sistema patrimonialista no interior de um dispositivo tão arrojado quanto a burocracia. Assim, a aparelhagem legislativa que destinava os cargos públicos ao sabor da meritocracia era legislação simbólica, incapaz de conter os jogos dos interesses particulares sobre a máquina estatal. Os processos econômicos e sociais da época legitimaram a burocracia, que naturalizou o patrimonialismo como um retrocesso, colocou-o em discussão e disseminou suas consequências, mas não o combateu efetivamente.

A fragilidade do dispositivo pode ser contemplada nas próprias leis que o constituíram. A Lei de Reajustamento (Decreto-lei n.º 284/1936), ao discriminar classes de empregados públicos, os funcionários públicos e o pessoal extranumerário, flexibilizou a entrada no serviço público. O Decreto-lei n.º 240/1938, dispõe em seu art. 2º que o extranumerário “será sempre admitido, ou reconduzido a título precário, com funções determinadas, e salário fixado, dentro dos limites das dotações orçamentárias próprias da verba pessoal, parte variável”. Além dessas espécies, havia ainda os cargos de confiança, para os quais a Lei de Reajustamento oferecia os mais altos vencimentos. Essas lacunas atendiam aos interesses clientelistas de oligarquias, que poderiam disputar a livre nomeação de seus parentes e correligionários. Embora ao extranumerário fossem incumbidas as menores funções, a tendência era a de que se perpetuassem na administração pública graças à expansão sempre permanente dos serviços públicos.

À medida que crescia a oferta de concursos públicos, crescia ainda mais rapidamente a incorporação de funcionários extranumerários à máquina do Estado. A forma de ingresso via concurso público, baseada em provas complexas e títulos, não se harmonizava com a oferta de educação de qualidade na época. Poucos eram os portadores de diplomas de ensino superior, até porque a quantidade de instituições de terceiro grau era notadamente ínfima. Desse modo, os cargos públicos estavam novamente ao alcance apenas de uma elite, que possuía os meios para concorrer às vagas oferecidas. Com o constante redimensionamento dos

serviços do Estado, a administração pública precisava crescer; somente o ingresso de funcionários advindos de outras formas de provimento poderia sanar as necessidades imediatas.

Além de atentar contra o modo de dominação racional-legal, o funcionalismo extranumerário era esquecido no processo de aperfeiçoamento da burocracia (ABREU, 2005). O DASP organizava cursos no objetivo de qualificar o corpo burocrático, mas tais cursos contemplavam apenas os funcionários públicos, que já eram minoria. Mesmo com roupagens modernas e aparelhagem legislativa considerada inovadora, rastreamos nessas condições efeitos de continuidade em relação ao modelo de serviço público na Primeira República, em que a ineficiência era o marco característico.

Esse caráter heterogêneo da burocracia fica bastante visível ao contemplarmos o discurso do presidente da DASP no jornal *Correio do Povo* em 04 de setembro de 1940:

Forçoso reconhecer, no entanto, que nem as 33 horas semanais atualmente em vigor são conseguidas, a rigor, dos servidores do Estado, graças, sobretudo, à displicência com que vários chefes de serviços encaram as leis e os interesses da administração.

[...] Além do mais, raras são as repartições que obedecem rigorosamente ao horário e muitas há em que os funcionários 'nunca faltam', a julgar pelos boletins de frequência. Funcionários que chegam sistematicamente atrasados e saem antes da hora, outros que abandonam suas mesas de trabalho e se dirigem para os cafés vizinhos ou para os corredores das repartições [...] (*apud* ABREU, 2005, p. 199-200).

Nesse enunciado, percebemos que as reformas administrativas não obtiveram o êxito esperado pelo presidente do órgão mais importante do governo Vargas. Ao contrário, a burocracia ainda experimentava práticas pertencentes a outras temporalidades, nas quais ainda não estavam em discursivização os fundamentos teóricos da administração científica para superação do patrimonialismo. No interior do dispositivo da burocracia, o funcionalismo público brasileiro chegava sistematicamente atrasado, saía antes da hora e procrastinava suas atividades laborais. Essas práticas não discursivas interpenetram em outras práticas, como os boletins de frequência. Esses estratos de acontecimentos não conhecidos, praticamente invisíveis ao revestimento técnico que o dispositivo ensejava, podem ser visualizados como indicadores da resistência patrimonialista no bojo da construção de um novo Estado brasileiro.

Centrados nas casualidades e rupturas é que notamos que essas práticas não discursivas, características de um tempo histórico específico, delineiam subjetividades ao sujeito funcionário público. Tais práticas avançam temporalidades, colonizam novos sujeitos e visam, graças a repetibilidade característica do discurso, que a memória de um funcionalismo ineficiente e sujeito aos interesses particulares continue a existir. Essa memória vai se perpetuar por meio da descontinuidade das práticas discursivas, como lugares que impõem, contrapõem e deslocam sentidos.

Após ter fim o insustentável Estado Novo em 1945, Vargas elege-se democraticamente e inicia seu segundo mandato (1951-1954). Em 1952, surge uma marchinha carnavalesca chamada *Maria Candelária*, criada por Klécio Caldas e Armando Cavalcanti, gravada por Blecaut. Vejamos como essa prática discursiva, ocorrida no campo artístico, atuou como nó na construção de subjetividades para o do sujeito do nosso estudo:

Maria Candelária/ É alta funcionária  
 Saltou de paraquedas,/ Caiu na letra Ó, oh, oh, oh.  
 Começa ao meio dia/ Coitada da Maria,  
 Trabalha, trabalha, trabalha/ de fazer dó, oh, oh, oh.  
 A uma vai ao dentista/ Às duas vai ao café/ Às três vai à modista;  
 As quatro assina o ponto e dá no pé.../ que grande vigarista ela é...  
 (ALENCAR, 1979).

Essa produção cultural, que emerge a partir da mobilização de práticas discursivas no campo da música, permitiu que esses acontecimentos invisíveis, antes restritos às rotinas das repartições públicas, passassem a ser da ordem do visível. O serviço público brasileiro e seu antiprofissionalismo ganhavam status de objeto de discurso. Em síntese, a prática documentou a existência desses traços característicos das repartições, nomeando a tipologia do funcionalismo público da época, que era um contínuo em relação à tipologia existente na Primeira República. É o apadrinhamento político que permite a Maria Candelária chegar “de paraquedas” ao mais alto nível do funcionalismo público civil existente na época (o nível “O”), isto é, sem se submeter antes aos níveis iniciais. A prática, por meio da ironia, dá publicidade a um sujeito que no exercício de seu cargo dispõe-se a trabalhar pouco, dedicando seu tempo apenas a atividades fúteis. A marchinha, como importante acontecimento discursivo no interior do arquivo do funcionalismo público brasileiro, desloca sentidos e permite que o sujeito seja subjetivado como vigarista, lançando as bases para o estereótipo “nenhum funcionário público trabalha”.

Tais vestígios discursivos conduzem a discussão de que o modelo de dominação racional-legal weberiano não encontrou conforto para repousar sobre a burocracia brasileira, em que a administração pública era assediada frequentemente pelos interesses clientelistas. Os saberes da administração científica revestiram o corpo da modernização pretendida pelo discurso estadonovista. Porém, apesar de esse discurso apregoar o mérito, cresciam as relações de empreguismo por meio da criação de inúmeras funções para funcionários extranumerários, que recorrentemente ganhavam estabilidade por força de decretos e outros mecanismos.

Assim, houve a formação de um quadro paradoxal em relação à racionalização discursivizada: o número de contratados extranumerários tornou-se efetivamente maior que o número de admissões via concurso público (GOUVÊA, 1994). Com a saída de Vargas do poder em 1945 e o esfacelamento gradual do DASP, os favorecimentos pessoais em detrimento do mérito tornaram-se mais evidentes. Assim, consolidada a remoção do acento tônico da racionalização na administração pública, o serviço público no Brasil novamente experienciava um clima de ineficiência generalizada e precarização. Some-se à inflação que gradativamente desatualizava os vencimentos do funcionalismo público. Sem motivação e perspectivas de crescimento, muitos técnicos submetidos ao concurso público e aperfeiçoados pela burocracia, adquiriam empregos particulares, cedendo seus lugares a apadrinhados.

Esse conjunto de acontecimentos atuou como condição de possibilidade para o surgimento de nova subjetivação para o funcionalismo público brasileiro: o Barnabé. Foucault (2004, p. 105) vê o sujeito do enunciado como “uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por [diferentes] indivíduos”. É desse modo que novas práticas artísticas ocupam a posição de sujeito do discurso do funcionalismo público após a década de 1950. As políticas de arrochos salariais dos governantes nessa época e o prestígio ainda existente da profissão tornaram-se assunto de um musical no Teatro de Revista, como o próprio nome sugere, tratava das questões do dia a dia. O sucesso do personagem o Barnabé logo ganhou as ruas do Rio de Janeiro, cidade em que se concentrava a maior parte dos funcionários públicos/extranumerários da época. Uma marchinha carnavalesca de 1948, cuja autoria se atribui a Haroldo Barbosa e Antônio de Almeida e de execução de Emilinha Borba, serviria como *jingle* de campanha de recomposição salarial.

Vejamos como essa canção, aqui tratada como monumento histórico, trabalha subjetividades para o funcionalismo público civil pós-Vargas, ao discursivizar as nuances desse profissional:

Barnabé o funcionário/ Quadro extranumerário / Ganha só o necessário/ Pro cigarro e pro café/ Quando acaba seu dinheiro/ Sempre apela pro bicheiro/ Pega o grupo do carneiro/ Já desfaz do jacaré/ O dinheiro adiantado/ Todo mês é descontado/ Vive sempre pendurado/ Não sai desse terêê/ Todo mundo fala/ Do salário do operário/ Ninguém lembra o solitário/ Funcionário Barnabé/ Ai, ai, Barnabé/ Ai, funcionário letra E/ Todo mundo anda de bonde/ Só você anda a pé (CASTRO, 2015, p. 79).

Ao estar ancorada em um momento histórico em que os vencimentos do funcionalismo público civil estão em defasagem, essa prática discursiva produz um novo sujeito no interior do serviço público civil: o Barnabé. Ele é o “pequeno” funcionário, de origem modesta, de baixo escalão (nível médio), do quadro extranumerário<sup>28</sup>. Vive com poucos rendimentos, tendo que recorrer ao jogo do bicho ou adiantamentos para sobreviver à defasagem salarial. A prática discursiva ainda coloca o funcionalismo público no mesmo patamar da classe operária, esta sempre lembrada em suas lutas de classe e pelos movimentos sindicais em geral, enquanto o barnabé era esquecido, pois em outros discursos com os quais essa prática estabelece correlação, o funcionalismo é discursivizado como peça de um setor da economia que não produz.

Os enunciados que compõem essa série enunciativa aparecem como elementos singulares no arquivo do funcionalismo público brasileiro. O barnabé é também o funcionário que deixa seu paletó sobre a cadeira, assina seu ponto e vai às ruas envolver-se em jogatinas. Esquece-se recorrentemente da sua nobre função: atender bem ao público que paga seus vencimentos. Nesse sentido, existe um campo de força entre os enunciados que instituem a Maria Candelária e aqueles inerentes à criação do pequeno funcionário público Barnabé: ambos estão apenas preocupados com sua remuneração ao fim do mês. Enquanto uma vai à modista, o outro se distrai no jogo do bicho. Apesar de possuírem empregos estáveis, ambos são vigaristas que dão golpe na administração pública brasileira ao receber seus (defasados) vencimentos sem trabalhar efetivamente.

---

<sup>28</sup> França (1993), em seu trabalho sobre a consciência política do funcionalismo público brasileiro, trata o pequeno funcionário público como Barnabé, recorrendo a essa nomenclatura para se referir a 80% do conjunto de funcionários públicos de sua época. A autora relata que o Barnabé é o funcionário de nível médio, sem diploma universitário, o cargo de nível mais baixo existente, que realiza trabalhos variados como os serviços de escritório e/ou atendimento ao público. Lembramos que é em torno da existência desse sujeito que nossa dissertação centra sua arqueologia/genealogia.

O Barnabé é uma tipologia híbrida, pois apesar de vigarice é reconhecido como um “pobre coitado”, “pobre-diabo”, “pé-rapado” (FRANÇA, 1993), um indivíduo que suscita compaixão. O termo conservou-se como denominação para o trabalhador do setor público, sendo objeto a visitar discursos futuros, de outras temporalidades, em outros suportes materiais, como os que veremos a seguir.



**Figura 02 – Charge O Barnabé**

Disponível em: < <http://memoria.oglobo.globo.com/humor/theacuteco-9042277>>. Acesso em 28 fev. 2018.

Nessa charge, como monumento no interior da nossa arqueologia, podemos contemplar como o falar sobre o funcionário público fabrica as noções, os conceitos e os temas de um certo momento histórico (PÊCHEUX, 2006). A materialidade linguística aponta-nos uma operação discursiva em torno dos arrochos salariais frequentes nesse período, demonizando Vargas e fabricando um funcionalismo público adoentado diante da defasagem salarial. A emergência desse enunciado se dá no interior de um campo de enunciações em torno do funcionalismo público, ao qual ele está articulado e estabilizado nele. O termo Barnabé reaparece consolidado nessa prática discursiva como substitutivo para funcionário público. Na constituição dessa charge, evoca-se o funcionário público “pobre-diabo”, num jogo semântico que esquece a canalhice característica da tipologia Barnabé e o coloca como acometido por um “barnabeísmo”, pois seus salários estão defasados.

Ao decorrer da História, os enunciados que compõem as séries enunciativas que associam genericamente o funcionalismo público às características típicas do funcionário Barnabé são retomados como verdades absolutas no discurso

jornalístico, mas com alguns deslocamentos. Foucault (1997, p. 44) alerta que “os saberes são, em muitos momentos, independentes das ciências, já que encontram suas regras de formação nos mais variados campos discursivos”. Naturalizado como sinônimo de funcionário público, adquirindo inclusive status lexicográfico<sup>29</sup>, a prática discursiva artística, de onde o termo emergiu, rompe temporalidades, sacraliza-se e povoa domínios discursivos em que a imparcialidade é elemento constitutivo. Essa ligação que o enunciado possui com outras formulações é o que o coloca em relação direta com a historicidade característica de todo discurso. Vejamos:



Figura 03 – Manchete Zero Hora

Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer>> Acesso em 28 fev. 2018.

<sup>29</sup> A palavra “barnabé” aparece catalogada em alguns dicionários brasileiros como o nome imaginário do funcionário público ou mesmo seu sinônimo. Nossa visada permite-nos ver a prática lexicográfica como produtora de efeitos de sentidos sobre a língua, tomando o dicionário como um discurso sobre as palavras ou sobre um setor da realidade para um público leitor, em certas condições sociais e históricas, institucionalizando a verdade de uma época (NUNES, 2010). Assim, ao dicionarizar o termo “barnabé”, o sujeito lexicógrafo legitima essa memória, conservando-a.

**"BARNABÉS" QUE JÁ RECEBERAM VÃO SER DESCONTADOS EM FEVEREIRO**  
**Kraemer cancela aumento**

Figura 04 – Manchete Diário de Notícias de 22/02/1967

Fonte: Diário de Notícias, Porto Alegre, Ed. 29, 22 fev. 1967

**Só em junho o aumento aos "barnabés"**

Figura 05 – Manchete Diário de Notícias de 09/04/1968

Fonte: Diário de Notícias, Porto Alegre, Ed. 34, 09 abr. 1968.

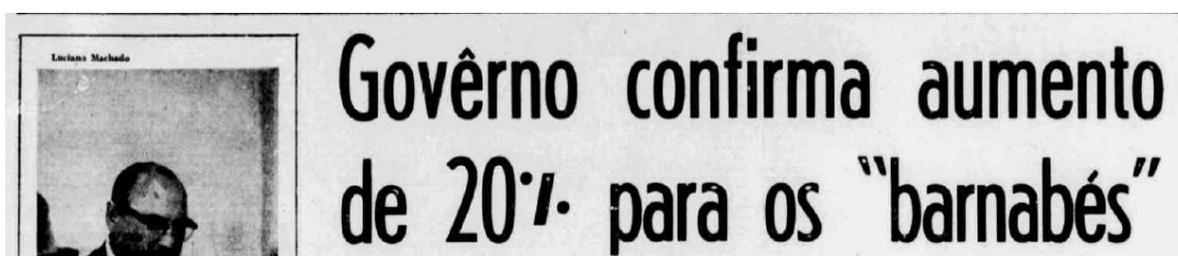


Figura 06 – Manchete Diário de Notícias de 10/01/1970

Fonte: Diário de notícias, Porto Alegre, Ed. 262, 10 jan. 1970.

Os enunciados acima se inter-relacionam no decorrer do tempo histórico e produzem efeitos de sentido em regiões do arquivo, concorrendo para uma formação discursiva. A discursivização “barnabé” é manufatura do discurso, relacionada a fatores históricos e sociais dessa época. Ele adquire universalidade, pois substitui com louvor na prática jornalística o termo “funcionário público” e seus correlatos, evidenciando uma vontade de verdade que silencia a expressão. A análise das materialidades linguísticas escolhidas para compor essa série comprova uma relação direta entre barnabé e aumento de salário. Em síntese, o termo barnabé é convocado para substituir funcionário quando o trajeto temático é a possibilidade de aumento salarial. Nesse jogo, há forças decorrentes do exercício do poder que legitimam o apelido para transformá-lo em verdade, sujeitando o termo funcionário público ao esquecimento ou à rejeição total. Essas discursividades concorrem para o senso-comum de que o barnabé só está interessado no aumento de sua remuneração. Na prática, elas constroem pelo discurso lateralmente esse sujeito como parasita, cabendo ao governo o fardo de sustentá-los, convertendo o termo “barnabé” em uma designação além-fronteiras.

Apesar da produtiva criação de estereótipos durante as intensas reformas pelas quais o país passou nos governos ditatoriais e democráticos de Vargas, o dispositivo da burocracia foi essencial para frear a lógica patrimonialista, oportunizando amplos debates em torno dessa prática. Como já adiantamos, a presença desse dispositivo nas tramas da administração pública brasileira não foi suficiente para conter as investidas clientelistas, nem mesmo consagrar a meritocracia como acesso único ao serviço público. Diante desse dispositivo, novas técnicas emergiram para garantir que interesses privados fossem atendidos e, ao simultaneamente, evitar a degradação da administração pública brasileira. A seção seguinte propõe um breve passeio genealógico sobre essas novas condições históricas, decorrentes da consagração de novos saberes. Nessa perspectiva, ensejamos rememorar novas regiões do arquivo onde estão conservadas outras subjetivações para funcionário público, o qual é convidado novamente a assumir novas posições no interior de novas configurações dos saberes/poderes.

### 3. 3 Burocratas, marajás e servidores: outros saberes, velhas práticas

Em nosso percurso, damos ênfase aos discursos de constituição do funcionalismo público brasileiro por meio de uma arqueologia de seu significado. Nossa investida permite-nos romper com o rigor evolutivo de uma História contínua em prol de uma análise das discontinuidades do discurso, delimitando as superfícies de emergência de práticas institucionais e redes não discursivas que constituíram o sujeito funcionário público como objeto de discurso. Se, em consonância com a AD, os objetos do conhecimento são constantemente desenhados e redesenhados pelo discurso, é por meio dele que ensejamos acompanhar como o funcionário público foi adquirindo novos sentidos ao sabor da História.

Como vimos, o dispositivo da burocracia não foi capaz de inverter a lógica do patrimonialismo, apenas o tornou objeto de discurso, nomeando-o e o contestando-o. Nas tramas do discurso de modernização e centralização do Estado, o símbolo do dispositivo é o DASP, enquanto instituição híbrida, em que a competência técnica de seus dirigentes era recorrentemente atravessada pelos interesses políticos da ditadura na qual estava inserida (ABREU, 2005).

Apesar de os governos subsequentes a Vargas não terem dado continuidade à reforma burocrática, esta foi uma maneira de reduzir o clientelismo, o nepotismo e a corrupção, contribuindo para aumentar a eficiência (BRESSER-PEREIRA, 1998 *apud* RIBEIRO, PEREIRA, BENEDICTO, 2013). Por outro lado, a reforma burocrática, não concluída, deixou sólidas heranças para a burocracia brasileira: uma administração pública pautada nas próprias necessidades, voltada apenas para seus próprios interesses; essas são as regras históricas que permitem o aparecimento da figura do funcionário público burocrata nas redes de saber/poder.

Porém, nos governos militares, a consolidação da administração indireta, aprofundou o insulamento burocrático. Nesse período, surgem inúmeras autarquias, empresas estatais e fundações, a despeito da administração direta resignada ao perecimento total.

A reforma burocrática discursivizou a eficiência do setor público pautada sobre princípios da impessoalidade por meio do universalismo de procedimentos. Por meio de uma larga aparelhagem legislativa, bem como normas, regulamentos, conselhos normativos e outros documentos, a administração burocrática centrava-se na obediência acrítica às normas. Para garantir a eficiência, a fórmula parecia bastante simplificada: o funcionário público deveria seguir cegamente todos os preceitos legais no exercício de sua função pública e seus rígidos processos de controle. Esse fundamento, associado à corrupção rotineira na política e por extensão, nas repartições públicas, causou distorções no conceito de burocracia proposto por Weber.

No Brasil, a burocracia hoje é confundida com a irracionalidade; reflete a dificuldade de acesso aos órgãos públicos, excesso de normas, procedimentos, centralização das decisões, “ineficiência, autorreferência e incapacidade de voltar-se para o serviço dos cidadãos” (PALUDO, 2010, p. 59), sentidos que aparecem ilustrados pelo cartum que segue:



**Figura 07 – Burocratização no serviço público (Quino)**

Disponível em: <<http://www.ambientelegal.com.br/a-burocracia-esta-matando-o-brasil/>>. Acesso em 28 fev. 2018.

A charge acima, como enunciado que constrói as formas de subjetivação para o sujeito do nosso estudo, permite-nos observar que as instituições altamente burocratizadas forjaram o aparecimento do funcionário público como um burocrata, ou seja, um sujeito não racional. O burocrata, nessa prática discursiva, age na contramão à eficiência do setor público: seu desempenho resume-se em carimbar papéis em instituições que apenas dificultam o acesso da população aos serviços públicos (BRESSER-PEREIRA, 1998).

No período de transição de ditadura para um regime burocrático, o candidato à presidência da república Fernando Collor de Melo, então governador de Alagoas constrói, por meio de seus discursos que logo ganharam a mídia, novas subjetivações para o funcionário público. Nessa prática discursiva, o funcionário público é discursivizado como um sujeito com altos privilégios, gordos salários e pouco trabalho nas repartições; os “marajás” do serviço público são o fardo oneroso do país, uma “praga”. Ao resgatar o personagem “marajá” do imaginário e deslocar para o funcionalismo público, o funcionário-marajá adquire negatividade em meio a

um país massacrado pelos consideráveis números da inflação, causada pela instabilidade econômica. Extirpar os marajás da máquina pública seria a condição para uma política de redução do Estado e desentrelaçamento da economia. Collor então assume na mídia nacional a alcunha de “caçador de marajás”. Essas práticas midiáticas têm grande contribuição para a aceitação de um programa de governo neoliberalista, que defendido por Collor, age na lógica do enxugamento da máquina pública.

Em seus discursos, Collor propõe a separação do “bom” e “mau” funcionário, ou seja, estabelece distinção entre os funcionários públicos que trabalham e aqueles que não trabalham, mas tem gordos salários. Nas construções depreciativas de Collor a respeito dessa categoria, o candidato separa o funcionalismo público do povo, construindo a ideia de que exista uma casta de privilegiados que não trabalham, enquanto o restante da população vivencia as mazelas da crise econômica (LOURENÇO, 2000). Assim, o sujeito governador e posteriormente candidato à presidência propõe um plano de governo baseado numa suposta moralidade administrativa, cujo objetivo final era extirpar o marajá da máquina administrativa brasileira por meio de diversas estratégias, entre elas, planos de demissão voluntária e achatamento de salários. Seus discursos foram legitimados pela mídia, como veremos na prática abaixo:

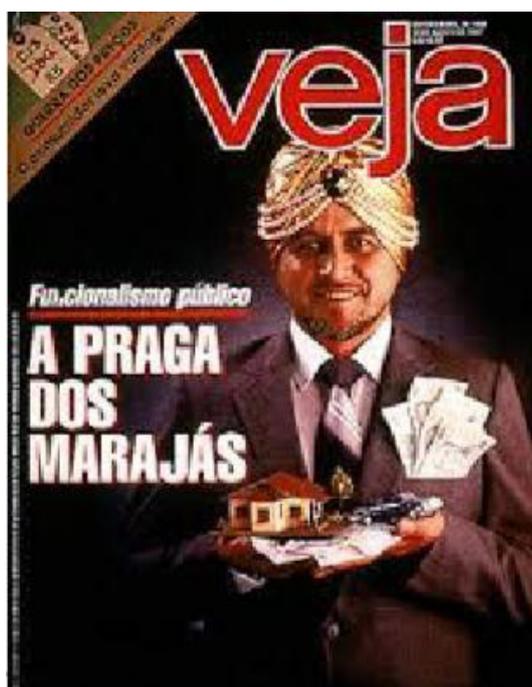


Figura 08 – Capa da Edição da Revista Veja de 12/08/1987

Fonte: Revista Veja

O que singulariza a capa da revista acima como acontecimento nessa ordem é o fato de ser utilizada ironicamente a figura do marajá indiano, com ares de príncipe, um turbante e muito dinheiro nos bolsos. Nesse ato discursivo, vemos a ressonância de uma civilização hindu, conhecida pelos seus privilégios, transferida para um lugar institucional que valida subjetividades para o funcionário público. Esse novo sujeito, construído no interior de uma cena de prerrogativas, vantagens e regalias em um país assolado pela corrupção e miséria, aparece como um vilão, uma praga a ser combatida na administração pública.

A despeito dessa campanha altamente depreciativa, a inflação elevada e a instabilidade econômica no país são as regras que continuaram a validar o prestígio das funções públicas. É sob essas condições que o serviço público novamente é a espinha dorsal da economia brasileira. Um cargo público ainda possuía valor inestimável nessa temporalidade. Seja oriundo de concurso público ou apadrinhamento, o funcionário público possuía certas garantias asseguradas, enquanto os demais trabalhadores brasileiros estavam à sorte do recorrente achatamento de seus salários ou mesmo do desemprego.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, valendo-se dos princípios da administração gerencial<sup>30</sup>, num movimento contrário à reforma burocrática que pouco contribuiu para a modernização e eficiência da máquina pública, apresenta nova ruptura com as práticas patrimonialistas ao instituir nova discursivização para os serviços públicos. Pautando-se pelos princípios de moralidade, impessoalidade e eficiência, com efeitos de continuidade em relação à administração burocrática, o funcionário público foi ressignificado como servidor público, num movimento linguageiro que nega as subjetivações dispersas pela História – o burocrata, a maria candelária, o barnabé – e pretende inaugurar novos sentidos à máquina pública, convocando o servidor a fazer parte dela com o oferecimento de serviços estatais de qualidade para o exercício da cidadania e o aperfeiçoamento das instituições públicas. França (1994, p. 201) apresenta-nos parte das relações de forças que atuaram na consolidação do termo servidor:

---

<sup>30</sup> O modelo gerencial ou gerencialismo emerge no Brasil para responder ao esgotamento do modelo burocrático weberiano (PALUDO, 2010). Se, por um lado, a administração burocrática estava voltada para os meios quando universaliza os procedimentos e prevê as escalas de hierarquia, por outro, a administração gerencial centraliza-se nos resultados, no conseguimento de metas, redução de custos, discursivizando a eficiência na prestação dos serviços públicos à coletividade. Seus traços aparecerão com maior evidência no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995), por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), mas desde os governos militares (1967) a administração burocrática já estava entrecruzada com esse novo modelo de administração pública.

Na Assembleia Constituinte de 1988, os representantes mais combativos da categoria procuraram incluir no texto constitucional a expressão 'trabalhadores públicos' para todos aqueles que trabalhassem no Estado. Nesta oportunidade, tentaram também reuni-los num mesmo capítulo constitucional, junto aos demais trabalhadores, o que não foi aprovado. A palavra 'funcionário' foi considerada como expressão da manutenção de uma casta, privada dos direitos já garantidos aos outros trabalhadores. Por sua vez, a proposta vencedora foi a 'centrista' que conseguiu aprovar na nova Constituição o nome 'servidor público', civil ou militar.

Sob esse grande acontecimento discursivo, que significou a morte discursiva do funcionário público, pois o sujeito é sempre uma "espécie em vias de desaparecimento" (GREGOLIN, 2004a, p. 56) outros estratos de acontecimentos aparelharam certas subjetividades para o recém-fundado servidor público. No art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a nova legislação dá estabilidade àqueles que estavam na administração pública prestando serviço há pelo menos cinco anos. Ou seja, muitos extranumerários ganharam estabilidade nessa temporalidade, passando a ter os mesmos direitos daqueles que prestaram concurso público.

A Lei n.º 8.112/1990 revoga o estatuto de funcionários públicos civis da União de 1952 e institui o regime jurídico único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas. Esse novo estatuto, que legitima o acesso aos cargos efetivos via concurso, serviu como base para elaboração dos regimes jurídicos dos estados e municípios, como o do Maranhão, que só emergiu com a instituição da lei n.º 6.107/1994.

A CF 1988 e a Lei n.º 8.112/1990 também legitimam a existência de cargos para os quais poderão ser nomeados sujeitos que não foram submetidos a concurso público. A esse cargo, dá-se nome de cargo comissionado, ou cargo em comissão, que se destinam "apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento" (art. 37, V da CF 1988), sendo de livre nomeação e exoneração, ou seja, sem estabilidade. Observa-se nesse ato discursivo, rupturas com os saberes da administração pública gerencial, pois nenhuma lei está alheia a interesses políticos. O texto legal delimita a oportunidade de que sujeitos não submetidos ao concurso entrem no serviço público apenas para postos de comando, e não mais sob quaisquer razões. Por outro lado, há um feixe de continuidades em relação às práticas patrimonialistas, pois é por meio do cargo comissionado que o político seduz apoiadores. Existem interesses clientelistas entre sujeitos que trocam seu apoio político por futuras nomeações em cargos de direção, chefia e

assessoramento. A fidelidade do súdito ao rei, do governado ao coronel e a incompetência técnica para a função pública reaparecem nessa prática. O indivíduo investido em um cargo em comissão deve fidelidade indiscutível a quem o nomeou.

Com efeito, esses novos saberes, legitimados por um discurso jurídico, dão estabilidade para que certos enunciados atuem na reconfiguração histórica do funcionalismo público. Por meio da teorização de Foucault (2004) a respeito do campo associado, o qual exprime as forças que possibilitam certos enunciados de uma época agenciarem os de outras temporalidades, observamos os objetos discursivos a seguir, materializados em três lugares institucionais distintos, elaborados a partir do acontecimento “dia do servidor público”.



**Figura 09 – Homenagem do Governo do Estado do Maranhão ao servidor público estadual**

Disponível em: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/acoes-do-governo/governo-realiza-programacao-em-comemoracao-ao-dia-do-servidor-publico>. Acesso em 28 fev. 2018.



**Figura 10 – Homenagem SINTSEP ao dia do servidor público estadual**

Disponível em: <https://www.facebook.com/sintsep.ma>. Acesso em 28 fev. 2018.



**Figura 11 - Homenagem do Banco Alfa ao Dia do Servidor**

Disponível em: <http://www.asscontas.org.br/lendo-noticias/ler/391/homenagem-do-banco-alfa-ao-dia-do-servidor>. Acesso em 28 fev. 2018.

Como espaço de linguagem e produção de subjetividade, as práticas discursivas de governo, sindicato e do banco em evidência nos enunciados acima, permitem-nos visualizar as imagens além da ideia de serem somente homenagens. Os enunciados funcionam sob atravessamentos múltiplos, visitados pelas memórias do processo de redemocratização do Brasil que fez desfalecer o funcionário público em prol do nascimento de uma nova figura social. Essas práticas discursivas forjam pelo discurso a retomada de um sujeito que trabalha: o servidor público. Ele aparece no lugar institucional governo como aquele responsável pela construção do estado, pelo lugar do sindicato como aquele que produz semelhante à iniciativa privada e pelo lugar banco como aquele que constrói não só o estado, mas a cidadania, a cidade e um país melhor. Se em outras regiões do arquivo, o sujeito do nosso estudo foi subjetivado como barnabé ou marajá, os três enunciados em análise silenciam essas discursivizações para representar o funcionário como servidor. Foucault (2006a) nos diria que essa veiculação só foi possível porque os saberes sobre um sujeito se deslocam no tempo; esse lugar de trabalho do sujeito funcionário público passou a ser discurso verdadeiro em nossa época, ao contrário de tempos atrás. Isso somente é posto em circulação como verdade graças à relação de interesses que esses três lugares institucionais (governo/sindicato/banco) mantêm com o trabalhador público.

O duelo entre as duas discursivizações (funcionário/servidor) alarga nossa visão sobre a descontinuidade do discurso pela História. Não houve propostas

de alterar a redação do Código Penal (Lei n.º 2.848/1940), que permanece designando o “recém-nascido” servidor público como funcionário público. Nessa via, consideramos a Constituição Federal e a Lei n.º 8.112/1990 como acontecimentos discursivos, pois elas vão povoar aquilo que vai ainda se dizer sobre o trabalhador público. A respeito do acontecimento discursivo, Guilhamou e Maldidier (1994, p. 166) comentam que não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado.

Nesses termos, os acontecimentos discursivos analisados constituem aquilo que Foucault preferiu chamar de *a priori* histórico, que são os princípios segundo os quais os enunciados subsistem, se transformam e desaparecem (FOUCAULT, 2004). As leis são condições para o aparecimento de uma cartilha lançada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2004), de autoria de Antônio Carlos Queiroz. O manual, intitulado de “Politicamente Correto & Direitos Humanos”, explica em sua apresentação a emergência do título:

A ideia do título, “Politicamente Correto”, tem, em parte, um sentido provocador. Foi escolhida com o objetivo de chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes. Não queremos promover discriminações às avessas, “dourando a pílula” para escamotear a amargura dos termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos “os outros”. Ao contrário, neste glossário, apresentamos em primeiro lugar justamente as expressões pejorativas, para depois comentá-las (...)

A cartilha é composta de uma série de verbetes organizados em ordem alfabética. Segundo França (2015), são expressões que devem ser evitadas e a cartilha apresenta algumas expressões alternativas e preferenciais. Vejamos, a seguir, o aparecimento da expressão “funcionário público” no referido material:

Funcionário público – O trabalhador do Estado, que exerce ou desempenha alguma função pública; serventuário. Depois de sistemáticas campanhas de desprestígio contra o serviço público, iniciadas no governo Collor (1990-1992), para justificar as políticas do Estado Mínimo do modelo neoliberal, os trabalhadores dos órgãos, entidades ou empresas públicas preferem ser chamados de servidores públicos. Com isso, querem enfatizar que servem ao público mais do que ao Estado. (QUEIROZ, 2004)

No exame desse vestígio discursivo percebemos que, contemporaneamente, a produção de subjetividades para o trabalhador público

considera é atravessada por dois aspectos. O primeiro que prefere designá-lo como funcionário público, remetendo à memória de uma administração pública marcada pela ineficiência e burocracia. Outra discursivização, com função estratégica dominante, tenta desalojar o discurso anterior ao tornar falsos os enunciados que identifiquem o trabalhador público como “funcionário público”. Assim, instaura nova possibilidade de percebê-lo como servidor público, ou seja, um sujeito comprometido com sua função pública, que serve a sociedade brasileira, portanto um prestador de serviços de excelência.

Realizado o trajeto de genealogia que expôs um arquivo a que nos dispomos na aventura de constituir, percebemos que uma regularidade de enunciados produzindo certos efeitos de sentido sobre o funcionalismo público brasileiro, que os assentam na ideia de negatividade, associando o trabalho desses sujeitos à ideia de improdutividade. As investidas do patrimonialismo português, o peculiar clientelismo brasileiro, os saberes da administração científica e o gerencialismo tencionaram diversos discursos em torno dos objetos serviço público e funcionário público.

Aqui encerramos nossa história genealógica sobre o sujeito do nosso estudo, passaremos à seção seguinte a análise do *corpora*, partindo do pressuposto foucaultiano de que a fabricação do funcionário/servidor público maranhense acontece no interior de teias discursivas, em que gravitam os objetos escavados em nossa arqueogenealogia.

## **4 SER FUNCIONÁRIO (SERVIDOR) PÚBLICO MARANHENSE:** fabricações do sujeito nas diferentes tramas discursivas

### 4. 1 Considerações iniciais

Nos capítulos precedentes, realizamos uma discussão sobre o legado de Michel Foucault para a Análise do Discurso de vertente francesa, descrevendo como o filósofo pensa o discurso inscrito no interior de relações de poderes para produzir saberes. Refletimos como os métodos arqueológico/genealógico amparam a modalidade de investigação que ensejamos fazer ao nos oferecer em sua metodologia operações entre enunciado, discurso, prática discursiva, formação discursiva, arquivo e dispositivo. Para o arquivo, procuramos problematizá-lo, pois a seção seguinte tratou de discutir a genealogia do funcionalismo público brasileiro, o que abriu a necessidade de acompanhar diversas práticas discursivas que tomaram esse sujeito como objeto de enunciação para regulá-lo em um espaço de ordem e determinar suas subjetividades. Essa genealogia requereu nossa leitura do arquivo do funcionalismo público brasileiro, as práticas que produziram saberes sobre o sujeito de nosso inquérito.

Conforme Foucault (2004, p. 59), “o arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade. Dá-se por fragmentos, regiões e níveis [...]”. Nessa perspectiva, cabe lembrarmos que nosso olhar genealógico não esgota as possibilidades do arquivo, pois conforme o filósofo, falamos no interior dele. Nosso trabalho apresenta fragmentos das possibilidades desse arquivo, respondendo como se constituíram historicamente subjetividades para o funcionalismo público brasileiro sob as relações de poder existentes na sociedade brasileira. São enunciados inscritos em saberes como a administração científica, conforme vimos no item 3. 2, que atravessam o sujeito na constituição de suas subjetividades e permitem identificá-lo como o conhecemos hoje.

Ao traçarmos uma genealogia do funcionalismo público brasileiro, estamos nos filiando à ideia de que o enunciado é ao mesmo tempo um acontecimento que está ligado à articulação de uma palavra, mas que também abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória (FOUCAULT, 2004). É o que Foucault vai determinar como campo associado: as influências que um enunciado recebe daqueles que os antecederam e as forças que se produzem sobre enunciados que ainda serão produzidos. Os enunciados que

compõem nossa análise são acontecimentos discursivos, pois são eles constituídos “pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas” (FOUCAULT, 2004, p. 111). Esse conjunto de formulações aos quais os enunciados correlacionam-se foi parcialmente recortado em nossa genealogia.

O ponto de partida para nossa aventura analítica é a pergunta: quais efeitos de sentido que duas instituições (governo do Estado e Sindicato de funcionários públicos no Maranhão) e dois funcionários públicos não sindicalizados, produzem no interior de suas práticas de linguagem o que é *ser funcionário público estadual* no Maranhão. Sabemos que as instâncias discursivas instauram os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadore e fixam as estratégias sérias (sic) que rareiam os atos discursivos (BARONAS, 2011a), assim, de que formas instituições como governo e sindicatos produzem e formatam continuamente conceitos sobre o trabalhador público? Quais são os sujeitos legitimados a falar sobre ele e as estratégias inscritas nas relações de poder capazes de pôr em circulação esses atos discursivos? Ao tecermos essas indagações, estamos filiados ao pensamento foucaultiano de que “os enunciados não se reportam a um único objeto, pronto de uma vez para sempre numa suposta realidade acabada” (ARAÚJO, 2001, p. 183), mas são construções.

No intuito de darmos respostas provisórias para as questões levantadas, recorreremos a materiais que compõem nosso *corpora*. Nesse primeiro momento, apresentamos dois enunciados, os quais chamaremos de enunciado (a) e (b) no decorrer da análise, selecionados que refletem o lugar de fala do governo no suporte institucional em que foram veiculados,.

O primeiro enunciado (Figura 12), materializa-se no ciberespaço (ma.gov.br), apresenta uma seção com o calendário de pagamentos de 2016, uma subseção temática que aborda a responsabilidade fiscal do governante frente à crise econômica, e por fim, uma seção dedicada ao servidor por meio de depoimentos. Nesta última seção, aparecem fotografias de funcionários públicos em suas repartições e em momentos de lazer. Seguindo cada um deles, construímos um quadro resumitivo com dados que julgamos importantes para a análise: o título da reportagem, um resumo do que trata a reportagem, a identificação do lugar de fala, o

suporte, a data e horário de materialização e as condições de emergência em que se deu o enunciado. Vejamos:



**Figura 12 – Página oficial do Governo do Estado do Maranhão**

Disponível em: <http://www.ma.gov.br/medidas-implementadas-pelo-governo-do-maranhao-valorizam-os-servidores-publicos-estaduais/>. Acesso em 28 fev. 2018.

<b>Enunciado A: Medidas implementadas valorizam os servidores públicos estaduais</b>		
Resumo: Reportagem que assevera a importância dos pagamentos dos funcionários públicos estaduais maranhenses em dia. O enunciado divide-se em uma explicação da crise no Brasil e da responsabilidade fiscal do Maranhão e a seguir dá voz a secretários de estado e funcionários públicos estaduais maranhenses.		
Lugar de fala: Governo do Estado do Maranhão		
Suporte institucional de produção	Data/Horário de Materialização/Veiculação	Condições de emergência do enunciado
Site oficial do Governo do Estado	16 de Outubro de 2016 às 08h36.	Crise econômica em todo o país; Atraso no pagamento ao funcionalismo público em outros estados da federação; Recorrente antecipação salarial do governo do Estado do Maranhão.

**Quadro 01 – Corpora de análise: Enunciado A - Governo do Estado do Maranhão**

Realizado pelo autor

O segundo enunciado (Figura 13) materializa-se também no mesmo espaço (ma.gov.br), apresentando, por sua vez, breves seções que pontuam os pagamentos antecipados, o novo hospital do servidor, a descentralização da perícia

médica e a valorização de servidores inativos. Uma imagem de uma obra artística atribuída ao funcionalismo público maranhense abre a reportagem, seguidas por fotografias de funcionários públicos ativos e inativos. Segue-se um quadro construído nos mesmos moldes que o anterior. Vejamos:



**Figura 13 - Página oficial do Governo do Estado do Maranhão**

Disponível em: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/noticias/servidores-publicos-reconhecem-aco-es-de-valorizacao-do-governo-do-maranhao/>. Acesso em 28 fev. 2018.

Enunciado B: <b>Autoestima e melhores condições de trabalho, servidores reconhecem valorização do governo do Estado</b>		
Resumo: Reportagem que discute a importância dos pagamentos dos funcionários públicos estaduais maranhenses em dia e o reconhecimento do servidor público estadual maranhense em relação às políticas do governo.		
Lugar de fala: Governo do Estado do Maranhão		
Lugar Institucional de produção	Data/Horário de Materialização/Veiculação	Condições de emergência do enunciado
Site oficial do Governo do Estado	28 de outubro de 2016 às 12h00.	Crise econômica em todo o país; Atraso no pagamento ao funcionalismo público em outros estados da federação; Recorrente antecipação salarial do governo do Estado do Maranhão.

**Quadro 02 – Corpora de análise: Enunciado B - Governo do Estado do Maranhão**

Realizado pelo autor

Como podemos observar, as condições que promoveram a emergência desses enunciados foram decisivas para a nossa escolha, respondendo por que escolhemos esses enunciados em vez de outros possíveis na “constelação discursiva”. Em nossa seleção, filiamo-nos ao que Foucault (2004, p. 73) propõe sobre os pontos de equivalência dos discursos: “dois elementos incompatíveis são formados da mesma maneira e a partir das mesmas regras; suas condições de aparecimento são idênticas”. As regras de aparecimento remetem a uma ordem maior (a ordem do discurso), pois o discurso nessa visada é concebido como “um conjunto de enunciados para os quais podemos definir certas condições de existência” (FOUCAULT, 2004, p. 132). São essas regras e condições que possibilitam a existência dessas séries enunciativas nas quais o funcionário público estadual maranhense aparece como objeto na instância discursiva do governo, lugar institucional em que suas subjetividades são produzidas. Essa tríade de acontecimentos (redes discursivas e não discursivas que envolvem crise/atraso/antecipação, temas também materializados na grande mídia na época) autoriza que as reportagens sejam efetivamente realizadas, passando à ordem do visível.

A seguir, visualizamos os enunciados (c), (d) e (e), os quais refletem os lugares de fala do Sindicato de Servidores Públicos do Maranhão na mesma temporalidade do governo do Estado. Preliminarmente, os dois editoriais do presidente do SINTSEP, materializados em datas distintas no jornal de classe da categoria, nos quais há uma regularidade na apresentação “Com a palavra, o presidente” e mais abaixo, um título que resume a demanda atual do sindicato.

O primeiro editorial (figura 14) foi retirado de uma edição do jornal de classe do SINTSEP, sua organização é bastante similar a um jornal impresso, com matérias, entrevistas e enaltecimento das conquistas do sindicato. O editorial é nosso objeto de inquérito. No jornal, ele aparece no verso da capa, antes das matérias. Ele é organizado em oito parágrafos, apresenta imagem do presidente do sindicato e segue assinado por ele. A seguir um quadro resumitivo com dados que serão retomados em nossas análises, como o título do editorial, breve resumo, suporte/data/horário de materialização e por fim, as condições de emergência do enunciado. Vejamos:

EDITORIAL

## COM A PALAVRA, O PRESIDENTE.

“Reajustar o salário para garantir o poder de compra do servidor(a)”



A instituição da política salarial do Plano Geral de Carreiras e Cargos do Poder Executivo (PGCE) para os servidores públicos estaduais do Maranhão, há quatro anos, foi motivo de festa e alegria entre os funcionários. A partir daquele momento, começaram a acontecer que a síndrome do congelamento de salário, que atemorizou os trabalhadores por um longo período e em diversos governos, jamais voltaria a ocorrer na máquina administrativa estadual.

Mesmo com a concretização do Plano em quatro etapas e aquém do esperado, ainda assim, imaginávamos que seria o início de um novo momento na política salarial dos servidores, com a valorização de sua carreira funcional.

Agora, em 2016, já se passaram três meses e o Governo do Estado do Maranhão sequer atendeu a solicitação de audiência feita pelo Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo. O SINTSEP, em audiência com a Secretária de Estado de Gestão e Previdência, Dra. Lillian Guimarães, obteve da secretária a resposta de que a pasta não tem autonomia para tratar de assunto relacionado a reajuste de salário e que este pleito deve ser negociado com o governador do Estado, Flávio Dino, com Márcio Jerry, secretário

de Comunicação e Assuntos Políticos, ou com Antônio Nunes, Secretário de Governo. No entanto, até o momento, o Executivo ainda não respondeu a solicitação de audiência do Fórum.

Por outro lado, o Fórum tomou a iniciativa de aceitar, em parte, a proposta do projeto de lei apresentado pelo Governo do Estado, em junho de 2016, criando a data-base do serviço público estadual no mês de junho de 2016. Esse projeto de lei foi apresentado pelo então Secretário de Gestão e Previdência, Felipe Camargo, ao Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo em reunião da ainda não formalizada Mesa de Negociação Permanente.

Queremos reafirmar que nós somos intransigentes na defesa dos interesses dos trabalhadores do serviço público estadual, mas acreditamos no princípio do diálogo e da negociação. Por esse motivo, procuramos por diversas vezes o Governo do Estado para viabilizarmos uma agenda positiva de reuniões e, a partir daí, tratamos da política salarial para os servidores públicos estaduais, na perspectiva de encontrarmos uma solução para a questão suscitada. O nosso objetivo é garantir, no mínimo, a reposição da inflação de 2015, mais ganho real.

Hoje temos plena convicção que o Governo do Estado tem b dever e a responsabilidade de avançar e adotar um mecanismo permanente de reajuste de salários dos funcionários públicos estaduais, para evitar que em cada mudança de governo o servidor venha a ficar refém do bom humor e vontade política do gestor de plantão, que na maioria das vezes não possui compromisso com a administração pública. O que não acreditamos ser o caso do governador Flávio Dino.

Para evitar que fatos dessa natureza continuem ocorrendo, defendemos que o Governo do Estado encaminhe projeto de lei à Assembleia Legislativa, criando uma Lei Estadual direcionada para o serviço público estadual, com regra permanente e anual de reajuste de salário do funcionário, levando em consideração reposição da inflação do ano anterior, mais o crescimento da Receita Corrente Líquida do Maranhão do ano anterior. Isso sem perder de vista a continuidade do debate, visando a implantação da segunda etapa do PGCE iniciado no governo anterior.

Abraço a todo(a).

Cleinaldo Lopes  
Presidente

“HOJE TEMOS PLENA CONVICÇÃO QUE O GOVERNO DO ESTADO TEM O DEVER E A RESPONSABILIDADE DE AVANÇAR E ADOTAR UM MECANISMO PERMANENTE DE REAJUSTE DE SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS”

Cleinaldo Bil Lopes  
Presidente

Informação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão - Jornalistas responsáveis: Adão Rocha e Anderson Veloso | Designação: Paulo Rodrigues | Casa do Trabalhador - Av. Jefferson de Albuquerque s/n, Anilpolis, Teresopolis, São João, Caxias, São Luís, Maranhão - CEP: 65.074-220 - Fone: 91 3236 8387 - Fax: 91 3236 8373 - email: sntsep@maranhao.org.br | www.sntsep-me.com.br | facebook/sntsep-me

**Figura 14 – Editorial do presidente do SINTSEP em jornal de classe no mês de março/2016**  
 Fonte: *Jornal SINTSEP Maranhão*. s/n. Julho/2016

<b>Enunciado C: Reajustar o salário para garantir o poder de compra do servidor (a)</b>		
Resumo: Editorial do presidente do SINTSEP para o jornal da categoria em que o sujeito discursivo coloca em evidência a inércia do governo do estado em reajustar os salários e viabilizar a segunda etapa do Plano de Cargos e Carreiras.		
Lugar de Fala: Sindicato dos trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão (SINTSEP)		
Suporte material	Data/Horário de	Condições de emergência do
	Materialização/Veiculação	enunciado
Jornal do SINTSEP	Março/2016	Crise econômica em todo o país; Salários em defasagem; Segunda etapa do plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos do Maranhão.

**Quadro 03 – Corpora de análise: Enunciado C - SINTSEP**

Realizado pelo autor

O texto do segundo editorial (figura 15) também fora retirado de um jornal de classe do SINTSEP, é organizado em nove parágrafos, apresenta imagem do presidente do sindicato e segue assinado por ele. Em seguida, novamente apresentamos nosso quadro resumitivo com informações pertinentes para nossas análises, seguindo os mesmos parâmetros do quadro anterior. Vejamos:



Figura 15 – Editorial do presidente do SINTSEP em jornal de classe no mês de julho/2016  
 Fonte: *Jornal SINTSEP Maranhão*. s/n. Julho/2016

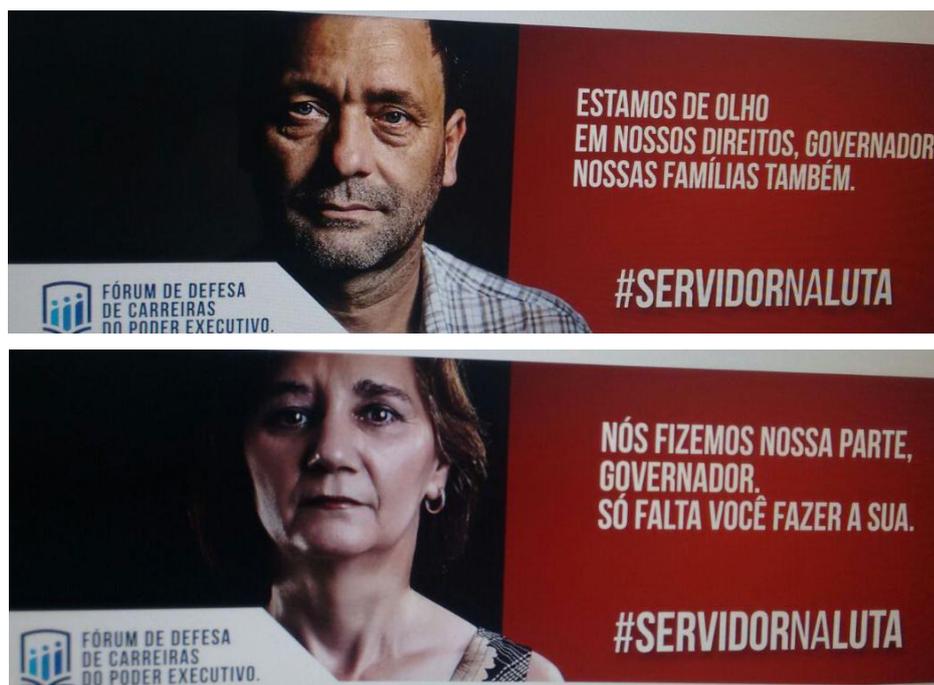
Enunciado D: <b>Será que éramos felizes e não sabíamos?</b>			
Resumo: Editorial do presidente do SINTSEP para o jornal da categoria em que o sujeito discursivo rememora as lutas históricas do funcionalismo público estadual maranhense em torno de políticas salariais.			
Suporte Material	Data/Horário	de	Condições de emergência do discurso
Jornal do SINTSEP	Julho/2016		Crise econômica em todo o país; Salários em defasagem; Segunda etapa do plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos do Maranhão.

Quadro 04 – *Corpora* de análise: Enunciado D - SINTSEP

Realizado pelo autor

O enunciado (e) é a campanha intitulada #SERVIDORNALUTA. Essa campanha circulou em *outdoors* em 2016 na cidade de São Luís, sendo simultaneamente reproduzida nas redes sociais. Compõe-se de uma série enunciativa de quatro materialidades linguístico-imagéticas produzidas pelo SINTSEP (Figura 16), mas que levaram assinatura do Fórum de Defesa das carreiras do poder executivo do Estado do Maranhão, uma entidade composta por outras dezesseis instituições sindicais que reivindicam reajustes salariais ao governo do Estado, portanto elas congregam do discurso do SINTSEP. O quadro resumitivo que segue a série enunciativa apresenta informações pertinentes para nossas análises, adotando a estruturação dos quadros anteriores. Vejamos:





**Figura 16 – Enunciados da campanha #SERVIDORNALUTA**

Compilação imagética realizada pelo autor

Enunciado E: <b>Campanha #SERVIDORNALUTA</b>		
Resumo: Compõe-se de quatro materialidades linguístico-imagéticas sob o gênero propaganda em que o sujeito discursivo reivindica direitos de reajustes salariais ao governo do Estado do Maranhão		
Lugar de Fala: Sindicato dos trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão (SINTSEP)		
Suporte Material	Data/Horário de Materialização/Veiculação	Condições de emergência do enunciado
Outdoors espalhados pela cidade de São Luís / Redes Sociais	Outubro/2016 a Dezembro/2016	Crise econômica em todo o país; Salários em defasagem; Segunda etapa do plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos do Maranhão.

**Quadro 05 – Corpora de análise: Enunciado E - SINTSEP**

Realizado pelo autor

A diversidade que compõe nosso *corpora* está em consonância com o método proposto por Foucault (2004) que nos incentiva encontrar o fio da regularidade na dispersão característica dos discursos materializadas em uma infinidade de gêneros discursivos, pois “os enunciados, diferentes em sua forma [...] formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2004, p. 36). Em meio a essa dispersão dos enunciados, com regras semelhantes que possibilitam sua emergência, é que traçamos como as relações de saber/poder

desses lugares institucionais produzem o sujeito funcionário público dessa temporalidade histórica. Enriquecendo nossas análises, também tomaremos as vozes de dois funcionários públicos não sindicalizados por meio de entrevista para observar a criação da subjetividade desses sujeitos. Nesse momento, nossa intenção é perceber como os sujeitos se inscrevem nessas redes discursivas, partindo do pressuposto de que os sujeitos têm a ilusão de que estão falando de si, quando na verdade estão falando no interior de um arquivo, ou seja, retomando ou desalojando discursos historicamente localizáveis.

Considerando a extensão do *corpora*, selecionamos alguns trechos que compõem sequências discursivas, as quais estão submetidas ao quadro analítico abaixo, construído no intuito de facilitar a visualização do que faremos na seção seguinte. O procedimento visa compreender como se delineiam as subjetividades para o servidor/funcionário público maranhense nas práticas discursivas dos lugares institucionais que citamos anteriormente:

<b>Discursos sobre o funcionalismo público estadual maranhense</b>		
<b>Lugares de fala</b>	<b>Aspectos do enunciado</b>	<b>Elementos</b>
Governo	Materialidade	Linguística
		Imagética
Sindicato	Sujeito Discursivo	Formação Discursiva
	Referente	Efeitos de sentido
Servidores não sindicalizados	Domínio Associado	Retomada
		Transformação
		Reformulação
		Confronto

←————— Descrição/Interpretação —————→

**Quadro 06 – Síntese dos procedimentos analíticos adotados**

Compilação do autor

Relembramos que em Análise do Discurso as categorias teóricas também são analíticas. Desse modo, em nosso percurso metodológico, damos tratamento às condições de aparecimento desses enunciados, que os tornam raros e os inscrevem no arquivo, como também quais efeitos de sentido aparecem nas construções discursivas que as instituições produzem sobre o que é ser funcionário público. Partimos da materialidade, com movimentos de descrição/interpretação de sua substância linguística/imagética (quais linguagens e superfície o concretiza?). Ao sujeito do enunciado, compreendemos a que formação discursiva se filia, dando-lhe direito de fala (a quem é dado do direito de enunciar?). Ao referente,

compreendemos como o lugar do sujeito é constitutivo na fabricação do objeto de que fala de acordo uma ordem discursiva (sobre o quê se fala?). Por fim, percebemos o campo associado nas rupturas ou continuidades dos enunciados analisados em relação aos sentidos presentes no arquivo que compomos, pois em consonância a Foucault (2004), os efeitos de sentidos produzidos pelas instâncias discursivas para a construção do “servidor público” apoiam-se em memórias sobre o que é ser funcionário público historicamente, mantendo zonas fronteiriças com elas, logo, conforme Silva (2004), interessa-nos tratar os enunciados do nosso *corpora* como práticas que determinam a historicidade dos enunciados mencionados em nossa arqueogenealogia.

#### 4. 2 Servidor motivado é servidor com salário em dia: práticas discursivas do governo do Estado do Maranhão

No Maranhão, existem hoje noventa e oito mil e quarenta e oito servidores públicos estaduais ligados ao poder executivo. Pouco mais de sessenta e três mil e quatrocentos deles estão na ativa, desempenhando suas funções públicas nas dezessete secretarias existentes na estrutura burocrática estadual. Desses, uma quantidade expressiva entrou no serviço público via cargos em comissão, ou seja, são servidores de livre nomeação e exoneração, os quais desempenham funções de direção, controle, chefia e assessoramento. São geralmente os diretores de autarquias, coordenadores de repartições públicas, secretários de estados. Os demais servidores na ativa são estáveis. Pouco mais de 50% deles são titulares de cargos de nível médio/fundamental, desempenhando atividades como atendimento ao público e serviços internos<sup>31</sup>.

O governo do Estado do Maranhão a que nos referimos nessa temporalidade tem como expoente o chefe do poder executivo Flávio Dino (2015-2018). Essa figura emerge em oposição ao monopólio do poder executivo maranhense pela família Sarney e seus correligionários, reconhecidos no imaginário como os verdadeiros mandatários da política no Maranhão. Flávio Dino é eleito em primeiro turno nas eleições de 2014, com mais de 60% dos votos válidos, sob um

---

<sup>31</sup> Dados de Janeiro/2018. Encaminhamos requerimento para a Secretaria de Estado e Gestão de Pessoas (SEGEP) para obter tais informações. A secretária da pasta respondeu-nos com os dados quantitativos de servidores ativos, inativos, níveis fundamental e médio por meio do Ofício n.º 799/2018-GAB/SEGEP de 15/03/2018.

discurso que provém de um sistema de formação comunista, baseando sua campanha na construção de “um Maranhão de todos” (SILVA, 2017). O slogan publicitário de sua gestão (2014-2018) congrega essa discursividade de campanha por meio do sintagma “governo de todos nós” e não mais de uma única família.

Foucault (2006a) afirma que sempre há ligação entre o discurso e o poder, logo o aparecimento desse enunciado está inscrito em um projeto de governo pautado na construção do novo. Constantemente o governo veicula em suas redes sociais e em outras materialidades discursivas as mudanças que foram implementadas para superar uma “herança maldita”. O funcionalismo público, costumeiramente “esquecido” nos governos anteriores, passa a ter nessa gestão governamental status de objeto de discurso.

No intuito de verificarmos como o funcionário público estadual maranhense é fabricado na instância de discurso do governo do Estado, observamos a regularidade das materiais em análise. Há de se considerar que todo texto “é uma estrutura que vem de fora, decorrente de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior” (BENETTI, 2008, p. 111), ou seja, toda produção textual é parte de um processo que é iniciado em outros lugares, e suas regularidades apontam para um gênero discursivo. Os enunciados coletados enquadram-se no gênero chamado de reportagem, que diferentemente de gêneros como matéria e notícia, demanda mais tempo de elaboração, tem conteúdo mais extenso, nele prevalecem a presença de fontes seguras e o relato das várias vozes que compõem os vértices da mesma história.

Faria e Zanchetta (2005) veem a reportagem como um gênero híbrido, pois além de relatar e descrever, esse gênero dá espaço aos sujeitos discursivos de interpretarem e compararem. Assim, a reportagem ultrapassa quaisquer possibilidades de ser apenas uma narradora de fatos. Os autores afirmam também que a organização desse gênero dá-se em torno de um maior detalhamento dos fatos, personalização das evidências, apelo a entrevistas. Esses elementos são construídos a partir de um ângulo pessoal escolhido pelo jornalista que materializa a reportagem.

No caso em tela, estamos diante de uma reportagem produzida por um sujeito institucional legitimado pela esfera do poder executivo estadual. Segundo Foucault (2006a), existe, portanto, um espaço de ordem que regula a produção de enunciados. Não é qualquer enunciado que será produzido, mas apenas aqueles

desejados, os quais servirão como bens úteis para veicular uma construção de verdade de um sujeito denominado Governo do Estado. Nessa direção, a reportagem inscrita nesse ambiente institucional é conduzida por meio de coerções e limitações. Os detalhamentos dos fatos, a personalização das evidências e as entrevistas estarão resguardados no ângulo do governo, que é constitutivo do sujeito e o permite enunciar.

Vejamos que as reportagens que analisamos não se materializam nos suportes tradicionais como os jornais diários, mas no espaço virtual ou ciberespaço. Essa modalidade espacial, que implica na materialidade do enunciado, caracteriza-se pelo “entrelaçamento de práticas sociais e discursivas, inscrevendo-se no entremeio do espaço empírico e discursivo [...] que supostamente possibilitam a deriva de sentidos para qualquer direção” (GRIGOLETTO, 2011, p. 53). Isso implica vermos os enunciados como materializações em um espaço sem realização, mas que é atualização da realidade empírica, com uma “mutação de identidade” (LEVY, 1996, p. 17). Em síntese, há uma articulação perene entre espaço virtual e espaço discursivo, na qual são delimitadas as relações de poder, pois nem todo sujeito é autorizado a enunciar-se de determinados espaços virtuais, como os sites institucionais dos governos (.gov.br). O espaço virtual também é prática discursiva e como tal valida seus sujeitos ao impor certas coerções e agir na distinção dos enunciados.

Os enunciados do governo do Estado, materializados no ciberespaço, organizam-se em reportagem, por meio dos detalhamentos dos fatos, personalização das evidências e entrevistas. Assim, realiza-se um percurso que rememora as transformações do estado em meio a um ambiente econômico em crise, em seguida dá voz a secretários de estado e há uma seção específica com depoimentos de funcionários públicos ativos e inativos. Essa regularidade discursiva é bastante similar em ambas as reportagens analisadas.

Foucault (2004) postula o discurso como um lugar onde pode ser determinada a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo, ou mesmo, um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. Com base nisso, propomos realizar nossas análises com a eleição de sequências discursivas (SD) desses três lugares enunciativos descontínuos entre si, advindos da modalização de formações discursivas. É um trajeto que envolve, portanto, a escuta de uma instituição governamental pulverizada em três sujeitos

discursivo , ou seja, vozes autorizadas a dizer que sustentam o efeito do verdadeiro do funcionalismo público maranhense em nossa temporalidade no lugar de fala governamental.

Para fins de facilitar a compreensão do procedimento analítico, afinal selecionamos certos trechos das reportagens, dispusemos as três vozes que compõem a reportagem em três SD. A primeira sequência é composta apenas de trechos dos enunciados (a) e (b) que corporificam em nosso julgamento uma voz institucional, enumerados sequencialmente de (1) a (6). Essa numeração refere-se tão somente à ordenação dos trechos eleitos. Logo (1a) reflete o primeiro trecho no interior da ordem da SD, sendo que (a) indica que sua retirada se deu da reportagem “Medidas implementadas valorizam os servidores públicos estaduais”. Em seguida, um quadro resumitivo pretende expor o campo associado com qual a SD interage. Vejamos:

*SD 1 – Voz institucional*

(1a) No mês de setembro, governadores de 14 Estados estudaram decretar situação de calamidade financeira, em virtude do estado deficitário das contas públicas. O fato é atribuído pelos gestores à crise econômica enfrentada no país.

(2b) Atrasos, parcelamento de pagamentos e congelamento de contratações atingem servidores de mais da metade dos estados brasileiros. A crise nacional obrigou governadores a criarem planos de demissão voluntária ou cancelar processos de contratação em áreas emergenciais do serviço público, a exemplo da saúde, segurança pública e educação.

(3b) No Maranhão, o governador Flávio Dino decidiu fazer o inverso e valorizar o servidor como dupla medida para qualificar os serviços públicos, e ao mesmo tempo alavancar a economia do Maranhão. O resultado do esforço melhorou a autoestima, as condições de trabalho e a produtividade dos servidores públicos estaduais, que tem recebido salários antecipadamente e colhido o fruto de reconhecimento profissional que aguardavam há décadas.

(4a) No entanto, no Maranhão, um dos mais pobres da federação, existe uma periodicidade e antecipação salarial.

(5a) Segundo o jornal [Folha de São Paulo], dos 26 estados do Brasil, 20 ultrapassaram o limite estabelecido com a folha de pessoal no ano passado. O Maranhão, ao lado de outros 5 Estados, segue cumprindo os limites estabelecidos pela Lei.

(6b) A antecipação salarial é uma das políticas de valorização dos servidores públicos que funciona ainda como importante mecanismo de aquecimento do comércio e serviços e equilibrando a economia do estado.

Ao lembrarmos que a sociedade maranhense como um todo é o destinatário a quem os enunciados são enviados, tomamos que as regras de formação dos enunciados têm seu lugar não na mentalidade dos indivíduos, mas no próprio discurso (FOUCAULT, 2004). São essas regras o que definem o modo como os objetos são formados. Os atos discursivos utilizam variadas estratégias para promover o efeito de sentido de que o estado do Maranhão segue em desenvolvimento a despeito da crise econômica que se instalou no país. Para a tarefa, as formas empregadas enaltecem a posição do governo atual em detrimento das gestões governamentais em outros estados da federação. O sujeito constrói a produtividade do serviço público estadual maranhense, tomando o funcionário público como servidor, o que nos remete a uma administração gerencial, pautada pela eficiência.

No intuito de fabricar um conceito de “gestão eficiente apesar da crise econômica”, o sujeito discursivo apoia-se em outros sistemas de formação de enunciados para legitimar suas verdades. Podemos notar em (5a) a convocação de outra instituição, a Folha de São Paulo, para efeito de comprovação que o governo do estado do Maranhão é um dos poucos que mantém sua folha pessoal dentro dos limites legais. Em (3a), (4a), e (6b) o sujeito dispõe que a maior política para o funcionalismo público maranhense é a antecipação, justificando-a como fomento ao comércio e valorização do funcionário público. O sujeito se inscreve na tensão entre dois polos híbridos: jornalístico e político. Assume a posição-sujeito jornalista ao naturalizar o caráter verdadeiro a certas passagens de sua enunciação (ilustrativo em 1a e 5a); desloca-se para o lugar político ao enaltecer a visão administrativa do governo a que é filiado (3b).

A materialidade linguística coloca em jogo o ambiente da crise econômica, mas não a discursiviza como entrave para o desenvolvimento dos estados. Em relação à formação desse sujeito, percebemos que ele se aloca no interior de um discurso governamental, que repete a “excelente situação financeira do estado”, sem atribuir, no entanto, quaisquer méritos aos governos anteriores. Há merecimento personalístico apenas ao próprio governador (em 3b). Nessa voz discursiva, o estado do Maranhão aparece como referente, construído como uma unidade da federação em desenvolvimento, num aporte institucional que interdita outros dizeres, como a menção de um plano de cargos e carreiras ao funcionalismo público maranhense. Esses enunciados se inscrevem em um domínio associado de

outras épocas e recorrentemente aparecem nessa temporalidade; são práticas discursivas em que o sujeito funcionário público aparece como o responsável pela crise econômica, uma vez que seus salários representam altos gastos ao estado brasileiro.

Conforme Foucault (2004) é o campo associado que permite enunciados como esses emergirem como acontecimentos singulares, que se apropriam dessas formas já ditas e esquecidas, para enunciarem-se como novo e moderno. Portanto, a “emergência de um enunciado em um momento histórico pressupõe uma análise que faça uma relação com o campo enunciativo ao qual está articulado” (GREGOLIN, 2006, p. 27). Desse modo, propomos realizar essa análise dos enunciados com o campo correlato com quadros resumitivos, como o que veremos a seguir:

<b>Trechos</b>	<b>Domínio Associado</b>	<b>Efeitos no arquivo</b>
A crise nacional obrigou governadores a criarem planos de demissão voluntária [...]	- O servidor marajá, responsável pela acentuação da crise econômica.	- Retomada
[...] servidores públicos estaduais, que tem recebido salários antecipadamente e colhido o fruto de reconhecimento profissional que aguardavam há décadas.	- O funcionário barnabé, sobrevivente à defasagem salarial.	- Confronto
[...] o governador Flávio Dino decidiu fazer o inverso e valorizar o servidor como dupla medida para qualificar os serviços públicos [...]	- O servidor público como peça essencial da administração pública.	- Retomada
	- A precarização histórica dos serviços públicos.	- Confronto

**Quadro 07 – Efeitos no arquivo em função de uma voz institucional**

Realizado pelo autor

O sujeito discursivo, ao citar as questões inerentes aos planos de demissão voluntária do funcionalismo público brasileiro, tema sempre emergente no interior de crises econômicas, retoma a ideia de que grande parte da culpa das crises no país é devido o inchaço na máquina administrativa pública, para mais adiante criar o efeito de que o governo do Estado do Maranhão se opõe a quaisquer planos de demissão. Quando reafirma que o governo do Maranhão atual prestigia a categoria funcional maranhense com antecipação de salários e reconhecimento, confronta os sentidos históricos atribuídos ao funcionário barnabé, o qual não possui

o direito de ter seu salário reajustado. Ao circunscrever o conceito de qualidade no serviço público, retoma a administração gerencial que discursiviza o servidor como peça essencial no serviço público, ao mesmo tempo em que confronta a precarização dos serviços públicos, uma prática histórica que fragiliza a oferta dos serviços oferecidos pelas repartições públicas.

A segunda SD também extraída dos enunciados (a) e (b) fazem escuta das vozes de secretários do governo. Elas se organizam a partir da seleção de dois trechos chamados (7a) a (8a), ambos retirados do enunciado “Autoestima e melhores condições de trabalho, servidores reconhecem valorização do governo do Estado”. A seguir:

*SD 2 – Voz dos secretários do governo*

(7a) A secretária de Estado da Gestão e previdência, Lílian Guimarães, destaca que o trabalho realizado para que esse resultado fosse alcançado [antecipação recorrente de salários] envolve uma grande equipe, pois o Governo é feito de pessoas e para as pessoas. ‘É muito importante destacar que não é só uma ação de pagamento salarial, que é devida e justa, mas uma ação de valorização de todos os servidores. Trabalhamos para que o Governo de Todos Nós, aconteça. Estamos construindo um novo Maranhão’, afirmou a gestora.

(8a) Segundo a secretária-adjunta de Gestão de Pessoas da Segep, Adryanny Ferreira, a secretaria vem trabalhando com o objetivo de fechar os relatórios de pagamentos até o dia 20 de cada mês, para que sempre que houver viabilidade financeira o pagamento dos servidores estaduais seja antecipado, conforme orientação do governador, Flávio Dino.

Os enunciados acima põem em relevo discursos de duas secretárias de estado que obtêm seu lugar de fala no interior da instituição Governo do Estado. Referem-se a indivíduos políticos, cujos cargos são de livre nomeação e exoneração, e como vimos na nossa genealogia, os sujeitos investidos nesses cargos historicamente devem fidelidade a quem os nomeou, portanto, seus dizeres são cerceados pela filiação ao governo a que servem. Destacamos que essas falas ganham estatuto de enunciado, pois só podem ser ditas por sujeitos que ocupam a posição de secretários de Estado.

Nessa SD, por meio do discurso direto em (7a) e indireto em (7b), prevalece uma discursivização da valorização do funcionário público a partir de medidas, com forte ênfase à questão salarial e sua antecipação. O referente é as

ações do governo do Estado que são desenvolvidas sempre em equipe, produzindo lateralmente o efeito da presença constante de um governador-orientador, como mentor das políticas de antecipação salarial, conforme (8a). Essas falas estão no mesmo campo de presença do slogan do estado “Governo de todos nós”, afetadas por sistemas de formação como as de sindicatos de funcionários públicos, que exigem historicamente em seus discursos o salário do funcionalismo em dia.

As vozes desses sujeitos discursivos cooperam para estabilizar a discursivização do funcionário público estadual maranhense como um sujeito privilegiado, pois tem a sua disposição uma equipe de pessoas que trabalham incansavelmente para garantir que seus salários sejam antecipados. Há sempre uma voz institucional que interdita os dizeres desses sujeitos, controlando socialmente seus discursos, pois as relações de poder entre o lugar institucional das secretárias (Governo do Estado) e o exercício de suas funções públicas orientam como elas devem construir o funcionário público estadual maranhense dessa temporalidade.

Essa construção não acontece alheia a um campo de enunciações já esquecidas. A respeito do campo associado, propomos o quadro resumitivo abaixo:

<b>Trechos</b>	<b>Domínio Associado</b>	<b>Efeitos no arquivo</b>
[...] É muito importante destacar que não é só uma ação de pagamento salarial, que é devida e justa, mas uma ação de valorização de todos os servidores [...]	- O descaso histórico como o funcionalismo público.	- Reformulação
	- O servidor público como peça essencial da administração pública.	- Retomada
[...] para que sempre que houver viabilidade financeira o pagamento dos servidores estaduais seja antecipado, conforme orientação do governador, Flávio Dino. [...].	- O paternalismo do governante em relação a seus governados.	- Reformulação

**Quadro 08 – Efeitos no arquivo em função da voz dos secretários do governo**

Realizado pelo autor

Se retornarmos à História, vemos o descaso histórico com o funcionalismo público, que aparece reformulado, com novos efeitos de sentido,

quando as sujeitas secretárias enunciam sobre o pagamento dos salários da categoria fazendo-o funcionar como um direito e associá-lo à valorização. A memória da administração pública de caráter gerencial também atravessa o sujeito do enunciado, pois só pode se falar de valorização em nossa temporalidade se ela estiver associada à palavra “servidor”, pois nesse domínio discursivo é ele o componente mais importante da administração pública. Em nossa análise, o paternalismo do governante em relação a seus governados, característico do patrimonialismo e mesmo da administração burocrática, reaparece reformulado, pois é a figura personalística do governador Flávio Dino que agora orquestra as relações entre o funcionalismo e o governo.

Por fim, a SD 3 reúne as falas da subseção que colhe depoimento dos funcionários públicos maranhenses. São falas atribuídas a esses sujeitos. Nessa SD, os trechos são numerados de (9) a (14), sendo que a vogal indica se eles foram retirados do enunciado (a) ou (b) do lugar de fala do governo. Vejamos:

*SD 3 – Voz de funcionários públicos do estado*

(9a) Sou professor de ioga, e levo os ensinamentos para a minha vida de servidor público. [...] Isso é servir! Já realizei mais de 30 salvamentos, todos igualmente especiais. Sei que o meu ofício é importante. Sou grato.

(10a) Trabalho para atender da melhor maneira possível as pessoas que chegarem com alguma necessidade, desejo que elas saiam melhor do que quando chegaram [...] Hoje, sou o ‘Alexandre da Saúde’. Por isso, preciso representar bem o lugar do qual faço parte, me esforçando para que ele sempre melhore! Eu adoro o que eu faço! O Estado é forte quando eu me sinto forte e faço o outro forte! Se eu enfraquecer o outro, estarei quebrando um elo, que vai fragilizar toda a instituição.

(11b) Tenho um sobrinho que é servidor público no Rio de Janeiro e está vivendo numa situação muito complicada, ele recebe só a cada três meses. Nós servidores públicos do Maranhão, temos como cobrir nossas obrigações e planejar porque temos o capital disponível antecipadamente’, comenta a servidora A. B.

(12b) Para o economista André Lustosa, servidor do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, as ações têm sido feitas mesmo com pouco tempo de gestão do atual Governo. ‘Vejo que o governador Flávio Dino se preocupa em valorizar o servidor com progressão de carreiras e a criação de um programa que não é apenas de governo, mas de Estado promovendo concursos e planos de carreiras que não melhoram apenas a vida do servidor no presente, mas projeta a vida profissional para o futuro,’ avalia.

(13b) ‘No governo passado, quando perdemos o hospital Carlos Macieira, muitos colegas servidores tiveram que recorrer a planos de saúde particulares. Com a estrutura que esse novo hospital terá, poderemos contar com atendimento digno e voltar a ter um hospital digno dedicado ao servidor’, diz a enfermeira, A. B., servidora da Secretaria de Saúde há 33 anos.

(14b) Este espaço [do Programa de Atenção Integrada ao aposentado] é muito importante para minha vida e acho que os servidores estaduais que se aposentam hoje em dia, só ficam em casa se quiserem, conta Dona M. do S. B. de A.

Segundo Foucault (2004) não é dado ao sujeito o direito de dizer tudo, pois há normas silenciosas ditadas pelas relações de poder no lugar institucional governo que recortam os enunciados dos funcionários públicos e os possibilitam enunciar. Diante dos enunciados da SD 3, recai a célebre pergunta de Foucault (2004): por que apareceram esses enunciados e não outros em seu lugar? Por que tais modos de discursivizar o funcionalismo público maranhense e não outros possíveis? Quais sentidos históricos são postos em jogo para que esse enunciado se insira em uma ordem e seja modalizado como verdadeiro?

Quando observamos o espaço de ordem a que esses enunciados estão filiados, notamos vontades de verdades inscritas nesses dizeres. Prevalece uma formação discursiva advinda de um lugar de governo nas falas do funcionalismo público maranhense, pois “o sujeito é aquele que de alguma forma está submetido ao outro (por meio de relações de controle ou dependência)” (FOUCAULT, 1995, p. 17). Esses indivíduos, separados no ambiente empírico por suas repartições, cargos, salários, reúnem-se no discurso em um mesmo sistema de formação que os autoriza falar, desde que constituam seu lugar de sujeito na ordem discursiva imposta pelo site oficial do governo. Novamente, o espaço de materialização delimita as coerções na fala desses sujeitos.

As materialidades linguísticas organizam-se em torno das vozes do funcionalismo público maranhense. Há vozes que falam de um servidor em sua individualidade como em (9a) e (10a), outras dão relevo à construção de uma categoria profissional (13b) e, por fim, em (12b) e (14b), é dado direito ao servidor enunciar sobre as ações do governo. O caráter de legitimidade da fala do servidor público em contato com a formação discursiva de um lugar de governo possibilita a formação de novas redes discursivas, em que o referente é fabricado como servidor

vocacionado (9a e 10a), privilegiado financeiramente (11b e 12b), valorizado (12b), digno (13b) e amparado pelo governo (14b).

Os dizeres analisados mantêm proximidades com os discursos das secretárias de estado, pois há uma produção de verdade em torno do servidor comemorando as antecipações (11b) e engajando-se no trabalho em equipe (10a). Em (10a), o sujeito enuncia-se no interior de uma repartição pública, constitutiva de sua formação identitária ao afirmar que é o “Alexandre da Saúde”. Em (14b), a posição-sujeito identificada é a do servidor público aposentado, a qual exalta as políticas públicas em torno da valorização do servidor inativo. Ao alinhar o servidor público com o desempenho físico mesmo após a aposentadoria, esse discurso desaloja certas discursivizações históricas que atribuíram ao funcionalismo o posicionamento de um sujeito que não produz. Há também retornos à memória dos governos anteriores, estabilizando a discursivização de que eles não valorizavam o servidor. Isso ocorre em (13b), no qual o sujeito discursivo rememora a perda de um hospital público, o que remete a um projeto de verdade que não é da posição-sujeito servidor, mas a marca enunciativa de um governo de oposição ao anterior.

Feitas nossas considerações, formulamos o quadro resumitivo a seguir:

<b>Trechos</b>	<b>Domínio Associado</b>	<b>Efeitos no arquivo</b>
Isso é servir! Já realizei mais de 30 salvamentos, todos igualmente especiais. Sei que o meu ofício é importante. Sou grato.	- O servidor público como peça essencial da administração pública.	- Retomada
Hoje, sou o ‘Alexandre da Saúde’. Por isso, preciso representar bem o lugar do qual faço parte, me esforçando para que ele sempre melhore!	- O prestígio social do funcionário público, como um indivíduo diferenciado dos demais.	- Reformulação
	- O servidor público como peça essencial da administração pública.	- Retomada
[...] Nós servidores públicos do Maranhão, temos como cobrir nossas obrigações e planejar porque temos o capital disponível antecipadamente.	- O funcionário barnabé, sobrevivente à defasagem salarial.	- Confronto
Vejo que o governador Flávio Dino se preocupa em valorizar o servidor com progressão de carreiras e a criação de um programa que não é apenas de governo [...]	- O funcionário barnabé, do quadro extranumerário, sem direito à estabilidade ou planos de cargos.	- Silenciamento

**Quadro 09 – Efeitos no arquivo em função de vozes de funcionários públicos do estado**

Realizado pelo autor

Por meio do quadro, percebemos que há efeitos no arquivo quando a voz do sujeito servidor retoma pontualmente a ideia de servir. Esse sujeito fala do interior de uma repartição pública corpo de bombeiros, que também realiza atendimentos ligados à preservação da vida, por isso ele se inscreve no discurso “servidor da sociedade” em detrimento do funcionário público. O prestígio das funções públicas, conceito que atravessou incólume nossa genealogia do serviço público brasileiro, reaparece reformulado na fala do sujeito denominado “Alexandre da Saúde”, que inscreve sua identidade no espaço da repartição pública onde desempenha sua função pública, retomando a administração pública gerencial ao afirmar que seu esforço pessoal é para melhorar a oferta do serviço público na área da saúde.

Existe também, nessa dispersão de enunciados, um retorno ao funcionário barnabé com confrontos, pois o sujeito discursivo, ao afirmar que tem o capital (e não salário) disponível antecipadamente para cobrir suas obrigações, o que o opõe à tipologia barnabé. Também há silenciamentos em relação ao servidor extranumerário, quando o sujeito fala que o governador tem se preocupado com as progressões e planos de carreiras, privilégio que nessa temporalidade não é para todos os funcionários públicos, mas somente para algumas categorias.

Após visualizarmos os quadros, percebemos como verdadeiras as proposições de Foucault (2004, p. 148), quando o filósofo afirma que “a descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos”. Os sentidos dispostos no arquivo atravessam incessantemente os sujeitos discursivos que analisamos, possibilitando-nos afastar a falsa existência no discurso de uma subjetividade fundadora. Pois o arquivo “é o horizonte maior de organização das possibilidades de relacionamentos que garantem o exercício da função enunciativa, controlando o aparecimento e desaparecimento dos enunciados” (VOSS, 2011, p. 61). Essa propriedade inerente ao arquivo permite aos enunciados, formados em decorrência do jogo de relações entre vozes legitimadas distintas, ganharem sentidos a partir da inscrição em uma formação discursiva governamental, a qual autoriza os enunciados a ocorrerem ou desaparecerem, impondo-lhe coibições e sustentando o objeto do discurso.

4. 3 #SERVIDORNALUTA: o sujeito em práticas discursivas de sindicatos de funcionários públicos no Maranhão

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão (SINTSEP) é o maior representante da categoria funcional pública do poder executivo do estado do Maranhão. Atualmente, representa nove mil quatrocentos e trinta filiados. A maior parte desses servidores, cerca de 60%, são funcionários de nível médio/fundamental, aqueles que seu presidente chama de “barnabés”, os quais desempenham suas atividades em órgãos da administração direta e indireta em todo o estado<sup>32</sup>.

Nesta seção, analisamos as fabricações do sujeito funcionário público no interior das práticas discursivas do SINTSEP. Nosso trabalho opera na dispersão dessas práticas ao coletar materiais como propagandas veiculadas em *outdoors* espalhados pela cidade e dois editoriais do presidente da categoria.

Em relação ao primeiro material, podemos definir que se trata de propagandas institucionais. A propaganda é um texto sincrético que possui uma materialidade verbal e outra não-verbal, em que a produção de sentidos ocorre justamente no entrelaçamento dessa dupla materialidade (BARACUHY, 2009, p. 22). Inseridos na ordem do discurso publicitário, essas propagandas não se materializaram apenas nos *outdoors*. A materialidade, intrínseca a todo enunciado, permite sua repetição. Graças a essa propriedade, o conteúdo também foi reproduzido nas redes sociais do SINTSEP, sendo deslocado, compartilhado na Internet pelos seus filiados e outros indivíduos, acontecimentos que permitiram a esses objetos discursivos saltarem de seus locais iniciais de divulgação, campanha publicitária, para se reconfigurarem no interior de novas práticas discursivas.

Por sua vez, os editoriais apresentam a voz oficial da empresa jornalística (SALES, 2013), o que o enquadra no gênero opinativo. Se tomarmos o sindicato como um lugar institucional que produz um sujeito distinto (o funcionário público filiado), a voz oficial desse lugar é seu presidente, que apesar de aparecer como sujeito absoluto do enunciado, é apenas uma função dele, pois seus dizeres são condicionados pela instituição jornalística (jornal da classe). O editorial é, por excelência, um gênero filiado a um lugar institucional midiático, a um dispositivo discursivo (SALES, 2013), pois detém poder de fabricar as lutas em que o

---

<sup>32</sup> Devido ausência de dados confiáveis na Internet e inexistência em outros meios, obtivemos tais informações por meio de conversa informal com o presidente do SINTSEP, o Sr. Cleinaldo Bill Lopes, em Jan./2018.

funcionalismo público deve se engajar, orientando como seus filiados devem representar a si, o governo e o próprio sindicato.

O editorial, segundo Beltrão (1980, *apud* SALES, 2013), possui quatro atributos específicos: impessoalidade, que em nosso *corpora* utilizam a primeira pessoa do plural, topicalidade, que age na formação de uma opinião bastante específica sobre o governo atual, condensalidade, por meio de repetições exacerbadas da ideia central e plasticidade, indicado, em especial, por uma maleabilidade na expressão da realidade financeira do estado do Maranhão.

No intuito de analisarmos os enunciados em descrição, propomos três sequências discursivas. Na primeira delas, propomos analisar a fabricação do objeto “governo atual”. Na seguinte, decidimos analisar como governos anteriores, que aparecem na prática anterior como “herança maldita”, ganham status de objeto de discurso. Por fim, na terceira sequência discursiva investigamos a construção do funcionário público maranhense. Na SD 4, organizamos os trechos enumerados de (15) a (17). A letra acompanhante (c) ou (d) indica que os trechos foram retirados do Editorial de março/2016 e Julho/2016, respectivamente. Vejamos:

SD 4 – *A construção do governo atual (2014-2018)*

(15c) [...] é para alertar o servidor que, com o novo governo, pensávamos que tudo fosse ser diferente, mas não é. O SINTSEP e o Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo Estadual por diversas vezes solicitaram agendamento de reunião com o governador Flávio Dino, para tratar de pautas de interesse dos trabalhadores públicos estaduais. Porém, não tivemos respostas. [...]

(16d) [...] O SINTSEP [...] obteve da secretária a resposta de que a pasta não tem autonomia para tratar de assunto relacionado a reajuste de salário e que este pleito deve ser negociado com o governador do Estado, Flávio Dino; com Márcio Jerry, secretário de Comunicação e Assuntos Políticos; ou com Antônio Nunes, Secretário de Governo.

(17d) [...] o Governo do Estado tem o dever e a responsabilidade de avançar e adotar um mecanismo permanente de reajuste de salário dos funcionários públicos estaduais [...]

O exame dos enunciados acima revela que no lugar de fala do sindicato, o governo atual é construído como um obstáculo a ser vencido no jogo pela valorização do funcionário público estadual. Examinando (15c) percebemos que a enunciação do novo na campanha política de Flávio Dino era bem acolhida pelo

sindicato, porém há uma decepção com as ações do novo chefe do poder executivo quando eleito. Em (16d), notamos que o personalismo de Flávio Dino foi reconfigurado, disposto em discurso como um entrave ao diálogo entre sindicalistas e governo, uma vez que o governante retira os poderes dos seus secretários no tocante ao funcionalismo público e os toma para si e seus secretários de governo mais próximos. Por sua vez, o objeto discursivo (17d) configura como verdade a obrigatoriedade do poder executivo estadual de adotar mecanismos de valorização da categoria. Nessas teias discursivas, o sujeito do discurso, numa formação discursiva bastante singular, dota seus enunciados de uma oposição ao governo atual, construindo-o como o único oponente. Para visualizarmos o domínio associado a que essa produção linguageira se integra, leiamos o quadro resumitivo a seguir:

<b>Trechos</b>	<b>Domínio Associado</b>	<b>Efeitos no arquivo</b>
para tratar de assunto relacionado a reajuste de salário e que este pleito deve ser negociado com o governador do Estado, Flávio Dino [...]	- Os cargos públicos como assunto inerente apenas ao rei.	- Reformulação
o Governo do Estado tem o dever e a responsabilidade de avançar e adotar um mecanismo permanente de reajuste de salário dos funcionários públicos estaduais.	- A ausência de preocupação dos governantes com políticas de reajuste de salário ao funcionalismo público.	- Ruptura

**Quadro 10 – Efeitos no arquivo em função da construção do governo atual pelo lugar sindicato**

Realizado pelo autor

O quadro ilustrativo acima nos permite contemplar uma reformulação da prática histórica de os cargos públicos serem assuntos inerentes ao rei, pois nessa prática discursiva, o sujeito afirma que só quem detém o poder de reajustar os salários é o próprio governador, a despeito dos secretários de gestão de pessoal. A seguir, contemplamos um efeito de ruptura com as práticas históricas de ausências de reajuste salarial por parte do governo. O sindicato produz como “dever” e “responsabilidade” as políticas de reposição salarial, inclusive com pontos de deriva em relação às falas das secretárias que analisamos na SD 2, pois na visada do

sindicato, o reajuste é a valorização esperada, em detrimento da antecipação salarial.

A SD 3 reúne os trechos dos editoriais em que percebemos a construção discursiva dos governos anteriores (especialmente o anterior, de Roseana Sarney). Nessa SD, os trechos são numerados de (18) a (21), sendo que a vogal indica se eles foram retirados do enunciado (c) ou (d). Leiamos:

SD 5 – *A construção dos governos anteriores*

(18c) [...] sempre existiu um grupo de apadrinhados políticos em cargos comissionados, em grande número, sem qualificação profissional para exercerem cargos públicos. Muitos deles nem apareciam no local de trabalho, mas recebiam os melhores salários.

(19c) Essa prática de empreguismo no serviço público estadual do Maranhão sempre foi uma constante, independente se o governo era de direita ou esquerda.

(20c) Esperamos [...] que não seja necessário acreditar que antes éramos felizes e não sabíamos! Pelo contrário, todos os avanços na questão salarial, alcançados no governo da Roseana Sarney, estão ameaçados [...]

(21d) A instituição da política salarial do Plano Geral de Carreiras e Cargos do Poder Executivo (PGCE) para os servidores públicos estaduais no Maranhão há quatro anos, foi motivo de festa e alegria entre funcionários [...]

Esta segunda sequência discursiva nos amplia a visão sobre as estratégias que o lugar institucional emprega para fabricar a noção de governos anteriores no editorial. O enunciado (18c) rememora o empreguismo político em jogo por meio dos cargos em comissão, que são apontados como os meios de indicar novos sujeitos sem qualificação para as funções públicas nos governos que antecederam o atual. Há também um retorno ao funcionário marajá como uma estratégia de deslizamento de sentidos. Esses retornos produzem efeitos no arquivo, pois o lugar institucional sindicato trata de instaurar polêmicas entre as representações históricas do funcionalismo público brasileiro e o funcionário público estadual maranhense, determinando o que seu filiado não é. O enunciado (19c) agencia que a prática política de empreguismo sempre foi característica da administração pública maranhense, independentemente de quem eram seus gestores.

Há relações de dependência entre o enunciado (21d) e (20c), em que o sujeito discursivo realiza um trajeto, com formulações que comparam o governo atual com uma gestão específica, o de Roseana Sarney nos quatro anos anteriores ao governo atual, marcando a diferença dessa ex-governante. Ao tomar essa administração como objeto especial, dá ênfase às palavras avanço/festa/alegria e representa o “Governo de Todos Nós” como ameaça às políticas salariais. Notamos que ao pôr em circulação esse discurso, o sujeito está inscrito em uma formação discursiva que mantém como domínio a última gestão de Roseana Sarney. Ou seja, a prática é do sindicato, mas a gestão de Roseana Sarney ocupa a posição de sujeito do discurso nesses enunciados. Esses movimentos nos levam a pensar como os sindicatos mantêm historicamente uma relação de simpatia com os governos de direita ou de esquerda (a sugestão delineada pelo sintagma “éramos felizes e não sabíamos?”, atravessada por efeitos de ironia, parece-nos bastante ilustrativa). Isso requer remetermos esse enunciado a um campo de presença em relação a enunciados já desgastados em que o enunciado reveste-se como sindicalista no interior no discurso de governo, como os sindicatos conhecidos como pelegos, que autorizados pelo governo, defendiam os interesses de empregadores. Não temos pretensão de escavar esse novo arquivo nessa pesquisa, assim propomos o quadro a seguir para observarmos os efeitos que a SD analisada promove no arquivo que dispomos:

<b>Trechos</b>	<b>Domínio Associado</b>	<b>Efeitos no arquivo</b>
sempre existiu um grupo de apadrinhados políticos em cargos comissionados, em grande número, sem qualificação profissional para exercerem cargos públicos. Muitos deles nem apareciam no local de trabalho, mas recebiam os melhores salários.	- O funcionário comissionado.	- Retomada
	- O funcionário marajá.	- Reformulação
[...] Pelo contrário, todos os avanços na questão salarial, alcançados no governo da Roseana Sarney, estão ameaçados [...].	- O funcionário barnabé, com salário corroído pela inflação.	- Reformulação

**Quadro 11 – Efeitos no arquivo em função da construção dos governos anteriores pelo lugar sindicato**

Realizado pelo autor

Esses enunciados somente são possíveis porque convocam a presença de um campo associado para que façam sentido. A memória do funcionário comissionado como um sujeito sem qualificação profissional para o cargo que exerce reaparece no lugar sindicato por meio de uma retomada. Esse mesmo sujeito é desenhado pelo sindicato como o marajá, o funcionário que não trabalha, mas é bem remunerado, num movimento de reformulação, pois há derivas nesse processo que dissociam o marajá do servidor, e o associam somente ao comissionado. Por outro lado, o lugar sindicato constrói seu filiado reformulando o barnabé. Essa prática discursiviza que o governo Flávio Dino não tem a mesma preocupação em relação a políticas salariais que o governo Roseana Sarney, produzindo a ideia de que o funcionalismo público maranhense está sujeito nesse governo a uma espécie de “barnabeísmo”.

A SD 6 apresenta os trechos em que rastreamos como os sindicatos constrói o funcionalismo público maranhense, em especial, seus filiados. A SD está organizada com seis trechos enumerados de (19) a (24). Novamente a letra acompanhante aponta se o trecho foi retirado do enunciado (c), (d) ou (e), este último corresponde à série enunciativa de propagandas. Vejamos:

*SD 6 – A fabricação do funcionário público maranhense*

(22c) [...] para que possamos recuperar parte do nosso poder de compra corroído pela inflação e pelo congelamento dos nossos salários.

(23d) [...] para evitar que em cada mudança de governo o servidor venha a ficar refém do bom humor e da vontade política do gestor de plantão, que na maioria das vezes não possui compromisso com a administração pública. [...]

(24e) Governador, respeite nosso direito.

(25e) Estamos de olho em nossos direitos, governador. Nossas famílias também.

(26e) Não vivemos de promessas, governador. Promessa é para ser cumprida. O reajuste de 10,64% é direito seu, é direito de todos nós.

(27e) Nós fizemos a nossa parte, governador. Só falta você fazer a sua.

Nas passagens acima que retiramos dos enunciados, o lugar institucional sindicato produz um funcionário público bastante singular: o sujeito é construído como alguém que perdeu parte do seu poder de compra e reclama a posse desse

direito. Os sentidos produzidos pela materialidade (22c) apontam que as necessidades do funcionalismo público atual estão em torno de reajustes salariais. O enunciado (23d) remete a um campo de coexistência em que aparecem as ações históricas de desvalorização da categoria, o que auxilia na produção de um sujeito ainda refém de governantes.

Os trechos (24e), (25e), (26e) e (27e) remetem à campanha que o sindicato realizou em torno do reajuste salarial no ano de 2016. As materialidades, sob uma voz de primeira pessoa do plural, apresentam também a inscrição #SERVIDORNALUTA. Ao questionarmos que luta coletiva seria essa, percebemos que o efeito de sentido pretendido é a batalha pela valorização a partir da conquista de direitos. São acontecimentos que transmitem efeitos de continuidade em relação às lutas históricas do funcionalismo em torno de direitos negados pelos governantes. Em (25e) o enunciado opera sua existência a partir do termo “família”, como forma de alertar à sociedade do problema que o governo está agenciando ao não permitir o reajuste dos salários dos funcionários públicos. Existem domínios discursivos do campo econômico que atuam nessa produção, ao impor como verdade que o não reajuste pode causar problemas à economia, uma vez que há muitas famílias compostas por funcionários públicos.

A essa mesma sequência discursiva, ancoramos o plano imagético. Concordamos com Baracuhy (2009), pois a autora acredita que as imagens nos textos publicitários atuam como “operadoras de memória”, sempre retomando temas inscritos em uma rede de memórias, atualizando-os ou mesmo envolvendo-os em controvérsias. Instaura-se uma polêmica entre os enunciados dessas práticas discursivas, pois as imagens que os compõem são convocadas pelo lugar institucional de onde os sujeitos falam. Se as imagens recortadas pelo lugar de fala do governo do estado apresentam um servidor aparentemente trabalhando em uma repartição pública, o lugar sindicato apresenta-nos outra forma de discursivizar o servidor: apenas a face carrancuda ou triste.

Dessa forma, decidimos trazer à tona algumas das materialidades imagéticas recortadas pela reportagem do lugar institucional governo (duas imagens da reportagem) e apresentá-las ao lado das materialidades do sindicato (os três rostos sequenciadas na propaganda). Propomos ler essas imagens no campo de coexistência em que elas estão inseridas. Vejamos:



**Figura 17 – Construção imagética do funcionalismo estadual maranhense pelo lugar institucional Governo do Estado**

Compilação fotográfica realizada pelo autor



**Figura 18 – Construção imagética do funcionalismo estadual maranhense pelo lugar institucional sindicato**

Compilação fotográfica realizada pelo autor

Quando Foucault (2004) define o enunciado, o filósofo afirma que ele é produzido para atender determinadas emergências; é sempre colocado em discurso por um sujeito que se apresenta em seu interior como e está integrado a um domínio associado. Ao examinarmos essas imagens nas práticas que as materializam, novamente nos vemos diante de incontáveis questões. Por que a servidora fabricada na prática discursiva ligada ao governo apresenta-se com modesto sorriso no rosto? Por que ambos os servidores aparecem manuseando equipamentos no ambiente de trabalho e não em outros espaços? Por que os servidores da prática discursiva ligada ao lugar sindicato apresentam expressão de repulsa ou tristeza em seu rosto? Por que esses exatos modos de representação e não outros possíveis? Que sentidos essas imagens convocam a partir da inscrição nos espaços de memória?

Acreditamos que tais imagens admitem diversos trajetos de leitura, mas as práticas analisadas colocam o aparecimento desses objetos numa ordem do discurso bastante específica. Apesar de haver uma descontinuidade entre a

reportagem (a) e (b), materializadas em datas e horários diferentes no site institucional, há uma linha editorial que determina quem é o servidor público ideal, o bem útil a servir os interesses do poder em voga. Ele será sempre recortado na posição de um sujeito feliz, inserido em um ambiente de trabalho moderno, garantido graças ao “novo” que esse governo produz. É o servidor que trabalha, a despeito das práticas históricas que o subjetivam como maria candelária, barnabé ou marajá.

Por sua vez, nas imagens do sindicato (os quatro materiais publicitários em análise), o funcionário é recortado pelo lugar sindicato na posição de um sujeito triste ou insatisfeito com suas condições o que faz ecoar uma memória do funcionário público barnabé, mas na espessura histórica que o coloca na posição de “pobre-diabo”, como se sofresse de um “barnabeísmo”, por isso convoca repetidamente o sintagma #reajustejá.

Essas análises atestam aquilo que Foucault (2004) afirma. Um enunciado nunca está isolado, mas sempre inserido em um campo, no qual seu aparecimento tem status de novo. Há um campo enunciativo entre os lugares empíricos do sindicato, como defensores sociais dos direitos do funcionalismo público e o governo, como lugar de defesa dos interesses de um chefe de poder. O ciberespaço, os *outdoors* e o jornal de classe são os suportes discursivos que atualizam os embates empíricos, retomando temas por meio do acionamento de diversas memórias em jogo no arquivo, afinal o enunciado é sempre “um certo objeto produzido, manipulado, utilizado, transformado, composto, decomposto, destrutível” (ARAÚJO, 2001, p. 191).

Nesse sentido, propomos o último quadro resumitivo desta seção:

<b>Trechos</b>	<b>Domínio Associado</b>	<b>Efeitos no arquivo</b>
[...] para que possamos recuperar parte do nosso poder de compra corroído pela inflação e pelo congelamento dos nossos salários.	- O funcionário barnabé.	- Confronto
[...] para evitar que em cada mudança de governo o servidor venha a ficar refém do bom humor e da vontade política do gestor de plantão [...]	- O funcionário público refém das alternâncias de poder.	- Confronto
[As <i>imagens</i> na prática discursiva governo do Estado]	- O servidor público como peça essencial da administração pública.	- Retomada

[As <i>imagens</i> na prática discursiva governo do Estado] (cont.)	- A maria candelária, que pouco aparece na repartição, dedicando a maior parte de seu tempo funcional a atividades fúteis na rua.	- Ruptura
[As <i>imagens</i> na prática discursiva sindicato]	- O “pobre-diabo” barnabé.	- Confronto

**Quadro 12 – Efeitos no arquivo em função da construção do funcionalismo público maranhense pelo lugar sindicato**

Realizado pelo autor

Em nossa descrição arqueológica/genealógica, concluímos que muitos enunciados sobre o funcionário público produzem esse sujeito a partir de sua inserção numa negatividade. Não é surpresa que os sindicatos, como lugares a que se atribui o exercício da advocacia dos interesses dos seus servidores filiados, utilizem-se de suas práticas discursivas para deslegitimar essa negatividade por meio de batalhas discursivas, associando o funcionalismo a trabalho, produtividade e refém de interesses políticos. O quadro acima demonstra isso. Ao enunciar a partir de um arquivo, que está na base da enunciabilidade de nossa temporalidade histórica, o sindicato confronta o funcionário barnabé e as alternâncias de poder que trazem danos ao funcionalismo público. É esse movimento discursivo que envolve combates constantes que ressignificam o funcionário público, desalojando discursos e discursivizando-o como um legítimo servidor.

A partir da apreciação dos três quadros, percebemos que essa voz legitimada por um lugar institucional “sindicato” constrói as subjetividades para o seu filiado e por extensão para toda a categoria de funcionalismo público estadual maranhense. Nessa prática discursiva, o filiado assume a posição de esquecido pelo governo, no interior das imagens e das formulações produzidas por um lugar de fala atribuído ao presidente do SINTSEP, um sujeito legitimado a falar sobre o funcionalismo nessa temporalidade. O sujeito discursivo do editorial é produzido no interior de um sistema de formação em que governo de Roseana Sarney aparece como “promotor de felicidades” ao funcionalismo público e o chefe do poder executivo atual aparece como obstáculo a ser combatido. Para promover esses efeitos de sentido, é necessário um retorno incessante ao arquivo, ressignificando-o. Na seção seguinte, analisamos vozes de indivíduos que se apresentam como

funcionários públicos estaduais do Maranhão na mesma temporalidade, com a diferença de não serem filiados a nenhum sindicato.

#### 4. 4 Não sou funcionário, sou servidor: constituições do sujeito nas diferentes vozes de funcionários públicos estaduais maranhenses

A configuração que o Brasil possui hoje sobre o funcionalismo público é resultado de diversos acontecimentos políticos, jurídicos, econômicos, culturais. Para um indivíduo se produzir no discurso como “funcionário público” ou “servidor público”, há um conjunto de relações específicas em jogo, que envolvem a sua admissão no serviço público. O funcionário/servidor é constituído a partir da noção de que o indivíduo se submeteu a um concurso público depois de anos dedicados aos estudos das matérias. Ou mesmo foi indicado ao cargo por meio de um político próximo e efetivado após o advento da Constituição Federal.

De qualquer forma, estar investido em cargo público tem significado, até o momento, gozar de certos direitos e conquistas garantidos por lei. Dentre eles, destacamos a estabilidade, uma garantia constitucional que pode assegurá-lo no cargo para sempre, desde que o servidor cumpra três meses de estágio probatório. Um país como o Brasil, que viveu longos anos de recessão, com altas taxas de desemprego, atravessou um período de estabilidade econômica na década de 2000. Nesse período, ocorreu a proliferação de vagas em setores da administração pública, com salários muito atrativos, impulsionando a realização de concursos e a geração de empregos.

O poder do discurso em defesa da ampliação de vagas no serviço público, com base na isonomia e garantia de remuneração crescente, promove no cidadão o desejo pelo acesso a cargos públicos, que como é de senso comum, trata-se de salário certo e em dia.

Em face dessa historicidade dos cargos públicos no Brasil, entrevistamos dois indivíduos não filiados ao SINTSEP ou a qualquer outro sindicato. São funcionários públicos efetivos do poder executivo estadual maranhense, de nível médio, ativos, que desempenham suas funções públicas em repartições públicas na cidade de São Luís, Maranhão. Em uma entrevista livre, registrada em gravador móvel, perguntamos a eles como se deram suas entradas no serviço público, o que é ser funcionário/servidor público maranhense e o que não é sê-lo. Antes que

respondessem, dispusemos em pequenos cartões as discursivizações históricas do funcionalismo público brasileiro (barnabé, marajá, maria candelária, servidor, funcionário), embora não pedíssemos que eles envolvessem os termos em sua enunciação. Realizamos essa entrevista após construção do capítulo genealógico, que resultou nesse conjunto de discursivizações para o funcionário público assentadas numa negatividade ou resistência. Nosso interesse em dispor esses cartões foi o de verificar se e como esses sujeitos relacionam-se com memórias que carregam evidências para a profissão em que estão investidos, pois “a inscrição da historicidade na linguagem dá-se por meio de processos discursivos que perpetuam e cristalizam a memória de uma época” (SARGENTINI, 1997, p. 101).

A partir das respostas, digitadas em arquivo de texto, apresentamos os resultados divididos em duas sequências discursivas de análise: SD 7) entrada no serviço público; SD 8) fabricação de si enquanto funcionário público maranhense. Escolhemos, das falas, trechos que dão relevo ao modo como esses funcionários foram empossados em suas funções para constituir uma breve historicidade das diferentes formas de entrada dos sujeitos no serviço público maranhense e como eles se fabricam como funcionários públicos para responder às problematizações de nossa pesquisa. Para fins metodológicos e éticos, chamamos o primeiro sujeito entrevistado de (f) e o segundo de (g). Ao final, propomos um quadro único dos efeitos dessas falas no arquivo. Vejamos a SD 7 que apresenta os trechos (28) e (29) da entrevista que travamos com esses indivíduos:

*SD 7 - Entrada no serviço público*

(28f) Na época em que entrei, não se fazia concurso, era realmente por indicação e eu entrei através do então governador João Castelo, a pedido de meu pai, que era político no interior, foi vereador e prefeito no município de Bom Jardim e foi através dele que o governador João Castelo me admitiu. Mas é bom deixar claro que embora eu não tenha entrado pelo concurso, me sinto tão profissional e eficiente quanto quem entrou.

(29g) Foi através de um concurso público em 2013 que entrei no serviço público. Surgiu a necessidade de fazer concurso público porque eu era contratado de uma prefeitura e o contrato foi cessado e eu fiquei desempregado e eu não achei outra alternativa se não estudar para concurso público. Eu precisa muito era ter estabilidade.

Ao observarmos as sequências discursivas que recortamos, percebemos que há diferenças entre as formas de entrada no serviço público entre os enunciadores (f) e (g). O primeiro deles assenta-se na posição de um indivíduo privilegiado por um ex-governante que detinha o poder de nomeação na época. Por sua vez, o segundo apresenta-se na posição-sujeito de alguém que vislumbrou no serviço público a possibilidade de revestir-se como alguém estável financeiramente. Esses sujeitos discursivos, apesar da ilusão de estarem falando de si, na verdade têm suas falas recortadas pelo sistema da língua e pela História, que impõem coerções no modo de fabricar os conceitos de serviço público. Isso pode ser constatado em (28f), quando o sujeito determina que mesmo o advento dos concursos públicos depois de sua entrada não o torna menos capacitado para as funções públicas.

A questão da estabilidade ganha corpo no enunciado (29g) devido ser assunto da ordem do dia. O desemprego e a situação econômica do país atravessam o sujeito na constituição de sua fala, inscrevendo a emergência desse enunciado em práticas históricas em que o funcionário público aparece com certas garantias em detrimento do trabalhismo na iniciativa privada, que é discursivizado como um setor instável, e aparecerá com maior evidência em (36g) da SD a seguir.

A SD 8 apresenta trechos das entrevistas com os funcionários (f) e (g). Está organizada de (30) a (36). Vejamos:

*SD 8 - Fabricação de si enquanto funcionário público maranhense*

(30f) Eu vejo o servidor público maranhense mais compromissado, considerando que eu tenho 35 anos de serviço público. Eu quando entrei, vi muitos, muitos funcionários na condição de marajá, que apenas assinavam uma folha de frequência ao mês e não compareciam ao órgão de trabalho. E nós, que comparecíamos, ficávamos sobrecarregados e éramos muito cobrados e tínhamos que realmente responder por todo o serviço do órgão [...]

(31f) Eu não sou marajá, sou vocacionado, tenho vocação para desenvolver um bom trabalho para onde sou convocada e é isso aí. Eu me vejo assim, uma pessoa que faz o que gosta, e tenho muito prazer no que faço.

(32f) [...] Não é meu caso ser barnabé da vida, graças a Deus, digo isso com muita honra e com muito orgulho.

(33f) Eu prefiro ser chamada de funcionário, já que a palavra funcionário vem de funcionar, eu prefiro funcionário. Não sou burocrata, muito pelo contrário, os órgãos públicos já são considerados burocratas por conta até da... da... entre aspas... “preguiça” dos servidores, na maioria deles, então eu procuro desburocratizar o máximo, lógico que sempre usando o bom senso, para desburocratizar determinadas situações que me deparo com ela dentro dos limites legais.

(34g) Eu não sou burocrata, mas no órgão em que trabalho, quase tudo é burocracia, burocracia que eu falo é de procedimentos que não tem necessidade. Sou vocacionado para o serviço público, eu gosto de trabalhar no serviço público [...] Só falto quando há necessidade e aviso previamente, não me sinto um marajá.

(35g) Eu sou servidor porque o funcionário é um... que abrange sentido *lato sensu*. Que para mim, o funcionário abrange tudo: tanto os terceirizados, os comissionados, no meu caso, eu sou servidor público.

(36g) Eu me sinto valorizado pelo governo Flávio Dino. O cargo em que estou eu não me sinto valorizado, mas no governo Flávio Dino eu fui chamado mesmo sendo excedente [de vagas do concurso público]. Meu salário está em dia, ao contrário de alguns amigos que estão, por exemplo, ralando na iniciativa privada pra receber no, sei lá, décimo dia útil, apesar de quatro anos de salário estagnado. Apesar desses problemas, eu me sinto muito valorizado nesse governo.

Pelo exame dos enunciados acima, percebemos as regularidades ora convergindo, ora envolvendo-se em batalhas históricas. Apesar de entrarem no serviço público por diferentes formas de provimento, descontínuas no devir histórico, os sujeitos fabricam-se como vocacionados para o serviço público (31f) e (34g), compromissados em relação a suas funções (30f), (31f) e (34g), não se afirmam como marajás (30f) e (34g). O processo de alteridade permite construir o outro como o marajá (30f), o preguiçoso (33f) e o terceirizado/comissionado (35g).

Há de se destacar a construção do sujeito em relação a seu empregador, o Estado (36g). Nesse ato, o sujeito se inscreve simultaneamente nas formulações já analisadas do governo e sindicato. Afirma que se sente valorizado, pois como excedente só teria a chance de ingressar num governo como o de Flávio Dino. Porém, menciona o congelamento do seu salário como um problema. Nessa enunciação, percebemos que os sujeitos sofrem interferências de outras instâncias discursivas (governo/sindicato) para constituir sua subjetividade. Lembramos que “o discurso acontece sempre no interior de outros discursos, com os quais estabelecem correlações, deslocamentos, vizinhanças” (GREGOLIN, 2006, p. 32). É o discurso da crise econômica, do sindicato e do governo que permitem ao sujeito jogar com esses

sentidos, promovendo para si a noção de individualidade, quando na verdade, enuncia pelo filtro de um arquivo, incessantemente fragmentado por diversas práticas discursivas que já são anônimas.

Assim, considerando apenas as discursivizações históricas mais significativas em nossos empreendimentos arqueológico/genealógico, propomos o quadro ilustrativo abaixo:

<b>Sujeito Discursivo</b>	<b>Discursivizações históricas</b>	<b>Efeitos no arquivo</b>
(f)	- Barnabé	- Confronto
	- Burocrata	- Transformação
	- Marajá	- Confronto
	- Servidor	- Reformulação
(g)	- Barnabé	- Silenciamento
	- Burocrata	- Transformação
	- Marajá	- Confronto
	- Servidor	- Retomada

**Quadro 13 – Efeitos no arquivo em função das vozes dos servidores não sindicalizados entrevistados**

Realizado pelo autor

O quadro acima propõe comparar como as enunciações produzidas por esses sujeitos se inserem no jogo do arquivo. Para tanto, colocamos apenas as discursivizações mais expressiva em nossa história genealógica, com exceção de maria candelária, que não emergiu, portanto acreditamos haver desconhecimento dessa expressão por parte dos sujeitos entrevistados. Entre os termos propostos historicamente para nomear aquele que está investido em cargo público, os sujeitos inscrevem-se em formas diferentes. Em (33f) o sujeito discursivo apresenta preferência em ser chamado de funcionário, justificando sua escolha pelo domínio das normas lexicográficas, que apresenta a natureza semântica da palavra funcionário alicerçada na ideia de funcionamento, de trabalho. Ao se filiar a esse termo, o sujeito se contrapõe à memória de que a palavra “servidor” traz “em si o peso de um trabalho servil” (FRANÇA, 1994, p. 201).

Por sua vez, o enunciado (35g) põe em relevo a forma servidor, a partir da enunciação do sujeito no interior de um discurso jurídico, o qual materializado por meio do estatuto do servidor público, impõe essa denominação. A entrada no serviço público constitui esses espaços do dizer. Gregolin (2004a), baseada em Foucault, lembra-nos que a temporalidade histórica não desliza igualmente para todos os indivíduos que convivem em um mesmo tempo-espço. Então, o que são esses pares servidor/funcionário senão relatividades estabelecidas pelos jogos dos micropoderes na sociedade?

Em (32f) numa relação com o domínio religioso, o sujeito expressa não ser um funcionário “barnabé da vida”, discursivização essa que está ausente nas falas do sujeito (g). Acreditamos que as diferentes formações discursivas decorrentes da entrada no serviço público anterior à Constituição do sujeito (f) e a admissão em concurso público em 2013 do sujeito (g) explicam esse silêncio, pois “barnabé” é uma forma histórica num discurso de média duração, temporalidade que não afeta o segundo sujeito analisado. Afinal, sujeitos inseridos num mesmo momento histórico podem viver diferentes temporalidades, conforme a relação que eles mantêm com os saberes instituídos e legitimados numa sociedade (HALL, 2001).

Os sentidos do serviço público como sinônimo de burocracia aparecem em dois trechos das sequências discursivas analisadas. A primeira delas (30f) coloca o sujeito na posição de desburocratizador diante dos órgãos “burocratizantes”, pois sempre utiliza o bom senso e tem olhar vigilante para as normas legais. Em (34g), o sujeito do enunciado põe em evidência que é a repartição onde trabalha que é burocrática, não o servidor, admitindo que ainda há procedimentos desnecessários no exercício da função pública. Considerando os efeitos de confronto nesses enunciados, é importante salientar que a subjetividade burocrata discursivizada por esses sujeitos partem da retomada do termo burocracia como sinônimo de irracionalidade, que reflete a dificuldade do acesso dos cidadãos aos órgãos públicos, silenciando o sentido inicial de burocracia, emergente no interior dos saberes da administração científica.

Dadas as análises, compreendemos que os discursos forjam quem é o sujeito funcionário público maranhense, dispostas de acordo os regimes de poder que os lugares institucionais exercem por meio de suas práticas discursivas. Essas práticas não estão alheias a um regime de discursividade que lhe é anterior, que

impõem forças para que um determinado objeto em discurso seja construído de tal forma e não de outra. No interior dos enunciados, o poder é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica (MACHADO, 1997), logo, determinante na construção de certas discursivizações e exclusão de outras. Nesse sentido, quando um sujeito discursivo enuncia que o funcionário/servidor público é ineficiente, burocrata ou mesmo o subjetiva como peça importante da máquina administrativa pública, acessa o arquivo em que convivem esses sentidos sobre o funcionalismo público. Não há uma relação de harmonia ou estabilidade entre esses sentidos históricos, o que nos conduz a pensar que os discursos vivem numa interação de forças, legitimando regimes de enunciabilidade e sendo condição de que novas formas de desenhar os sujeitos sejam convocadas pelo exercício do poder daquele que tem o lugar legitimado socialmente para falar deles.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa tarefa, enquanto analista do discurso, parece-nos bem próxima daquilo que Margareth Rago deixou evidente em um de seus mais conhecidos artigos: desconstruir o discurso para revelar algumas das teias que naturalizam as evidências que possuímos. Ninguém melhor que Michel Foucault poderia nos ajudar nessa complicada empreitada, visto seu atrevimento ser capaz de sacudir o estatuto das ciências humanas. Propusemos, então, sacudir os saberes a respeito do sujeito da nossa investigação. Qualquer indivíduo, pelo menos aparentemente, sabe o que é um funcionário público, porém esse conhecimento é resultante de relações de saberes que são postas historicamente na enunciação. Com Foucault percebemos que os enunciados que classificam, ressignificam e rememoram a concepção de um sujeito no interior da administração pública é resultado de uma historiografia de longa duração, que por meio de práticas específicas, vem deslocando os lugares desse sujeito, operando naquilo que produzimos como evidência ser um trabalhador do estado. Nosso olhar voltou-se para as configurações históricas e sociais que trouxeram, nas fissuras históricas, a preocupação de discursivizar o funcionário público como objeto de um saber no interior de certos domínios, como a administração pública, o Direito, a cultura, política e o sindicalismo.

Nossas reflexões partiram de um problema que se traduz, dentro da AD, na necessidade de acompanhar as práticas discursivas que posicionaram o funcionário público como objeto do discurso. Nesse sentido, pensamos como dois lugares de enunciação bastante específicos, como os de governos e sindicatos, bem como as próprias vozes dos funcionários do estado, vão constituindo em seus atos linguageiros quem são esses sujeitos. Naturalmente, pensar em Foucault significa crer que não exista uma temporalidade única que desliza simultaneamente para todos os sujeitos. Há descontinuidades, rupturas, fragmentações, séries de acontecimentos invisíveis que definem para as práticas discursivas quais os temas ganharão existência em dada época. Mesmo que estejam dispostas na mesma temporalidade, as práticas discursivas fabricam inúmeros sujeitos funcionários públicos, pois nenhuma prática está alheia a um regime de enunciabilidade anterior e nem às equações de poder em jogo que as permitem o exercício da fala.

Esses direcionamentos levaram-nos a responder em nossa investigação que o sujeito não é homogêneo, nem representa uma unidade coesa em si. O sujeito apresenta-se como uma dispersão, pois é resultante de inúmeras reelaborações no interior de certas *epistemes*, práticas discursivas e redes não discursivas que operam a mudança do estatuto do sujeito num vaivém de retomadas, rupturas e deslocamentos. Nossa filiação à ideia de um “sujeito fabricação”, um produto histórico nas tramas discursivas, conduziu-nos a acompanhar as diversas práticas em que sujeito funcionário público apareceu com status de discurso.

Nossa escavação envolveu uma pesquisa histórica de longa duração a respeito do serviço público. Selecionamos discursos de gênese com as filosofias de Confúcio e Platão, e aventuramo-nos em breves passeios pela formação do estado brasileiro para fazermos menção a alguns enunciados organizados no arquivo que nossa sociedade dispõe do funcionalismo público brasileiro, que organiza os regimes de enunciabilidade e as regras históricas para que novas práticas tomem o sujeito funcionário público como objeto de discurso.

Nessa fase de nossos empreendimentos arqueológico/genealógico, percebemos como a formação de um estado português foi fundamental para delimitar o tipo de aparelhagem administrativa a ser instituída no Brasil. O reino português era patrimonialista, pois os interesses público e privado se confundiam. Os cargos públicos não eram do estado, mas eram do rei e essa herança foi deslocada no tempo e no espaço para a maior colônia portuguesa. O príncipe regente, o imperador Dom Pedro I e o imperador Dom Pedro II arbitravam as nomeações. Mais adiante esse direito foi fragmentado para elites agrárias, políticos locais e outros sujeitos que detinham o poder de investir alguém em cargo público.

O dispositivo da burocracia, aqui tratado metodologicamente como o conjunto de instituições e aparelhagem legislativa consolidadas no período histórico denominado Estado Novo, fabricou novas noções ao serviço público brasileiro. Se antes os cargos públicos eram destinados aos interesses clientelistas de seu tempo, uma vontade de reforma na administração pública é solidificada no interior de uma ciência em andamento. A administração científica vem discursivizar o funcionário público como alguém que detém formação profissional, cujas tarefas consistem em executar as leis e regulamentos e é amparado por um estatuto que lhe deve confirmar direitos e imputar-lhe deveres. Em síntese, um indivíduo alheio aos interesses políticos ao seu redor. Além disso, introduzia na administração pública um

sistema de mérito que só permitia a admissão de um sujeito se este fosse habilitado previamente por meio de concurso público, o que requeria mensuração de seu grau de escolaridade. Esse dispositivo não promoveu uma revolução na máquina administrativa do estado brasileiro, mas foi um importante acontecimento, capaz de colocar o patrimonialismo e suas formas (clientelismo, patriarcalismo e empreguismo) como objeto de discurso, contestando-as.

Em decorrência de acontecimentos políticos, o dispositivo da burocracia entrou em decadência, não permitindo o avanço da reforma burocrática na administração pública brasileira. Com efeito, houve crescimento de extranumerários, expansão da administração indireta, o perecimento do concurso público, a burocratização exacerbada das repartições públicas, que voltavam seu interesse para si, a despeito do atendimento das demandas dos cidadãos e a consequente transformação do funcionalismo público em um sujeito irracional. Em meio a essa descontinuidade administrativa, os saberes da administração gerencial respaldam o processo de redemocratização do país, fazendo emergir a figura o servidor, resultante de um discurso de reconstrução do estado brasileiro, com interesses de discursivizar o trabalhador como alguém a serviço dos cidadãos. Paralelamente, a lei legitima que o cargo comissionado pode ser ocupado por sujeitos não habilitados em concurso público para funções de direção, chefia e assessoramento.

Esses acontecimentos propiciaram a construção de vários perfis para o funcionalismo público brasileiro. Subjetivado dispersamente no decorrer da História como maria candelária, barnabé, marajá e burocrata, contemporaneamente redes de saber/poder aconselham-nos a encontrar o sentido de servidor público na lei, que é o de pessoa legalmente investida em cargo público por meio de aprovação em concurso público ou nomeação em cargo de comissão, o que o faz distinto de outros conceitos, como o terceirizado e o contratado.

Ao mobilizarmos diversas práticas discursivas em torno do funcionário público para tecer nossa genealogia, pensamos que os objetos não são supra-históricos, mas desenhados e reconfigurados sempre no interior de práticas de objetivação, que orientam como os sujeitos devem ser reconhecidos e práticas de subjetivação, em que os sujeitos se inscrevem para construir sua noção de individualidade.

Em face disso, procuramos compreender como se dá a construção discursiva de funcionário/servidor nos lugares sociais de fala do governo do

Maranhão, sindicato de servidores públicos e outras duas vozes não sindicalizadas. No que tange ao governo do estado do Maranhão, selecionamos duas reportagens em que o funcionalismo público maranhense ganha status de discurso por meio de acontecimentos sociais que abarcam crise econômica, atraso de salários e antecipação salarial. No que concerne ao sindicato, buscamos dois editoriais e a campanha #SERVIDORNALUTA composta de quatro materiais publicitários que se referem ao mesmo sujeito por meio de acontecimentos que envolvem crise econômica, salários em defasagem e plano de cargos carreiras do funcionalismo estadual maranhense. Em nossas discussões enfatizamos as estratégias que fabricam o sujeito nesses dois lugares de fala e enriquecemos a discussão com a entrevista de dois funcionários públicos estaduais maranhenses ativos e não sindicalizados. Propusemos um quadro analítico para trabalhar o enunciado produzido por meio da análise da sua materialidade, da formação discursiva a que se apoia, de como o funcionalismo público maranhense é fabricado como objeto da enunciação e quais os enunciados que se avizinham no interior de laços determinados pelas relações de memórias entre a História e o que está sendo dito.

A análise dos enunciados do governo mostrou a formação de três vozes distintas, que advêm de lugares diferentes no mundo empírico. A primeira voz, próxima ao de um jornalista, fabrica o conceito “gestão eficiente apesar da crise econômica”. Uma segunda voz, atribuída aos secretários do governo, tem suas falas constituídas pelo lugar de filiação institucional ao governo a que servem. Prevalece uma construção de um “governo de todos nós”, que une esforços para a antecipação salarial do funcionalismo público maranhense. Por sua vez, uma terceira voz, atribuída a servidores públicos ativos e inativos, fabrica um gesto de leitura que faz ecoar um sujeito satisfeito com a gestão eficiente e participativa do governo e comemora a antecipação de seus salários. O funcionário público nesse lugar de fala será sempre fabricado como um sujeito satisfeito, motivado pela “sorte” de ter seu salário em dia, inserido em um ambiente de trabalho moderno, tudo isso garantido graças ao “novo” que o governo produz. Esses enunciados são recorrentemente frequentados pelas discursivizações históricas do funcionalismo público para fazer sentido.

Em relação à análise dos enunciados do lugar institucional sindicato, selecionamos dois editoriais do presidente do SINTSEP no jornal de sua classe e uma série enunciativa sob o gênero de propagandas que compõem uma campanha

de reajuste de salários para o governador do Estado. A análise dos enunciados mostrou uma construção de um governo atual, em que o personalismo do governador é entrave para discussões entre governo e sindicato; uma fabricação discursiva de governos anteriores, atravessada por uma memória parcial das ações dos outros governos em relação à categoria e uma construção do funcionário público pelo olhar do sindicato, o qual produz um sujeito insatisfeito com o “desinteresse” do sujeito governador pela matéria reajuste salarial. Para isso, o sindicato faz circular uma série de imagens que operam a tristeza e o desapontamento do servidor público estadual maranhense, conduzindo-nos segundo uma rede de memórias que retomam o funcionário barnabé, também carente de reajustes em seus ordenados.

Por fim, nossa entrevista com dois funcionários públicos não sindicalizados enriquece nossas discussões, pois nos leva a acreditar na descontinuidade do discurso na História. Em suas enunciações, os sujeitos discursivos confrontavam ou se inseriam nas subjetividades históricas que nossa genealogia tratou de mapear nos atos discursivos esquecidos pela História Tradicional. Eles são burocratas, mas são vocacionados para os cargos que têm. Constroem-se como funcionários, mas também são servidores. Afirmam-se como valorizados porque têm seu salário em dia, mas estão descontentes com a remuneração estagnada. Ao produzirem suas falas, esses sujeitos não expressam uma consciência ou subjetividade livres de interferências. Em nossa análise, confirmamos que as falas dos sujeitos entrevistados estão no interior de conjuntos discursivos anteriores, que atravessam o sujeito devido à exposição sócio-histórica a que todo indivíduo está submetido. Assim, as falas não se filiam diretamente ao governo ou sindicato, mas mantêm zonas fronteiriças com eles quando os sujeitos constroem para si, a partir dessas redes discursivas, a noção de individualidade na profissão em que atuam.

Assim, sob aporte teórico-metodológico da AD, respondemos provisoriamente a nossa questão-problema pela análise dos enunciados. Em síntese, elas apontaram que governo, sindicato e os funcionários públicos entrevistado têm suas falas filtradas no interior de um arquivo, no qual estão inscritas séries de articulações entre funcionalismo público e improdutividade. Em seus processos de enunciação, é preciso confrontar, silenciar, reformular, retomar esses dizeres conservados no campo enunciativo, associando o funcionalismo aos conceitos de produtividade, trabalho e valorização.

Ao nos questionarmos quais são os sujeitos legitimados a falar sobre o funcionário público e as estratégias inscritas nas relações de poder capazes de pôr em circulação essas formulações, compreendemos que o governo do Estado utiliza-se da voz de secretários de estado e mesmo servidores em reportagens regulares sobre o funcionalismo público maranhense no site institucional do governo, criando uma construção simbólica que marca a formação identitária do governo do Maranhão como uma gestão eficiente, distinguindo-a em relação à gestão de outros estados da federação onde o salário do funcionalismo está atrasado. No caso do sindicato, prevalece a utilização da voz do seu presidente em editoriais materializados nos jornais de classe. O sindicato, enquanto lugar de fala, manifesta sua indignação à sociedade por meio da veiculação de propagandas em *outdoors* que deslegitimam a construção do funcionalismo público imposta nas práticas discursivas do governo. As vozes apesar de não sindicalizadas, por sua vez, inscrevem-se nas zonas fronteiriças entre governo/sindicato, também tem seus discursos atravessados por práticas jurídicas, artísticas, jornalísticas, entre outras, anônimas no arquivo.

Dadas nossas certezas provisórias, temos de concordar com Foucault. O filósofo dispõe que não existe uma relação entre as palavras as coisas, mas são as primeiras que instituem os objetos dos quais podemos ter o direito de falar. A palavra fabrica a coisa, colocando-a em discurso, o que possibilita aos saberes serem construídos, sacudidos e posteriormente invalidados. Os métodos arqueológico/genealógico permitiu-nos enxergar regimes de verdades e coerções em torno do objeto funcionário público, o que nos levou a pensar como as subjetivações para esse sujeito são desenhadas, apagadas, ressignificadas, deslocadas no espaço-tempo. A descontinuidade das práticas atua como condição para que outras redes discursivas gravitem em torno de um sujeito que certas relações de poderes insistem contemporaneamente em nomear de servidor público, o que atesta que cada sociedade tem seu regime de verdade; então o discurso verdadeiro do nosso tempo é o recém-fundado “servidor”, objeto que sempre se desloca nas práticas discursivas em que adquire sentidos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, L. A. de. **O Rio Grande estadonovista: interventores e interventorias**. Tese (Doutorado em Estudos Históricos Latino Americanos), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2005.

ABU-EL-HAJ, J. Da “Era Vargas” à FHC: transições políticas e reformas administrativas. **Revista de Ciências Sociais**, v. 36, n. 1/2, 2005, p. 33-51.

ALBUQUERQUE, J. A. G. Michel Foucault e a teoria do poder. **Rev. Sociol.**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p.105-110, out. 1995.

ALENCAR, E. de. **O carnaval carioca através da música**. Rio de Janeiro, Francisco Alves/INUMEC, 1979.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARAÚJO, I. L. **Linguagem e realidade**: do signo ao discurso. 2001. 232f. Tese de Doutorado - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

BARACUHY, M. R. A interdição como dispositivo constitutivo na produção midiática de identidades nordestinas. In: MILANEZ, N. SANTOS, J. de J. (orgs). **Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares**. São Carlos: Claraluz, 2009.

BARONAS, R. L. Ainda sobre formação discursiva em Pêcheux e em Foucault. In: \_\_\_\_\_. **Análise do Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011a.

\_\_\_\_\_. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. **Anais do V SEAD**, 2011b. Disponível em <<http://anaisdosead.com.br/5SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BENETTI, M. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 107-122.

BITTENCOURT, C. A. L. O DASP como imperativo democrático e técnico. In: **Revista de Direito Administrativo**, v.7, p.361-375, 1947.

BRANDÃO, H N. Enunciação e construção dos sentidos. In: FIGARO, Roseli (Org). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-43

BRASIL. **Constituição Federal de 1824**. Promulgada em 25 de março de 1824. Disponível em<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1891.** Promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1934.** Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 284 de 28 de outubro de 1936. **Reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelece diversas providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/L284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L284.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 6.107, de 27 de Julho de 1994. **Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos civis do estado do Maranhão e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1034>>. Acesso em 28 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n.º 8.323-A, de 07 de dezembro de 1945. **Reorganiza o Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.) e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8323-a-7-dezembro-1945-457546-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 240, de 04 de fevereiro de 1938. **Dispõe sobre o pessoal extranumerário e o pessoal para obras, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-240-4-fevereiro-1938-350721-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938. **Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del0579.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0579.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 1.713, de 28 de outubro de 1939. **Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del1713.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1713.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952. **Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1711.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990. **Dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De1713.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De1713.htm). Acesso em 28 fev. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. e SPINK, P. (Orgs). **Reformas do Estado e Administração Pública Gerencial.** Rio de Janeiro: fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 237-269.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992, p. 07-38.

CASTRO, R. **A noite do meu Bem: a História e as Histórias do Samba-canção.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CERTEAU, M. de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reforma. In: **Revista de Administração Pública**, v.2, n.5, p.829-874, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6656>> acesso em 28 dez. 2017.

COURTINE, J. J. O discurso inatingível: marxismo e linguística. Tradução de Heloisa Monteiro Rosário. In: **Cadernos de tradução.** Porto Alegre, n. 6, p. 5 – 18, abr-jun, 1999.

COUTINHO, A. L. C. A Estabilidade do Servidor Público na Reforma Administrativa. **Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco – ESMAPE.** Recife. v.4. nº 9. Jan/Jun 1999.

DINIZ, E. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, D. (org.) **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DOEBLIN, A. **O pensamento vivo de Confúcio.** São Paulo: Martins, 1942.

FAORO, R. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, M. A.; ZANCHETTA, J. **Para ler e fazer o jornal na escola.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2003.

FOUCAULT, M. Retornar à história. In: **Ditos e escritos II.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 282-295, 1972.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. O cuidado com a verdade. In: Escobar, C. H. (org.) **O dossier: últimas entrevistas**, São Paulo: Taurus, 1984.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 13 ed., São Paulo: Edições Loyola, 2006a.

\_\_\_\_\_. Diálogo sobre o poder. In: \_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

FRANÇA, B. H. **O barnabé: consciência política do pequeno funcionário público**. São Paulo, Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. Funcionário Público: trabalhador como os outros? **Revista do Serviço Público**. (Brasília) 1994; 118(2): 199-212.

FRANÇA, T. A. "Homossexualismo" ou "Homossexualidade": o politicamente correto e a literalidade pensado à luz da análise de discurso pecheutiana. In: VII Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2015, Recife. **ANAI DO SEAD**. Recife: UFPE, 2015. vol. VII. p. 01-08.

GOUVÊA, G. P. **Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil: poder e lógica de ação**. São Paulo: Paulicéia, 1994.

GREGOLIN, M. do R. V. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. (Org.). **Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 21-34.

\_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004a.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: FERNANDES, Cleudemar; SANTOS, João Bosco Cabral. **Análise do discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Formação Discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades**. In: II Seminário de Estudos de Análise do Discurso, 2005, Porto Alegre, RS: UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_. AD: descrever-interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (org). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

GRIGOLETTO, E. O discurso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C.R. **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora Universitária, 2011.

GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, E. (org.) **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOCHMAN, G.. Aprendizado e Difusão na constituição de políticas: a previdência social e seus técnicos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 7, pp. 84-98, 1988.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA JÚNIOR, O. B. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 2, 1998.

LOPES, L. S. Luis Simões Lopes II (depoimento, 1990). Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista261.pdf>> acesso em 22 out. 2017.

LOURENÇO, L. **A construção de uma imagem de funcionário público na imprensa catarinense (1989-1998)**. 2000. 78f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1997. p. 07-23.

MAGALHAES, V. L. S. **Crise e reforma do Estado**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2001.

MAIA, M. B.; QUEIROZ, R. P. de. **O regime jurídico do concurso público e o seu controle jurisdicional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAZZOLA, R. B. **Análise do discurso e ciberespaço: heterotopias contemporâneas**. 2010. 135f. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2011.

NAVARRO, P. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO, P. (Orgs). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 97-130.

\_\_\_\_\_. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, I (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: interfaces entre língua(gens), identidade e memória. São Carlos: Claraluz, 2008.

\_\_\_\_\_. Por uma análise arqueogenealógica do discurso. In: BARONAS, R. L. (org). **Estudos discursivos à brasileira**: uma introdução. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 149-171.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NUNES, E. **A Gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NUNES, J. H. **Dicionários**: história, leitura e produção. 2010. In <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1981/1305>. <Acesso em 28 fev. de 2018.

PALUDO, A. V. **Administração Pública**: Teoria e Questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. São Paulo: Pontes Editora, 2006.

PEDRO, A. F. P. **A burocracia está matando o Brasil**. Ambientelegal.com. 05/08/2015. Disponível em: <<http://www.ambientelegal.com.br/a-burocracia-esta-matando-o-brasil/>>. Acesso em 28 fev. 2018.

POSSENTI, S. Durações históricas e sua relação com público e privado. In: LARA, G. P.; LIMBERTINI, R. P (orgs). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 13-29.

QUEIROZ, A. C. **Politicamente correto e direitos humanos**: pesquisa e texto. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Rev. Tempo Socia**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p.67-82, out. 1995.

REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz Editora, 2005.

REVISTA VEJA. Editora Abril. São Paulo, Edição 988, ano 19, de 12 de Agosto de 1987. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33558?page=1&section=1>>. Acesso em 09 abr. 2017.

REZENDE, R. M. de. Concurso Público: avanços e retrocessos. In: DANTAS, Bruno et al. **Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois**. Brasília: Senado Federal, 2008, pp. 268- 328.

RIBEIRO, L. M. P.; PEREIRA, J. R. ; BENEDICTO, G. C. . As Reformas da Administração Pública Brasileira: uma contextualização do seu cenário, dos entraves e das novas perspectivas. In: **XXXVII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD)**, 2013, Rio de Janeiro-RJ. XXXVII Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. p. 01-15.

SALES, L. R. C. **Messias de papel: a construção discursiva da candidatura de Roseana Sarney pelos editoriais de O Estado do Maranhão**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

SARGENTINI, V. **Discurso e História: as vozes anarquistas na construção do trabalhismo brasileiro**. 1997. 222f. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1997.

\_\_\_\_\_. Arquivo e acontecimento: a constituição do corpus discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, Pedro. (Org). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. A análise do discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In: GREGOLIN, M. do R. F. V; KOGAWA, J. M. M. (orgs). **Análise do discurso e semiologia: problematizações contemporâneas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 101-120.

SILVA, F. P. da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividades**. São Carlos: Claraluz, 2004, p.159-179.

SILVA, S. B. da. **Luiz Simões Lopes: fragmentos de memória**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

SILVA, T. S. **Discurso comunista dirigido aos cristãos: sentido, história e memória no discurso político-eleitoral de Flávio Dino (MA/2014)**. 84f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora UNB, 1995.

\_\_\_\_\_. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VOSS, J. **O conceito de formação discursiva de Foucault e o tratamento de objetos da mídia: sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira**. 2011. 140f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1971

\_\_\_\_\_. **Max Weber:** sociologia. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **Coleção Grandes Cientistas Sociais.** São Paulo: Atica, 2005.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade.** São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2004.